

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em Ensino do 1º CEB e de Português e História e Geografia de Portugal
no 2º CEB

Ensinar e aprender História e Geografia de Portugal.

A componente local e regional do currículo

Patrícia Santos Coelho

Coimbra, 2018

Patrícia Santos Coelho

Ensinar e aprender História e Geografia de Portugal. A componente local e regional do currículo

Relatório Final do Mestrado em Ensino do 1º CEB e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º CEB, apresentada ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Constituição do Júri

Presidente: Doutora Natália de Jesus Albino Pires

Arguente: Professora Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro

Orientador: Professor Doutor Luís Carlos Martins d'Almeida Mota

Coimbra, 2018

Agradecimentos

Seguramente, este espaço, não me permite agradecer a todas as pessoas que ao longo desta etapa do meu percurso académico me ajudaram a cumprir os meus objetivos. Desta forma, deixo apenas palavras de profundo agradecimento a algumas delas.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Doutor Luís Mota, expresso o meu profundo agradecimento pelo incentivo, pela orientação e amizade, que, sem dúvida, foram muito importantes ao longo deste meu percurso.

Aos meus pais por acreditarem em mim, por todos os ensinamentos de vida e apoio constante.

À minha avó, a quem a vida não permitiu presenciar esta fase.

Ao Carlos, meu porto de abrigo, pelos conselhos pertinentes, pelo apoio, incentivo, paciência e amizade.

À restante família e amigas, pela amizade, companhia e estímulo nas alturas de desânimo.

A todos vós, o meu mais sincero obrigada.

Ensinar e aprender História e Geografia de Portugal. A componente local e regional do currículo.

Resumo: O presente relatório expõe o estudo realizado ao longo do Mestrado em Ensino do 1º CEB (Ciclo do Ensino Básico) e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º CEB, em contexto de estágio curricular no 2º CEB com uma turma do 6.º ano. Com a questão central: “Como ensinar o Estado Novo a alunos do 2.º CEB?”, elaboraram-se os objetivos da investigação. Pretendeu-se caracterizar estratégias e recursos a utilizar, compreender a importância da componente local e regional e analisar a diversidade de opiniões e perspetivas dos alunos. No quadro de uma metodologia qualitativa, adotou-se como estratégia geral, a investigação-ação, recorrendo à entrevista semidiretiva, dirigida ao professor cooperante, e ao grupo focal, com os alunos, como técnicas de recolha de dados. Submeteram-se os dados à técnica de análise de conteúdo. Com base na análise da entrevista ao professor cooperante, elaborou-se uma planificação da unidade didática “O Estado Novo”, convocando a figura de Fernando Bissaya Barreto e a sua obra, como vertente da componente regional e local do currículo. A planificação utilizou seis tempos de 45 minutos, realizando-se um momento de avaliação diagnóstica, bem como outro de avaliação sumativa. Após a aplicação da sequência didática, realizou-se um grupo focal, em que se procurou dar conta da experiência dos alunos na sua comunidade, dos sentimentos e das suas perceções sobre a componente local e regional do currículo. Discutimos e refletimos sobre os resultados obtidos e avaliamos até que ponto a abordagem pedagógico-didática proposta contribuiu para o alcance dos objetivos estabelecidos. Compreendemos que o contacto com o património do meio local, utilizando-o como recurso didático preferencial, contribui para o envolvimento afetivo dos alunos e fomenta atitudes de respeito e preservação pela sua herança cultural.

Palavras-chave: Componente Local e Regional do Currículo, Estado Novo, Bissaya Barreto, Portugal dos Pequenitos.

Teaching and learning Portugal's History and Geography. A local and regional component of the curriculum

Abstract: This report presents the study carried out during the Masters in 1st CEB (Basic Cycle of Education) Teaching and 2nd CEB Teaching of Portuguese, History and Portugal's Geography, in the context of a curricular traineeship in the 2nd CEB with a group of the 6th year. The objectives of the research were elaborated based on the core question "How to teach the New State to 2nd CEB students?". The aim was to characterize strategies and resources to be used, to understand the importance of the local and regional component and to analyze the diversity of opinions and perspectives of the students. In the framework of a qualitative methodology, the action-research was adopted as a general strategy, making use of a semi-directional interview, addressed to the cooperating teacher, and to the focal group, with the students, as data collection techniques. The data were submitted to the content analysis technique. Based on the analysis of the interview to the cooperating teacher, a teaching plan was prepared for the didactic unit "The New State", summoning the figure of Fernando Bissaya Barreto and his work, as a part of the regional and local component of the curriculum. The teaching planning used six periods of 45 minutes, including a diagnostic evaluation moment, and another one of summative evaluation. After the application of the didactic sequence, a focal group was performed. The aim was to give an account of the students' experience in their community, their feelings and their perceptions about the local and regional component of the curriculum. We discussed and reflected on the results obtained and evaluate the extent to which the proposed pedagogical-didactic approach contributed to meet the established objectives. We understand that the contact with the heritage of the local environment, using it as a preferred didactic resource, contributes to the affective involvement of the students and fosters attitudes of respect and preservation for their cultural heritage.

Keywords: Local and Regional Component of the Curriculum, New State, Bissaya Barreto, Portugal of the little ones

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – TEXTO E CONTEXTO	3
CAPÍTULO 1 – ENSINO, HISTÓRIA E COMPONENTE LOCAL E REGIONAL DO CURRÍCULO	5
1. Da lei de bases do sistema educativo à formação de professores	5
2. A História e o seu ensino no 1º e 2º ciclo do ensino básico	8
3. A Componente local e regional do currículo.....	12
CAPÍTULO 2 – DO AGRUPAMENTO À SALA DE AULA	16
1. Contextualização do trabalho de investigação	16
2. O agrupamento e a escola	17
3. A turma e os alunos	19
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	23
CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	25
1. Tipo de estudo	25
2. Técnica e instrumentos de recolha de dados	27
CAPÍTULO 4 – A ENTREVISTA AO PROFESSOR COOPERANTE COMO PONTO DE PARTIDA	29
1. A entrevista – apresentação e discussão	30
1.1. Metas	30
1.2. Conteúdos	31
1.3. Conceitos	42
1.4. Componente regional e local	43
1.5. Planificação	48
1.6. Projeto de Investigação	52
CAPÍTULO 5 – A SEQUÊNCIA DIDÁTICA	52
1. Planificação da Unidade Didática	53
2. Metas Curriculares – orientações	54
3. Descrição das aulas	55
4. Avaliação das aprendizagens	62
CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	63

1. Apreciações do cooperante e da orientadora de estágio	64
2. Opiniões dos alunos – o Grupo Focal	64
2.1. Bissaya Barreto	65
2.2. Portugal dos Pequenitos	66
2.3. Fundação Bissaya Barreto	69
2.4. Componente Regional e Local	70
2.5. Património construído	71
NOTAS FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
ANEXOS	86

Abreviaturas

CLRC – Componente Local e Regional do Currículo

CEB – Ciclo do Ensino Básico

ESEC – Escola Superior de Educação de Coimbra

HGP – História e Geografia de Portugal

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

PE – Projeto Educativo

PTT – Plano de Trabalho da Turma

INTRODUÇÃO

O presente relatório final foi elaborado no âmbito do Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e Português e História e Geografia de Portugal do 2.º Ciclo do Ensino Básico. O tema escolhido surgiu no desenrolar do estágio no 2.º CEB e da curiosidade em perceber como o património do meio envolvente dos alunos pode ser trabalhado aquando da leção dos conteúdos prescritos a nível nacional, procurando, simultaneamente, que os alunos se tornem mais conscientes da sua realidade local e que aprendam a valorizar e a preservar o património.

Com a questão de partida “Como ensinar o Estado Novo a alunos do 2.º CEB?” e convocando o legado de Fernando Bissaya Barreto, pretendia-se proporcionar aos alunos o contacto com o património do meio local, utilizando-o como recurso didático preferencial e promovendo o seu envolvimento afetivo (Pacheco, 1995; Trigo, 1993). O contacto direto com o património, material ou imaterial, pode contribuir para que os alunos respeitem e salvaguardem a sua herança cultural.

Neste sentido, ao longo deste relatório serão apresentadas as fases do projeto de investigação-ação implementado numa turma de 6º ano, constituída por vinte e um alunos, nas aulas de História e Geografia de Portugal, no decorrer do estágio de Prática Educativa II.

O presente relatório divide-se em duas partes. A primeira, subdividida em dois capítulos, em que no primeiro se apresenta uma breve fundamentação sobre a importância do meio como recurso educativo, bem como o enquadramento da componente local e regional do currículo nas diretrizes nacionais. No segundo capítulo realiza-se a contextualização do trabalho de investigação e a caracterização da população com a qual foi desenvolvido o estudo.

A segunda parte encontra-se, por sua vez, dividida em quatro capítulos. O terceiro capítulo do presente trabalho, relativo ao quadro metodológico do estudo, explicita os objetivos do estudo e os pressupostos e procedimentos metodológicos utilizados. No quarto capítulo, procede-se à apresentação e análise da entrevista realizada ao professor cooperante, como forma de recolher informação relevante para a planificação da unidade didática. Seguidamente, no capítulo quinto, é feita a clarificação da sequência didática, isto é, é apresentada a planificação através da

descrição pormenorizada das aulas. Por fim, o último capítulo, apresenta e discute os resultados obtidos com o Grupo Focal realizado com os alunos, bem como, as apreciações do professor cooperante e da orientadora de estágio.

Nas considerações finais discutem-se os resultados em face dos objetivos estabelecidos, bem como se analisam e destacam os constrangimentos e as limitações do estudo realizado. São, também, sugeridas possíveis pistas para eventuais novos projetos.

PARTE I - TEXTO E CONTEXTO

CAPÍTULO 1 - ENSINO, HISTÓRIA E COMPONENTE LOCAL E REGIONAL DO CURRÍCULO

Neste primeiro capítulo apresentamos uma abordagem à organização do sistema educativo português, fundada na lei de bases e realizando uma aproximação à formação de professores.

Posteriormente, esclarecemos o lugar da História no currículo escolar do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico, explicitando os seus principais objetivos, bem como as diretrizes nacionais que norteiam a prática do professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico.

Por fim, expomos uma fundamentação sobre a importância do meio como recurso educativo, enquadrando a componente local e regional do currículo nas diretrizes nacionais.

1. Da lei de bases do sistema educativo à formação de professores

Em Portugal, a Lei de Bases (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, p. 3067). é um marco importante na organização do sistema educativo enquanto “conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade” (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, p. 3067). O sistema educativo desenvolve-se segundo um corpo organizado de estruturas, por iniciativa e sob a responsabilidade de diferentes instituições públicas, particulares e cooperativas.

O sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar. A educação pré-escolar é complementar e/ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação e, destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. A educação escolar abarca os ensinos básico, secundário e superior, integrando modalidades especiais (e. g., educação especial, a formação profissional), incluindo atividades de ocupação de tempos livres. A educação extraescolar tem como objetivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua

carência. Assim, a escolaridade básica, que pressupõe as aprendizagens consideradas nucleares para o desempenho social do indivíduo, é constituída por três ciclos sequenciais, com quatro, dois e três anos de duração, respetivamente, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

O ensino, no 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), é globalizante e da responsabilidade de um professor único que pode ser coadjuvado por outros, em áreas especializadas. Constitui uma iniciação às aprendizagens académicas, dividido em quatro grandes domínios do saber: Estudo do Meio, Português, Matemática e as Expressões (Ministério da Educação, 1998). No 2.º Ciclo do Ensino Básico, um ciclo intermédio, o currículo está organizado em várias áreas interdisciplinares de formação básica (e.g., Línguas e Estudos Sociais que engloba as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e História e Geografia de Portugal), lecionadas por diferentes docentes (Domingues, 2011). Finalmente, no 3.º CEB, o ensino acomoda-se segundo um plano curricular unificado, integrando diferentes áreas vocacionais e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas.

A articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspetiva de unidade global do ensino básico (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, p. 3070).

A articulação curricular é uma forma de interligar e integrar conhecimentos, atitudes e procedimentos e deve promover a cooperação entre os docentes do agrupamento de escolas, procurando adequar o currículo às necessidades específicas dos alunos, para que, da forma mais global e completa possível, possam desenvolver as suas capacidades e competências. Esta articulação, que deve ser assegurada por departamentos curriculares, leva a que haja relações de proximidade, ou seja, pontos de união entre os docentes de uma instituição escolar, permitindo que se faça o planeamento de atividades integradas entre os vários níveis de ensino de uma dada escola. Isto é possível devido às pontes que se estabelecem, pelos docentes, enquanto gestores do currículo. A articulação curricular implica mudar, reestruturar, relacionar, interligar, sintetizar, conhecer, por isso, é um trabalho conjunto, que depende do conhecimento e envolvimento de vários docentes (Costa, 2016; Serra, 2004).

O ensino secundário, subsequente ao básico e hoje parte integrante da escolaridade obrigatória (Lei n.º 85/09 de 20 de agosto, p. 5635), tem a duração de três anos e contempla a existência de cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, integrando componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à sua natureza específica (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, p. 3071). O ensino superior possui dois subsistemas, o universitário e o politécnico, conferindo os graus de licenciado, mestre e doutor (Decreto Lei n.º 65/18 de 16 de agosto, p. 4149). É no âmbito do ensino superior que ocorre, precisamente, a formação de professores.

No atual regime jurídico da habilitação profissional (Decreto-lei n.º 79/14 de 14 de maio), a formação inicial de educadores e professores para a educação pré-escolar, 1º e 2º ciclos do ensino básico tem lugar no subsistema politécnico, enquanto para o 3º CEB e ensino secundário ocorre nas universidades. Com a estruturação do ensino superior em três ciclos, fruto do processo de europeização (Mota e Ferreira, 2017), a habilitação profissional para todos os docentes passou a ser o mestrado. A titularidade da habilitação profissional para a docência generalista, na educação pré-escolar e nos 1º e 2º ciclos do ensino básico, é conferida pela obtenção de uma licenciatura em Educação Básica (6 semestres) e um mestrado em Ensino (3 ou 4 semestres). Os ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre subdividem-se em quatro domínios de habilitação para a docência: educador de infância, professor do 1º ciclo do ensino básico, educador de infância e professor do 1º ciclo do ensino básico e, por fim, professor do 1º e do 2º ciclo do ensino básico, desdobrando-se, de acordo com as áreas disciplinares e com os grupos de recrutamento do 2º ciclo do ensino básico, em dois cursos, Matemática e Ciências da Natureza ou Português e História e Geografia de Portugal (Mota & Ferreira, 2017).

O presente relatório final insere-se no Mestrado em Ensino do 1º CEB e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º CEB, da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC). De acordo com o regulamento, este ciclo de estudos tem como objetivo nuclear conferir habilitação profissional, legalmente necessária ao exercício da docência. A componente essencial da formação é a prática educativa supervisionada, a que correspondem as unidades curriculares de Prática Educativa,

onde se desenvolvem estágios de natureza profissional, objeto de dossiês de estágio, bem como de um relatório final.

De acordo com o regulamento da Prática Educativa, o relatório final reflete o percurso formativo do aluno, bem como a sua atitude crítica e reflexiva em relação a esse percurso. Para além dos aspetos formais, a componente descritiva da participação ativa do estudante na instituição, a caracterização da mesma, a planificação e condução do processo educativo, bem como uma componente reflexiva, analisando as situações e processos descritos, é, ainda, o Relatório Final, composto por uma componente investigativa relevante para a prática educativa nos ciclos de ensino do domínio de habilitação, sustentada na bibliografia de referência e em dados recolhidos da sua prática. O presente trabalho consiste, precisamente, na componente investigativa do Relatório Final do Mestrado em Ensino do 1.º CEB e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º CEB.

2. A História e o seu ensino no 1º e 2º ciclo do ensino básico

O ensino de qualquer disciplina gravita sempre em torno da sua natureza, da compreensão que dela se tenha e das características do público a que se destina (Félix, 1998). São três aspetos dialeticamente implicados, sendo as suas peças fundamentais, o que se designa por “triângulo didático” (“o quê?” – a disciplina; “a quem?” – o aluno; o “como?” – a didática). Elaborar um currículo significa refletir e tomar a decisão sobre o quê, o como, o quando e a quem queremos ensinar, colocando-nos assim na “ponte” entre a História-ciência e a História curricular (Félix, 1998). Em geral, o termo “científico” é atribuído à História com dois sentidos, por um lado, o mais tradicional, identifica-a com a palavra ciência no rigor da crítica textual dos documentos, por outro, num sentido mais moderno, esse termo “científico” procura sublinhar o uso de modelos como instrumentos explicativos, no sentido de reconstruir as leis do processo histórico (Félix, 1998).

A inclusão da História no currículo possibilita aos alunos a compreensão e a explicação do mundo em que vivem através do passado, permitindo-lhes situarem-se conscientemente no mundo e ao mesmo tempo propiciar-lhes a compreensão das forças geradoras das mudanças e da evolução das sociedades humanas (Félix, 1998).

A História, dada a sua natureza específica, permite o desenvolvimento de: capacidades, tais como a análise, a inferência, a interpretação crítica, a síntese e o juízo crítico; valores e atitudes, como a tolerância, a solidariedade, a multiculturalidade, a formação de indivíduos democratas, solidários, responsáveis e tolerantes. Assim, uma das finalidades da História será desenvolver no aluno competências de “bom conhecimento” que lhe permitam compreender criticamente a sua realidade e reconhecer-se como sujeito capaz de a transformar através de uma participação consciente na vida da comunidade (local, nacional, mundial) (Félix, 1998). Deste modo, o ensino da História, enquanto forma específica de saber, visa finalidades próprias, indispensáveis (e insubstituíveis para) à formação integral do aluno, compreendendo-se, por isso, que surja no currículo escolar como uma disciplina autónoma (Proença, 1990).

A História é parte integrante do currículo do 1.º e do 2.º ciclo do Ensino Básico. No 1.º CEB, o Estudo do Meio integra conteúdos relacionados com o meio natural, social e cultural (Félix, 1998). Estes propiciam o desenvolvimento de algumas competências históricas (Domingues, 2011) que, incluídas nos primeiros níveis de ensino, facilitam aos alunos encontrar raízes culturais na comunidade, desenvolvendo-lhes a consciência de que são parte integrante de uma identidade comum (Félix, 1998). Os conteúdos históricos, no programa do 1.º Ciclo, visam a aquisição de conceitos e noções do domínio cognitivo (“Domínio dos conhecimentos”), mas também o desenvolvimento de capacidades (“Domínio das aptidões/capacidades”) e atitudes e valores (“Domínio das atitudes/valores”), encontrando-se formulados em termos de acontecimentos, conceitos, procedimentos e atitudes (Félix, 1998). São diversos os objetivos do programa que apontam para o desenvolvimento sociomoral dos alunos, com a promoção de valores (e.g., tolerância, espírito crítico, identidade nacional, respeito pelos outros), verificando-se, de facto, coerência com a LBSE que privilegia *“uma educação que promove a consciência cívica dos alunos e estimula o seu desenvolvimento sócio-moral [sic]”* (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro). Assim, o aluno que se pretende no final do 1.º Ciclo será aquele que, por um lado, revela autoconfiança no domínio de novas capacidades, competências (comunicativas, expressivas, motoras, criativas, reflexivas, técnicas e imaginativas) e conhecimentos adquiridos e, ainda, demonstre um sentido crescente de autonomia, tomando iniciativas do seu

interesse. Por outro lado, que o aluno consiga estabelecer relações com o grupo, colaborando com ele, respeitando a opinião dos outros e adquira saberes referenciais básicos relativamente a si próprio e à realidade natural e social, nas suas distintas dimensões. Pretende-se, ainda, que o aluno, no final do 1.ºCEB, tenha desenvolvido capacidades de pesquisa, estudo e memorização, revelando domínio de técnicas elementares e manifeste sentimentos elementares de pertença à realidade cultural portuguesa, reconhecendo e valorizando o património histórico e cultural.

O currículo do 2.º CEB inclui a disciplina de História e Geografia de Portugal, que, à semelhança das demais, possui currículo (Roldão, 1999) próprio (Domingues, 2011) que privilegia a ligação entre a História e a Geografia nacionais, propondo uma análise dos acontecimentos do passado contextualizados no espaço (Félix,1998). O programa atualmente em vigor data do início da década de noventa e a sua elaboração levou em consideração o plano curricular do 1.º CEB e o nível de desenvolvimento dos alunos, encontrando-se publicado em dois volumes (Ministério da Educação, 1996).

O programa agrupa-se em três grandes temas unificadores: Península Ibérica – Lugar de passagem e de fixação; Portugal no passado e Portugal Hoje. Os dois primeiros temas são constituídos por subtemas longos e por subtemas de ligação, ou de tratamento mais breve, predominantemente narrativos e centrados em episódios e figuras significativas da História de Portugal. Os subtemas de tratamento mais longo pretendem caracterizar a organização do espaço nacional e os modos de vida em diferentes épocas, dando maior relevo a aspetos da vida quotidiana. O tema “Portugal Hoje” apresenta-se com conteúdos que visam a compreensão do espaço português e a sensibilização para a diferença (económica, social e cultural). Os objetivos visam o desenvolvimento do aluno ao nível intelectual proporcionando aprendizagens significativas através de metodologias centradas no aluno, promovendo o seu desenvolvimento afetivo. Os conteúdos deste ciclo dizem respeito, de uma forma geral, à história nacional promovendo a utilização das “noções operatórias de espaço e de tempo”, de “conhecimentos básicos sobre a realidade portuguesa no presente e no passado, aplicando as noções de evolução e de multicausalidade”, “técnicas elementares de pesquisa”, a explicação e valorização de “elementos do património

histórico português” e, ainda, a manifestação de “respeito por outros povos e culturas” (Domingues, 2011, p.36).

Deste modo, numa estrutura que se espera articulada, o aluno terá contactado, no 1.ºCEB, com as características do meio em que se insere abordando algumas das particularidades identitárias locais e nacionais e, no 2.ºCEB, terá tomado conhecimento do devir histórico nacional, através da utilização da narrativa e da análise de episódios.

Desde 2013, a linha de conteúdos e as propostas de atividades e estratégias previstas no Programa de História e Geografia de Portugal (1996) passaram a “conviver” com as Metas Curriculares da disciplina de História e Geografia de Portugal (Ribeiro et al., 2013), entretanto publicadas e que, pelo menos do ponto de vista prático, ganharam prevalência. Definidas por ano de escolaridade encontram-se organizadas em domínios, subdomínios, objetivos gerais e descritores. A elaboração das metas tomou em consideração três aspetos fundamentais: a organização hierárquica dos conteúdos patente no Programa de História e Geografia de Portugal e que ditou a sequencialização dos domínios, a interdisciplinaridade/articulação entre os conteúdos de História e de Geografia e, finalmente, o estabelecimento rigoroso de descritores de desempenho dos alunos que permitissem avaliar a consecução dos objetivos. Um caderno de apoio às metas curriculares (Ribeiro et al., 2013) foi disponibilizado, contendo suportes teóricos aos objetivos e descritores bem como exemplos de concretização de alguns deles.

As metas curriculares identificam as aprendizagens essenciais para os alunos do 2.ºCEB, constituindo um referencial para que os professores encontrem os meios necessários de modo que os seus alunos desenvolvam capacidades e adquiram conhecimentos (Ribeiro et al., 2013) de que se poderão “servir” e mobilizar quando tiverem que “agir” face às necessidades da sociedade atual (Félix, 1998). É pertinente o ensino de uma História com um papel ativo na formação dos jovens, proporcionando-lhes o desenvolvimento de atitudes de cidadania e despertando-lhes o interesse pela intervenção no meio, o desenvolvimento de atitudes que favoreçam o seu conhecimento do presente e do passado, fornecendo-lhes referentes temporais para o alargamento da compreensão do espaço e do tempo (Ministério da Educação, 1996).

Programas e metas curriculares constituem orientações para o ensino da História que, à semelhança das demais ciências, é mais do que um corpo organizado de conhecimentos elaborados, gerando igualmente um método de investigação do passado, onde o processo e o produto não são facilmente separáveis. Neste quadro, prevê-se, no 6.º ano de escolaridade, a lecionação dos seguintes domínios: Portugal do século XVIII ao século XIX, Portugal do século XX e Portugal Hoje.

3. A Componente local e regional do currículo

O conceito de currículo é polissémico, complexo e dinâmico, por isso é encarado de forma diferente, consoante o contexto social, económico, político e cultural das sociedades ao longo do tempo (Ferreira, 2010). Numa primeira perspetiva, quando se fala de currículo associa-se imediatamente o significado mais comum: programa. Deste modo, contém os conteúdos correspondentes a cada disciplina por anos de escolaridade e ciclos de ensino (Pacheco, 2008). Perspetiva limitada e redutora em que o currículo constitui um plano estruturado e organizado de acordo com objetivos, conteúdos e atividades, para posterior implementação pelo professor (Ferreira, 2010).

Noutra abordagem o currículo é visto como o conjunto de todas as experiências que o aluno vive na escola, identificando-se com a ideia de projeto em permanente construção. Desta forma, apesar de existir um plano aberto previamente definido, nesta definição ampla de currículo, este compreende a seleção e organização das disciplinas, para as quais é definido um currículo específico. Este é normalmente assimilado ao «programa» de cada área curricular (disciplinar ou não). Compreende conteúdos, objetivos, competências, metodologias e sugestões de atividades ou experiências de aprendizagem (Domingues, 2011). O currículo, sendo geral, normativo e descontextualizado deve ser adaptado à realidade de cada escola, segundo o que é socialmente necessário para todos, as necessidades essenciais específicas, concebendo um projeto curricular próprio (Ferreira, 2010). Esta adaptação estruturada pelo professor, possibilitando uma maior adequação das pedagogias às realidades concretas dos alunos e dos seus contextos (Félix, 1998), perspetiva também a valorização do meio como recurso pedagógico, permitindo enriquecer as práticas pedagógicas e as aprendizagens dos alunos. Uma prática que promove a ligação e o desenvolvimento

das parcerias estabelecidas com outras instituições do meio local e com as famílias (Salgado, 1993).

Nesta perspetiva, a Componente Local e Regional do Currículo (CLRC) emerge como uma estratégia contextualizada dos saberes, numa articulação a construir o que o aluno sabe e conhece e os objetivos cognitivos de cada disciplina ou área (Trigo, 1993, p. 3-5), dado que se pretende:

construir para todos uma pedagogia da diferença e, portanto, diversificada a partir do que cada aluno é, sabe e conhece, em cada domínio científico (disciplina ou área disciplinar), mas sem que isso sirva um currículo que desvalorize as aquisições cognitivas, necessárias e identificadas como essenciais, e por isso obrigatórias em cada um dos níveis e graus de ensino. (Trigo, 1993, p. 3-5)

Deste modo, e ainda seguindo o pensamento de Márcia Trigo (1993), nos currículos de todas as áreas há componentes locais e regionais, ou seja, em todas as disciplinas pode estar presente a realidade envolvente dos alunos e, por sua vez, esta pode ser modificada pelas intervenções ponderadas e conscientes dos alunos de cada escola. Esta tem assim um papel relevante na intervenção, transformação e desenvolvimento do meio, através do desempenho dos seus alunos como cidadãos ativos na própria comunidade (Ferreira, 2010).

Pode então afirmar-se que o trabalho de adaptação do currículo pelo professor é, de alguma maneira, uma contextualização do que é prescrito pelo Ministério da Educação nos documentos oficiais (Domingues, 2011). Esta contextualização será sempre diferente e adaptada ao meio dos alunos e pode ser realizada em diversos domínios curriculares, ou seja, nos conteúdos, nos objetivos, nos meios, nos métodos de ensino e aprendizagem, nos materiais, na avaliação (instrumentos e processos), que estão previstos nos programas nacionais, adaptando e escolhendo aqueles que melhor se enquadram no contexto dos alunos e das especificidades da comunidade educativa de cada escola (Ferreira, 2010).

Um currículo incorporando a CLRC introduziria alterações nas representações sociais dos professores – sobre o meio de proveniência dos alunos –, nas práticas pedagógicas – enriquecendo-as e estimulando a dinâmica de aprendizagem e relação

das turmas –, na relação com as famílias e nas parcerias (e desenvolvimento das) com as instituições locais e comunitárias (Domingues, 2011).

Procura-se assim usar a CLRC como forma de fortalecer a relação entre a escola e o seu meio e, sobretudo, transformá-la numa instituição participativa e formadora de indivíduos interventivos. Isto revela uma conceção de escola inserida na comunidade, o que possibilita atividades relacionadas com o património local, que podem ir do conhecimento e sensibilização à conservação do património existente (Domingues, 2011).

Os modelos didáticos baseados na descoberta e na busca de uma história viva, reforçaram a utilização do meio como recurso de ensino da História, traduzindo-se na mobilização de fontes históricas (materiais e orais) próximas do aluno. A receita do meio, como instrumento para a aquisição do conhecimento histórico, proporciona a ilustração de conhecimentos e a interação com o património cultural possibilitando o desenvolvimento de atitudes de empatia e respeito pelo passado.

No Programa de História e Geografia de Portugal (Ministério da Educação, 1996, vol. I), está presente, na orientação metodológica, a utilização do meio como recurso didático preferencial, considerando que a aprendizagem deve ser significativa para os interesses e experiências dos alunos. No Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem (Ministério da Educação, 1996, vol. II) são apresentadas sugestões de técnicas e atividades que esclarecem o professor sobre a articulação de várias componentes curriculares e lhe facilitam a tarefa de planificação. Este plano também explicita que as propostas nele apresentadas, sem carácter vinculativo, podem ser substituídas por outras que se revelem mais adequadas às características dos alunos e às disponibilidades da escola e do meio, bem como o aprofundar de um tema de acordo com as potencialidades da região. É frequentemente alvitrada a utilização do meio como recurso pedagógico, materializando a perspetiva de regionalização subjacente ao programa. De entre as atividades apresentadas encontram-se, por exemplo, o levantamento de vestígios a nível local da época em estudo, a visita a locais/monumentos da época existentes em local próximo ou pesquisas sobre costumes e tradições da sua região.

A flexibilidade curricular, num quadro de autonomia das escolas, vem assim propiciar e incentivar a conceção, desenvolvimento e avaliação de projetos, e assegurar

margens de liberdade que permitam afirmar as especificidades dos distintos contextos locais (Domingues, 2011). Neste plano, cabe às escolas elaborarem documentos curriculares próprios. O Projeto Educativo (PE), que estabelece a ponte entre as orientações da tutela e as específicas de cada escola, consagra o rumo educativo do agrupamento de escolas e explicita os princípios, os valores, as metas, bem como as estratégias segundo as quais o agrupamento de escolas se propõe cumprir a sua função educativa (Decreto-Lei n.º 75/08 de 22 de abril, 2008, p.2344). Com este documento pretende-se a elaboração de projetos multidisciplinares e o estabelecimento de parcerias escola-instituições comunitárias (Domingues, 2011). Esta relação com outras instituições da comunidade apresenta uma visão dinâmica do currículo, uma oportunidade de a escola se repensar ao nível local, ou seja, desenvolver e apoiar projetos educativos no âmbito local e regional, de acordo com os recursos da escola através da colaboração com outras escolas e identidades (Decreto-Lei n.º 75/08 de 22 de abril).

De igual modo, o Plano de Trabalho da Turma (PTT) constitui-se como um documento significativo. Sendo a turma a unidade de organização dos alunos na escola, prevê-se a elaboração do PTT de forma a coordenar as atividades pedagógicas, a desenvolver pelos professores do departamento, no domínio da implementação dos planos curriculares nas suas componentes disciplinares, bem como de outras atividades educativas (Roldão, 1995). Deste modo, este documento inclui a programação dos diferentes departamentos curriculares e a planificação ao nível dos professores, visando a territorialização do currículo, ou seja, contextualizar o que se ensina a um território escolar e a um grupo de alunos, organizado em turmas, que necessitam de percursos de escolarização e de níveis de aprendizagens específicos e adequados às suas características (Pacheco, 2008).

O PTT obedece, assim, às linhas de desenvolvimento do PE, tendo por base uma caracterização de cada turma em concreto, que passa pelo diagnóstico de problemas, de medidas para os superar e pelas potencialidades a desenvolver. Uma das principais preocupações que deve orientar a elaboração deste documento é a articulação interdisciplinar, para a qual devem ser delineadas estratégias. O PE e os PT de cada escola ou agrupamento, tendo por base os princípios enunciados nos documentos oficiais (e.g., Lei de Bases do Sistema Educativo), incorporam as práticas dos

professores em cada contexto, acentuando as especificidades locais e o modo de atuação da instituição, designadamente, preocupações, necessidades, prioridades e estratégias de intervenção.

Procurou-se fundamentar o lugar da história no currículo do 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico, bem como elencar os seus principais objetivos. Sustenta-se que a inclusão da História no currículo proporciona o desenvolvimento de múltiplas capacidades dos alunos, criando condições para estes se tornarem cidadãos que participam ativamente na sua realidade. Discute-se, ainda, o papel fundamental da introdução da componente local e regional do currículo, que permite aos alunos o conhecimento do meio que os envolve, despertando-lhes atitudes de empatia e respeito. Simultaneamente, analisou-se a importância e o papel das diretrizes nacionais na prática docente. Estas, para além de identificarem as aprendizagens essenciais para os alunos, auxiliam o professor no seu trabalho, isto é, a encontrarem os meios necessários para os seus alunos desenvolverem as capacidades necessárias quando tiverem que “agir” face às necessidades da sociedade atual.

CAPÍTULO 2 – DO AGRUPAMENTO À SALA DE AULA

Neste capítulo contextualiza-se o estudo realizado, isto é, explicita-se o contexto em que surgiu e localiza-se a unidade didática nas diretrizes nacionais e, ainda, apresenta-se o agrupamento e a escola onde foi realizado. Posteriormente, com recurso aos dados disponíveis, caracteriza-se a turma numa perspetiva sociocultural e económica.

1. Contextualização do trabalho de investigação

De acordo com o que já salientámos, nas metas curriculares está prevista a leção, no 6.º ano de escolaridade, do domínio “Portugal do século XX” que inclui o subdomínio “Estado Novo” (Ribeiro et al., 2013). No âmbito do estágio profissional do 2.º CEB, previsto na unidade curricular de Prática Educativa II, foi-me proposto, para objeto de relatório final, a planificação deste subdomínio.

Ao longo das quatro semanas iniciais em que apenas observamos o professor cooperante e a turma, conseguimos entender como era a turma com que iríamos realizar o estudo e, apercebemo-nos, igualmente, de algumas estratégias utilizadas pelo professor para lecionar os conteúdos. O professor cooperante utilizava maioritariamente o método expositivo com recurso a documentos, de diversa ordem, ao manual e socorria-se de ficheiros pptx (Microsoft PowerPoint), onde apresentava imagens e analisava documentos. Verificamos que, em algumas situações, fazia referência ao património da cidade de Coimbra, mas, também, ao restante património nacional.

Assim, surgiu o interesse de planificar a unidade didática proposta, introduzindo a Componente Local e Regional. Com este estudo pretendíamos proporcionar aos alunos o contacto com o património do meio local, utilizando-o como recurso didático preferencial, bem como contribuir para o seu envolvimento afetivo, fomentando atitudes de respeito e preservação pela sua herança cultural. Nesta perspetiva, escolhemos Bissaya Barreto por ser uma personalidade com impacto na história da cidade de Coimbra, durante o período do Estado Novo, e o seu legado mais visível e conhecido da faixa etária dos alunos, caso do Portugal dos Pequenitos, por ser um espaço que a sua maioria conhece, mas, muito provavelmente, não compreendiam ou desconheciam o seu significado.

2. O agrupamento e a escola

O Agrupamento de escolas, onde decorreu o estágio curricular, está situado numa freguesia da cidade de Coimbra, na margem direita do rio Mondego. Este integra dois jardins de infância, quatro escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), uma escola do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e ainda uma escola dos serviços prisionais. A população escolar do agrupamento é constituída maioritariamente por alunos cuja residência se situa na área de influência das escolas. No entanto, dado que as escolas do agrupamento se localizam numa zona da cidade onde se concentram numerosos serviços e comércio, alguns alunos vêm diariamente de localidades limítrofes, pela proximidade do local de trabalho dos pais. O agrupamento é constituído por 140 docentes homens e mulheres, com um corpo não docente de 50 elementos e 1419 discentes (Projeto Educativo 2013/2016).

Aberto à sua comunidade, procura incluir no seu projeto educativo atividades e ações ancoradas na matriz cultural da cidade de Coimbra. Este agrupamento tem como objetivo promover uma resposta educativa propiciadora da construção de referenciais cívicos e académicos que visam atenuar as diferenças sociais e culturais, no sentido de criar uma escola verdadeiramente inclusiva. Promove e desenvolve projetos de natureza diversificada que permitem aos seus alunos apreender e vivenciar a cidadania nas suas diversas vertentes, assim como assimilar valores éticos que levam para a sua vida (Projeto Educativo 2013/2016).

A escola do 2.º e 3.º CEB, que foi palco do desenrolar do estágio curricular, é a escola sede e fica situada na malha urbana da cidade de Coimbra. Dada a sua localização privilegiada, em zona central da cidade, num espaço atrativo pela qualidade de uma área residencial dotada de bens e equipamentos multisserviços, os alunos pertencem, maioritariamente, a famílias de nível socioeconómico médio-elevado.

Arquitetonicamente distribuída por vários edifícios, expressão da construção escolar de finais da década de sessenta e inícios da década de setenta, a escola está equipada com um conjunto de blocos de aulas, um pavilhão polidesportivo e um polivalente onde se situa a biblioteca, o bar e a cantina, a direção e a secretaria. Dotada de um espaço exterior significativo para recreio, possui, ainda, um campo de jogos que, conjugado com o polidesportivo, resultam em importantes recursos para a prática da educação física e desporto. Já as salas de aula estão equipadas com computador, quadro interativo e projetor, contudo, muitos deles não funcionam e os professores veem-se limitados à utilização do quadro negro e pau de giz, do manual e as respetivas fichas de trabalho, reduzindo, substantivamente, o recurso a atividades de carácter mais dinâmico, interativo e motivante. De entre os equipamentos deve destacar-se a existência de uma sala, devidamente equipada, destinada aos alunos com necessidades educativas especiais (alunos com a medida de apoio de currículo específico individual) para desenvolver atividades promotoras da sua autonomia pessoal e social. Existe, igualmente, uma unidade de apoio a alunos com multideficiência que frequentam os 2º e 3º CEB e que tem por objetivo desenvolver respostas educativas diferenciadas e específicas (Projeto Educativo 2013/2016).

Neste estabelecimento, o projeto educativo é a matriz de referência de onde partem os outros projetos da escola e constitui-se como instrumento de inovação, sendo, por isso, intitulado “*Rumo ao Futuro*”, incluindo três eixos temáticos: *Ambiente, Cultura; Solidariedade* (Projeto Educativo 2013/2016).

3. A turma e os alunos

A turma, com a qual se desenvolveu a presente investigação, era composta por vinte e um alunos, dez raparigas e onze rapazes, com idades compreendidas entre os onze e os doze anos. À exceção de um aluno, todos frequentaram a escola no ano letivo anterior (Plano de Trabalho da Turma, 2016/2017).

A maioria dos alunos era natural de Coimbra e com residência na cidade, à exceção de dois que vivem nas proximidades. Dezassete alunos têm uma família biparental (com os pais, com ou sem irmãos) e os restantes em família monoparental (pai ou mãe, com ou sem irmãos) (Plano de Trabalho da Turma, 2016/2017).

A maioria dos agregados familiares era composta por três e quatro elementos. O conjunto dos encarregados de educação era composto por dezassete mães e três pais. Através de inquéritos realizados pela diretora de turma, foi possível verificar que os pais possuíam, na sua maioria, habitações de grau superior, ainda que três possuíam apenas o 9.º ano de escolaridade. Ao nível das profissões, e com recurso à Classificação Portuguesa das Profissões (Instituto Nacional de Estatística, 2010), no caso dos pais, destacavam-se os especialistas das atividades intelectuais e científicas (5) e os especialistas em vendas, marketing e relações públicas, a par dos especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, com dois. Já no caso das mães, a dispersão era maior, destacando-se, com quatro especialistas das atividades intelectuais e científicas, duas especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais, e as restantes com apenas uma administrativa, técnica da medicina e farmácia, especialista em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais, auxiliar de cuidados de crianças, trabalhadora de limpeza e uma desempregada (cf. anexo 1). Destacar que do universo em estudo, três pais e três mães não responderam (Plano de Trabalho da Turma, 2016/2017).

A turma integrava três alunos com necessidades educativas especiais, enquadrados na legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 3/08 de 7 de janeiro, 2008), dois

dos quais apresentavam uma retenção no 1º ciclo. Estes alunos encontravam-se a beneficiar, desde o início do ano, das medidas educativas previstas nos seus programas educativos individuais. Desde setembro que dois outros alunos frequentavam aulas de apoio na disciplina de Matemática, conforme indicações registadas no final do 5º ano (Plano de Trabalho da Turma, 2016/2017).

O grupo apresentava uma composição bastante heterogénea no que respeita a capacidades intelectuais, competências e interesse pelas atividades letivas (Plano de Trabalho da Turma, 2016/2017). De um modo geral, a turma revelava algumas dificuldades, nomeadamente, ao nível da participação organizada na aula, no cumprimento de regras e de atenção/concentração e revelava, ainda, alguma imaturidade, falta de confiança e baixa autoestima bem como falta de sentido de responsabilidade. Finalmente, o grupo possuía, de forma marcada, diferentes ritmos de aprendizagem e de trabalho (Plano de Trabalho da Turma, 2016/2017). No grupo turma destacavam-se sete alunos que demonstravam ser bastante motivados para aprender, com boas capacidades, bem-comportados, cumpridores das regras e das tarefas, muito autónomos, cooperantes, responsáveis e aplicados. Desempenhavam as suas tarefas com muito sucesso e, portanto, destacavam-se ao nível do aproveitamento. Simultaneamente, existia um outro grupo de alunos que, apesar de revelarem boas capacidades de aprendizagem e raciocínio, interrompiam e prejudicavam constantemente o decorrer da aula com brincadeiras, conversas, risotas e distrações. Finalmente, um terceiro (pequeno) grupo, apesar de não perturbarem a aula, raramente participavam, demonstrando pouco interesse e muitas dificuldades em acompanhar a leção dos conteúdos (Plano de Trabalho da Turma, 2016/2017).

A maior parte dos alunos assumia que estudava diariamente, no entanto, três referiam que só estudavam às vezes, especialmente, ao fim de semana e um outro, referia que quase nunca. Apenas dois alunos diziam estudar sozinhos, os restantes estudavam, na sua maioria, acompanhados por um dos pais ou outros familiares, e alguns sozinhos e acompanhados. A maioria dos alunos estudava em sua casa ou em casa de familiares e alguns apenas o faziam na escola. (Plano de Trabalho da Turma, 2016/2017).

Finalmente, e em termos de expectativas de futuro, dezasseis, dos vinte e um alunos, responderam que pretendiam tirar um curso superior, e, os restantes, não sabem ou não responderam (Plano de Trabalho da Turma, 2016/2017).

Deste modo, perante a descrição detalhada da turma, podemos afirmar que os alunos têm um nível socioeconómico médio alto, ainda que alguns podem ser médio baixo, visto que uma percentagem significativa dos encarregados de educação revelam ter um elevado nível de escolarização e, consequentemente, profissões que lhes permitem aceder a boa qualidade de vida.

Realizou-se a contextualização possível do estudo. Procurou-se apresentar uma caracterização do agrupamento, bem como da escola e da turma, considerando, nomeadamente, a relevância que a própria literatura lhe atribui ao conhecimento das características dos alunos, do seu meio e da comunidade envolvente, para o ato de planificar e de criar condições para o ensino e a aprendizagem (Félix & Roldão, 1996). Deste modo, a planificação desta Unidade didática teve em conta as características da turma, procurando contribuir para superar as dificuldades ao nível da participação organizada, da atenção e concentração e os diferentes ritmos de aprendizagem e de trabalho e, por outro lado, corresponder aos seus interesses.

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No presente capítulo apresenta-se o desenvolvimento das etapas do projeto de investigação e as opções de carácter metodológico, no sentido de caracterizar o presente estudo. Clarifica-se a natureza do estudo, as questões e objetivos de investigação subjacentes, bem como os instrumentos mobilizados e os procedimentos de recolha de dados.

1. Tipo de estudo

Com a presente investigação pretendeu-se proporcionar aos alunos o contacto com o património do meio local, utilizando-o como recurso didático preferencial, bem como contribuir para o seu envolvimento afetivo, fomentando atitudes de respeito e preservação pela sua herança cultural. Assim, surgiu a seguinte questão central: “Como ensinar o Estado Novo a alunos do 2.º CEB?”.

Tendo por base a questão previamente formulada, elaboraram-se os seguintes objetivos específicos: caracterizar estratégias e recursos a utilizar, compreender a importância da componente local e regional e analisar a multiplicidade de opiniões e perspetivas dos alunos.

A abordagem adotada e os métodos de recolha de informação selecionados dependeram da natureza do estudo e do tipo de informação que se pretendia obter (Bell, 2002). Deste modo, neste estudo optou-se pela investigação qualitativa. Nesta a fonte direta de dados foi o ambiente natural, isto é, os dados foram recolhidos em situação, através do contacto direto. Mesmo que os investigadores utilizem equipamento vídeo e áudio, como é o caso deste estudo, o material registado é revisto na totalidade pelo investigador, sendo o entendimento que este tem deles o instrumento-chave de análise.

A investigação qualitativa é descritiva, pois os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens, por isso, tal como no presente estudo, incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, documentos, etc., e os resultados contêm citações feitas com base nos dados, ilustrando a apresentação. Nesta perspetiva, tudo tem potencial para constituir uma pista que propicie uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo (Bodgan & Biklen, 1994).

No caso presente, não se recolheram dados com a finalidade de confirmar hipóteses contruídas previamente, tratou-se de contruir um quadro que foi ganhando forma à medida que se recolheram e analisaram os dados. Foi maior o interesse pelo processo do que pelos resultados e tendeu-se a analisá-los de forma indutiva (Bodgan & Biklen, 1994).

Por fim, neste estudo, deu-se extrema importância à experiência dos sujeitos, às suas vivências, bem como às suas interpretações e representações. Portanto, numa investigação qualitativa os dados são representados verbalmente e com grande riqueza de detalhes, a estagiária investigadora foi a intérprete da realidade, imersa no contexto. A abordagem é interpretativa e não experimental, a análise é de conteúdo, hermenêutica e fenomenológica (Bodgan & Biklen, 1994).

No quadro analítico da investigação qualitativa, adotamos, como estratégia de investigação, a investigação-ação. A ligação entre os termos “investigação” e “ação” ilustra as características essenciais desta estratégia, isto é, a obtenção de ideias a partir da prática como um meio para fomentar o conhecimento acerca da mesma (Amado, 2013). Deliberada e orientada para a solução, foi realizada e conduzida por uma pessoa. Constituiu um processo coletivo que envolveu a professora estagiária investigadora e a turma em estudo, caracterizando-se por ciclos de identificação de problemas, recolha sistemática de dados, reflexão, análise, ações orientadas em função dos dados obtidos e, por fim, redefinições do problema. Assumiu um caráter autoavaliativo, autorreflexivo, prático e interventivo (Amado, 2013).

No quadro das modalidades de investigação-ação, a presente pesquisa enquadra-se numa investigação-na/pela-ação. Esta modalidade constitui um procedimento complexo, devido à multiplicidade dos seus objetivos, que apontam para a produção de conhecimentos, introdução de mudanças e formação de competências nos participantes. Existiu a necessidade de planear um faseamento que permitisse ir do diagnóstico ao estudo e do estudo à intervenção. Para tal, estabeleceram-se um conjunto de fases. Perante a amostra em análise, selecionou-se o foco da investigação e estudou-se a literatura disponível, recolheram-se os dados a partir de uma variedade de fontes, organizaram-se, analisaram-se e interpretaram-se os dados (Amado, 2013).

2. Técnica e instrumentos de recolha de dados

No âmbito da investigação qualitativa optámos, como técnicas de recolha de dados, pela entrevista e pelo Grupo focal, a primeira visando a recolha de orientações para a preparação da planificação da unidade didática a lecionar e, este último, com o objetivo de recolher as opiniões dos alunos em relação à unidade didática lecionada, com recurso à componente local e regional do currículo.

Deste modo, inicialmente, para a elaboração da planificação da unidade didática foi realizada uma entrevista ao professor cooperante. Técnica de recolha de dados, especialmente utilizada em contexto de investigação qualitativa, constitui um poderoso meio para a obtenção de informações nos mais diversos campos, apresentando-se como um meio de transferência de informação, de uma pessoa para a outra, através de uma conversa intencional orientada por objetivos precisos. Nesta investigação o tipo de entrevista utilizada foi a semiestruturada (ou semidiretiva), onde as questões derivam de um plano prévio (guião), onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial da informação que se pretende obter, embora, durante a interação se venha a dar uma grande liberdade de resposta ao entrevistado (Amado, 2013). Este tipo de entrevista permite ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto, salientando o que achar mais relevante, segundo a ordem que lhe convier, possibilitando a captação imediata e corrente das informações desejadas.

No caso vertente, o guião da entrevista (cf. anexo 2) foi elaborado tendo em vista os objetivos da investigação, por isso, foi estruturado em blocos temáticos, objetivos, questões fundamentais (ou orientadoras), de acordo com uma ordem lógica e prática, e as questões de recurso ou aferição, para utilizar apenas quando o entrevistado não desenvolvesse o assunto proposto ou não atingisse o grau de explicitação pretendido. O guião constituiu-se, assim, num referencial organizado, de tal modo que permitia obter o máximo de informação com o mínimo de perguntas. O primeiro bloco consistiu na apresentação e legitimação da entrevista e, os seguintes, serviram para guiar a entrevista em direção às temáticas que interessava explorar (Amado, 2013). Na formulação das perguntas prestou-se especial atenção a que estas deveriam ser: abertas de forma a minimizar a imposição de respostas singulares, com uma linguagem clara e neutras, respeitando o entrevistado (Amado, 2013). A entrevista decorreu durante duas sessões e, com a autorização do professor cooperante foi áudio-gravada.

Aos alunos, foi realizada uma entrevista de grupo: grupo focal. A entrevista de grupo é uma técnica muito utilizada na investigação educativa, com o objetivo de envolver um grupo na discussão de um tema previamente fixado, sob o controlo de um moderador que estimulará a interação e assegurará que a discussão não se dispersará do tema. Durante toda a interação espera-se que surjam as informações pretendidas, pois esta é meio e fonte de produção de dados. O moderador possibilita o alargar do leque de respostas possíveis, ao reativar detalhes esquecidos da experiência e, ao liberar os participantes de inibições relativamente à expressão da sua opinião, captando, assim, a multiplicidade de perspetivas no interior do grupo (Amado, 2013).

Para preparação do grupo focal foram, inicialmente, definidos os objetivos e, de seguida, elaborado um guião da entrevista (cf. anexo 3). Mais uma vez, formularam-se questões abertas dando a possibilidade de os entrevistados seguirem a sua linha de pensamento, fora do que estava previsto (Amado, 2013).

Perante a pouca disponibilidade horária da turma, a entrevista foi realizada numa aula de Formação Cívica, dispensada pela diretora de turma. Deste modo, não foi possível dividir a turma em pequenos grupos de seis alunos, como sugere a literatura (Amado, 2013), o que obrigou à realização do *Focusgroup* com toda a turma, com o prejuízo – e.g., riqueza de participação –, daí resultante. Com a autorização da direção da escola, da direção de turma e de todos os encarregados de educação (cf. anexo 4), a entrevista foi vídeo-gravada.

Ambas as entrevistas foram transcritas integralmente, para posterior análise do seu conteúdo. Na análise de conteúdo procedeu-se à categorização, ou seja, para ensaiar uma descrição e caracterização rigorosa do conteúdo procedemos à agregação e transformação dos dados (Amado, 2013). Inicialmente, espartilhou-se o texto em unidades de sentido que se consideraram pertinentes e, seguidamente, atribuiu-se um código a cada uma dessas unidades, correspondente ao sentido que se lhe conferiu e, que se traduz, ao mesmo tempo, na categoria ou subcategoria do sistema. Terminada a codificação, confrontaram-se as unidades de registo correspondentes ao mesmo código. No caso deste estudo, tornou-se possível fazer um esboço preliminar de um mapa conceptual das áreas temáticas e do sistema de categorias, a partir do guião da entrevista, da sua transcrição e dos seus blocos temáticos.

A par das entrevistas, semidiretiva e grupo focal, o diário foi também utilizado como instrumento de recolha de dados. Porém, interessará situar o diário, antes de mais, no conjunto de instrumentos de recolha de dados designado por documentos pessoais, para lhe conferirmos o seu verdadeiro sentido e abrangência, sendo efetivamente, confirmado pela comunidade científica o uso de documentos pessoais na metodologia de investigação qualitativa (Alves, 2004). Este foi utilizado como forma de registo diário, dos factos que observou e da interpretação dos mesmos. O diário de bordo assume um carácter pessoal, uma vez que se trata de um registo das experiências pessoais e observações passadas, em que o sujeito que escreve inclui interpretações, opiniões, sentimentos e pensamentos, sob uma forma espontânea de escrita, contribuindo para refletir sobre o que sucedeu na sala de aula durante o dia. Por outro lado, o diário serve também para preservar as vivências e as perceções dos factos de uma distorção que, com o tempo, a memória lhes vai introduzindo (Alves, 2004). Oferece aos professores a possibilidade de uma autorreflexão sobre as suas tensões e conflitos, de natureza variada, mas que, consciencializados, darão lugar à serenidade e empenhamento profissional, indispensáveis ao enriquecimento da comunidade (Alves, 2004).

Neste capítulo deu-se conta do processo metodológico seguido para a elaboração do presente estudo. Partindo da questão de partida e da definição de um conjunto de objetivos específicos, procurou justificar-se a opção por uma investigação qualitativa, face à predeterminação do recurso à estratégia de investigação-ação. Explicitaram-se as técnicas de recolha de dados mobilizadas, bem como os instrumentos construídos para o efeito. Seguidamente, discutiram-se os procedimentos de análise dos dados.

CAPÍTULO 4 – A ENTREVISTA AO PROFESSOR COOPERANTE COMO PONTO DE PARTIDA

Como referido anteriormente, enquanto técnica de recolha de dados optou-se pela entrevista semiestruturada que, posteriormente, foi transcrita e foi submetida a uma codificação vertical e horizontal. Neste capítulo, apresenta-se, através da matriz

apresentada (cf. anexo 10), a análise do conteúdo da entrevista ao professor cooperante.

1. A entrevista – apresentação e discussão

Por categoria, procedemos à apresentação e análise dos dados. Tarefa complementada com a referência às subcategorias e respetivos indicadores, devidamente explanados com as unidades de registo selecionadas (cf. anexo 10).

A primeira categoria engloba as respostas do entrevistado relativas às Metas curriculares, sua função e comparação com os conteúdos. A categoria seguinte engloba as referências bibliográficas sugeridas para consulta, todos os conteúdos a lecionar e a não lecionar e, ainda, algumas explicações dadas pelo cooperante sobre os mesmos. Na categoria “conceitos”, surgem explícitos conceitos que o entrevistado sentiu necessidade de explicar. Na “componente regional e local” emergem as informações que o entrevistado considerou pertinentes relativas a Bissaya Barreto, ao Portugal dos Pequenitos e às Casas da Criança. Relativamente à categoria “Planificação”, expomos todas as orientações dadas para a construção da planificação das aulas, distribuição dos conteúdos por tempos, estratégias, recursos e avaliação. Por fim, a categoria “Projeto de Investigação” refere-se à realização do Grupo Focal.

1.1. Metas

Subcategoria	Professor Cooperante
As Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal (Ribeiro et al., 2013) são um instrumento de referência, utilizadas para orientar o trabalho do professor.	<i>“estamos no 6.º ano, então o que tem de ver é exatamente o que está aqui nas metas”</i> <i>“as metas orientam, mas nós podemos dar aulas de outra maneira”</i>
Há objetivos gerais, estabelecidos nas metas curriculares, que pretendem propiciar o desenvolvimento de competências que permitem ao aluno a participação consciente e crítica na vida da comunidade.	<i>“abrir um espaço de reflexão para permitir que o estudo da História seja entendido como uma forma de estudando o passado, problematizando o passado, perceber o presente, refletir sobre o presente e ganhar uma consciência política e cívica”</i>
Por outro lado, as metas também contribuíram para alterar certas rotinas	<i>“um dos objetivos das metas é substituir as matrizes”</i>

pedagógicas, tornando-se, agora, desnecessária a elaboração de matrizes, aquando dos testes de avaliação sumativa, pois estas estabelecem os objetivos a atingir pelos alunos.	<p><i>“um dos objetivos das metas é dizer para o teste têm de saber esta meta, esta esta e aquela, e pronto”</i></p> <p><i>“para quê matrizes?”</i></p> <p><i>“Matriz? Nós não utilizamos matriz aqui”</i></p> <p><i>“Eu não faço matrizes, eu recuso-me a fazer e acho que não se deve fazer”</i></p>
Contudo, há necessidade de distinguir meta de conteúdo.	<p><i>“conteúdo é aquilo que a menina tem de abordar a meta é o objetivo que a menina tem de atingir, podendo recorrer a um conteúdo ou outro, manipulá-lo de uma maneira ou outra, articulá-lo de uma maneira ou outra, abordá-lo de uma maneira ou outra”</i></p>

Relativamente à primeira categoria, foi necessário dividi-la em duas subcategorias: função e comparação com conteúdos.

Como já referido anteriormente, a partir de 2013, entraram em vigor as Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal (Ribeiro et al., 2013). Estas, organizadas em domínios, subdomínios, objetivos gerais e descritores, são para o entrevistado, um instrumento de referência. Orienta a estagiária de forma a utilizar as metas para nortear a sua prática, estabelecer os conteúdos a lecionar e organizar a planificação das aulas. Por outro lado, considera que as metas curriculares também orientam os alunos na preparação dos testes de avaliação, tornando obsoletas as anteriormente utilizadas matrizes.

1.2. Conteúdos

Subcategoria	Professor Cooperante
<p>Referências bibliográficas</p> <p>É destacado um conjunto de referências bibliográficas para consulta e utilização na preparação das aulas. O recurso a esta bibliografia especializada, em articulação com o manual da disciplina em uso, serviu de alicerce à preparação científica das aulas.</p>	<p><i>“Deixe-me ver um livro sobre o corporativismo, é importante ver, (...) do Álvaro Garrido, “Queremos uma economia nova, Estado Novo e corporativismo””</i></p> <p><i>“veja o filme dos “Verdes Anos” do cineasta Paulo Rocha”</i></p> <p><i>“os livros do Lobo Antunes”</i></p> <p><i>“Há um livro interessante do Professor Jorge Pais Sousa, (...) que é precisamente “Bissaya Barreto a vida e obra””</i></p>

Conteúdos a lecionar	
<p>- Milagre Financeiro Explicação das medidas tomadas por Salazar para atingir o milagre financeiro.</p>	<p><i>“fala no saldo positivo das contas públicas, depois relacionar o saldo positivo com a chamada ditadura financeira e o prestígio, e todas as atividades e manobras de propaganda que o Salazar geriu, com o objetivo de tomar o poder”</i> <i>“Não há milagres, o que há é um Imposto de Salvação Nacional”</i></p>
<p>- Salazar Destaca que Salazar estudou e, mais tarde, foi professor, na Universidade de Coimbra, como um elemento prestigiante. Por outro lado, refere a formação católica que também lhe propiciou a ascensão social e a entrada na vida política.</p>	<p><i>“A figura de Salazar é uma figura muito complexa, ainda hoje é muito polémica”</i> <i>“a questão religiosa, a questão financeira, (...) a sua proveniência da Universidade de Coimbra”</i></p>
<p>- Constituição Refere a supremacia do poder executivo sobre o legislativo, ou seja, o Governo era o órgão de soberania com mais poderes, decretava a maioria das leis, vendo o reforço cada vez maior das suas competências, em detrimento da Assembleia Nacional, o órgão legislativo.</p>	<p><i>“Depois, continuar a salientar na Constituição de 1933 a supremacia do poder executivo, que é de governar por decreto”</i></p>
<p>- Mecanismos de difusão dos ideais Menciona a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa feminina, afirmando que aquando da leção se devia caracterizar cada uma delas.</p>	<p><i>“Sim, 1936/37. 1936 a masculina.”</i> <i>“[referir aspetos sobre cada um deles?] sim”</i></p>
<p>O entrevistado assinalou também o ensino como um mecanismo de controlo e de doutrinação.</p>	<p><i>“No livro único”</i> <i>“Nos programas escolares, nomeadamente na História de Portugal, na Educação Cívica, na Literatura”</i> <i>“o crucifixo dentro da sala de aula, uma série de orientações muito restritas, o canto coral, a ginástica”</i></p>
<p>Refere a criação do Secretariado de Propaganda Nacional, em 1933.</p>	<p><i>“O SPN, o Secretariado de Propaganda Nacional”</i></p>

<p>Aponta a exploração do cartaz de propaganda da “Lição de Salazar”, da autoria de Martins Barata, onde são visíveis todos os valores que se pretendiam incutir.</p> <p>- Mecanismos de repressão</p> <p>Enumera a Legião Portuguesa, a censura prévia e a polícia política, devendo, a estagiária, explorar as características de cada um destes mecanismos de repressão.</p> <p>Relativamente à ação da polícia política, faz referência às suas prisões e às situações vividas pelos presos.</p> <p>- Movimentos de resistência/oposição</p> <p>Foi sempre difícil a organização da oposição ao regime, pois esta era bastante heterogénea e enfrentava uma repressão eficaz, optando pela clandestinidade. Refere a criação, em 1945 do MUD e, destaca a ação do Partido Comunista.</p> <p>Destaca a participação de Mário Soares no MUD e no PCP.</p> <p>Atenta na candidatura de Humberto Delgado, em 1958, como o grande momento de oposição ao regime.</p> <p>Menciona que surge na década de 60 o chamado movimento de intelectuais e artistas. Cantores e poetas usam a palavra e a música como</p>	<p><i>“Claro. Um mecanismo de controlo e de doutrinação”</i></p> <p><i>“pode explorar isto. Este cartaz é uma maravilha, este cartaz diz tudo”</i></p> <p><i>“Os óbvios, a Polícia Política, a Censura Prévia”</i></p> <p><i>“[A Legião Portuguesa] sim, claro”</i></p> <p><i>“[referir aspetos sobre cada um deles] sim”</i></p> <p><i>“Agora pergunta-me, que outras? Pode falar de Aljube, pode falar de Custóias”</i></p> <p><i>“Claro, como é evidente, é um regime repressivo, principalmente no Tarrafal”</i></p> <p><i>“O MUD, o MUD sim, o MUD é nos anos 40 a seguir a guerra”</i></p> <p><i>“Agora o Partido Comunista de facto tem de ser referido”</i></p> <p><i>“Depois o Partido Comunista, é em bom rigor a única organização que na clandestinidade resiste e se opõem de forma estrategicamente concertada pensada, continuada ao Estado Novo”</i></p> <p><i>“O Mário Soares, pode fazer uma breve referência ao Mário Soares, o Mário Soares é um militante, primeiro militante comunista e depois entra no MUD, (...) e depois tem um longo trajeto de oposição ao Estado Novo”</i></p> <p><i>“Delgado é um marco, até a própria história do Delgado é muito significativa”</i></p> <p><i>“Delgado é um defensor do Salazar e é um daqueles jovens oficiais que adere ao Salazarismo, que faz toda a sua carreira e depois muda, vai à América”</i></p> <p><i>“o Delgado é um marco porque a partir de 1958 de facto nas eleições (...) passa a ser feita através de um colégio eleitoral”</i></p> <p><i>“obras artísticas, quer cantores, poetas, o Manuel Alegre, o Adriana Correia de Oliveira, cantores o Luís Cília, o Sérgio Godinho também</i></p>
--	---

<p>intervenção, protestando contra o regime. O entrevistado orienta a estagiária para citar alguns, para os alunos ficarem a conhecer.</p>	<p><i>mais tarde, poetas, escritores, o José Rodrigues Migueis”</i> <i>“cite só os nomes para eles ficarem a conhecer, pintores também Cirilo, atores de teatro, cineastas”</i> <i>“O Zeca Afonso é aquele que provavelmente se destaca mais”</i></p>
<p>Salienta ser necessário referir, como momento de oposição ao regime, o caso do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes.</p>	<p><i>“depois há outro que eu costumo referir também porque não apenas foi uma figura de grande coragem e de grande gabarito intelectual, mas por ter sido um bispo, o bispo do Porto, o D. António Ferreira Gomes, que retira ao Salazar uma das suas bases”</i> <i>“Quando o D. António Ferreira Gomes escreve uma carta onde denuncia o regime do Estado Novo e o seu carácter ditatorial”</i> <i>“é um bispo e não é um bispo qualquer, é um bispo do Porto, é um bispo com forte reconhecimento das suas capacidades intelectuais e culturais, com uma grande autoridade, e que, irrita solenemente o Salazar”</i> <i>“é também marcante. Porquê? Porque retira ao Salazar, ao Salazarismo e ao Estado Novo, aquele papel e aquele estatuto que ele gostava de arvorar”</i> <i>“e agora está um inimigo, um opositor do Estado que é católico, que é católico e é bispo do Porto”</i> <i>“Gera-se ali a volta do Bispo do Porto um grupo de apoiantes, de católicos, que passa da fé à militância ativa, não ao serviço do Estado Novo, mas opondo-se ao Estado Novo”</i></p>
<p>As novas ideias no campo da política, moral e social e a impopularidade da guerra colonial, despertam no meio juvenil radicalismos e rebeldias. Destaca a crise académica de 1969, em Coimbra.</p>	<p><i>“ora os estudantes (...) são muito importantes (...) em 1969 em Coimbra, (...) claramente de uma forma maciça se colocam na oposição ao regime, (...) não garante a continuidade do regime”</i> <i>“tal como a crise académica é sintomática de que as jovens gerações estão a descolar da afetação, da simpatia ao Estado Novo”</i></p>
<p>O entrevistado explicita que, os três pilares do regime começam a ruir.</p>	<p><i>“é um sinal claro que a juventude, os trabalhadores (...), o partido comunista sempre minando e laborando na clandestinidade, até a</i></p>

<p>- Crescimento económico</p> <p>Caracteriza o crescimento económico da década de 50 até 1973 como o maior da História de Portugal.</p> <p>Explica a situação económica durante a 2.^a Guerra Mundial.</p> <p>Compara com o crescimento económico que aconteceu mais recentemente.</p> <p>- Sociedade</p> <p>Refere as alterações na sociedade, nomeadamente, a formação de uma classe média, que se caracteriza por novas ambições e novos hábitos. Deste modo, não é possível que Salazar continue com o mesmo discurso ruralista e conservador.</p>	<p><i>igreja católica, há uma ilusão que prenuncia o inevitável que é o seu colapso, basta cair o chefe do regime e o regime pouco sobreviverá”</i></p> <p><i>“a partir dos meados da década de 50 até ao choque petrolífero, de 1973, foram os anos de maior crescimento económico contínuo da História de Portugal, nunca a economia portuguesa cresceu tanto”</i></p> <p><i>“mas foram os anos dourados do nosso crescimento económico”</i></p> <p><i>“depois foi durante a guerra mundial (...) graças principalmente aquilo que nós devíamos chamar uma economia de guerra, a exportação de bens para a guerra, conservas, têxteis, calçado, (...) que é para fornecer aos exércitos em conflito, aqueles bens, equipamentos que eles precisavam, inclusivamente ferramentas, utensílios, garfos, facas, cutelarias, essas coisas todas, por outro lado o volfrâmio, a exploração das minas de volfrâmio”</i></p> <p><i>“o ouro nazi era ouro expropriado dos judeus, e que serviu como meio de pagamento, com uma cotação muito favorável”</i></p> <p><i>“Não te podes esquecer nunca que na História de Portugal só houve dois momentos em que há um superavit da balança comercial no confronto entre importações e exportações. Um foi muito recentemente, nesta crise, mais por baixa das importações e o aumento de exportações”</i></p> <p><i>“isso permitiu que nas cidades, (...) se tivesse formado uma classe média urbana, caracterizada por aquilo que são as ambições da classe média. A classe média é por definição crítica, inovadora e gera-se um ambiente social, que não se articula mais com aquele discurso ruralista, conservador católico, tradicionalista”</i></p> <p><i>“que mostra precisamente como é que o mundo está em mudança”</i></p> <p><i>“Claro a população desruraliza-se, nascem as classes médias”</i></p>
---	--

<p>Contudo, o crescimento económico não foi suficiente para transformar Portugal num País moderno e desenvolvido. Por isso, a população rural, pobre e mal preparada, manteve-se no desemprego. Muitos portugueses emigraram, para França, Alemanha, Venezuela e América, devido ao atraso económico, às más condições de vida e de trabalho. Criou-se um ambiente social tenso e instável e, os trabalhadores, começaram a organizar protestos públicos.</p> <p>- Política de obras públicas</p> <p>Por outro lado, explicita que a disponibilidade de novos recursos financeiros, possibilitou o início de programas e projetos de construção de novas infraestruturas de obras públicas, apesar de considerar tratar-se de uma fachada.</p> <p>- Contexto internacional</p> <p>Explicita que nos anos 50 e 60, vários países iniciaram sucessivamente a descolonização, reconhecendo a independência política às suas colónias.</p> <p>O governo português recusou conceder a independência às suas colónias, sustentando com a tese de que Portugal era um estado pluricontinental e plurirracial. Esta posição foi alvo de advertências e condenações na Assembleia Geral da ONU, como explicita</p>	<p><i>“é o que leva as pessoas a emigrar, (...) Porque é que emigram 2 milhões de pessoas, de portugueses? (...) é evidente que o grosso da população, (...) vive ainda miseravelmente, é um país pobre”</i></p> <p><i>“a acrescentar a isso, a emigração maciça, também fala aí no livro, para a França principalmente, mas para a Alemanha, por outros países quer da Europa quer da América”</i></p> <p><i>“Primeiro, a obra pública é uma estratégia de propaganda”</i></p> <p><i>“mas embora tenha servido para as obras públicas, algumas ainda hoje duráveis, que ainda hoje estão aí, a cidade universitária”</i></p> <p><i>“Claro todos os países que estão a descolonizar. Portugal mantém-se como um país colonizador”</i></p> <p><i>“o ano de Salazar, é o ano 61, (...) porque já todos tinham descolonizado, a Argélia, a França descolonizou, a Índia, a Holanda, (...) a conferência dos não alinhados manifesta-se contra o colonialismo, e quem é que lá está? Está a Indonésia, está a Índia, estão os países do Vietname, estão aqueles países, a França já tinha tido, a guerra da Indochina, da Argélia, a Inglaterra já tinha perdido com Índia já tinha dado a independência a Índia, e depois a carta das Nações Unidas”</i></p> <p><i>“Portugal era anualmente nas Nações Unidas, na Assembleia Geral das Nações Unidas faziam votações propostas, moções, em que Portugal era anualmente e sistematicamente humilhado, ultrajado”</i></p>
---	--

<p>- Marcelo caetano</p> <p>Caracteriza Marcello Caetano, sucessor de Salazar após este, em 1968, sofrer um AVC e perder a maioria das suas capacidades.</p>	<p><i>“era um homem com características psicológicas muito instáveis, não era um determinado, era um intelectual, não era um homem de ação”</i></p>
<p>- Marcelismo</p> <p>Contextualiza que, inicialmente, Marcello, põe em prática algumas medidas no campo político, social e laboral, na tentativa de adaptação modernizadora do regime, através de um programa de abertura e descompressão. Estas medidas suscitaram nos portugueses uma expectativa de abertura, período designado por Primavera Marcelista.</p>	<p><i>“É, a Primavera Marcelista...”</i></p> <p><i>“esperança frustrada, porque ele (...) a tentativa de abrir o regime. Ele muda o nome da PIDE para DGS, muda o nome da União Nacional passa a Nacional Popular, promete uma série de medidas, parece que até há hoje estudos que provam que ele fez negociações clandestinas com o objetivo de pôr um fim à guerra colonial. A verdade é que não veio, e não veio porquê? Por várias razões (...) a primeira é a guerra, a Guerra Colonial e o exército, a força do exército, o próprio problema que era irresolúvel”</i></p>
<p>- Guerra colonial</p> <p>Descreve a tática de guerrilha e a situação nos diversos teatros de operações.</p> <p>Considera que a guerra foi devastadora e difícil, perante o enorme descontentamento dos militares e da população portuguesa, mas que estava, à partida, perdida.</p> <p>Esta guerra mobilizou imensos jovens portugueses e impôs pesados encargos financeiros ao povo português.</p>	<p><i>“o problema colonial, claro, que era o problema mais grave para resolver”</i></p> <p><i>“a guerra foi catastrófica”</i></p> <p><i>“De guerrilha, o palco da guerra...”</i></p> <p><i>“Quer dizer perdida repare, (...) excetuando o caso da Guiné, (...) o problema era a Angola e Moçambique, principalmente Angola, a guerra em Angola estava ganha, os militares diziam isso, estava ganha do ponto de vista militar, do ponto de vista político, da atração das populações não estava nem podia ser, como é que você vai convencer os angolanos, os nativos, a serem portugueses se eles não querem? Não à guerra nenhuma, só se os matasse a todos, agora do ponto de vista do teatro de operações de combate a guerra estava ganha”</i></p> <p><i>“era uma guerra impossível de ganhar”</i></p> <p><i>“E os custos da guerra... as consequências da guerra, os mortos os feridos, a afetação de recursos financeiros a um esforço de guerra completamente desnecessária, e que estava perdida à partida”</i></p>

<p>O entrevistado conclui que, apesar desta situação, foram anos de crescimento económico.</p> <p>Assinala que a consequência mais trágica foi a morte de muitos soldados e guerrilheiros.</p> <p>Ainda hoje muitos portugueses sofrem com as consequências da guerra colonial.</p> <p>– Atualidade</p> <p>Explicita que é possível olhar para a atualidade e verificar Estados que continuam a sobrepor os seus interesses, aniquilando os dos seus cidadãos, onde diariamente são desrespeitados os seus direitos, de se expressarem livremente, de pertencerem uma religião, de terem assistência médica e social, entre outros. No seu discurso, cita alguns exemplos.</p>	<p><i>“Claro os mortos os feridos, os prejuízos”</i></p> <p><i>“a guerra colonial sorve essas disponibilidades financeiras, e o esforço de guerra impede que esses lucros obtidos, esse superavit financeiro obtido possa ser aplicado no desenvolvimento do país”</i></p> <p><i>“mas que boa parte também foram afetadas ao esforço de guerra, apesar de tudo, foram antes do crescimento económico”</i></p> <p><i>“reconhecer os efeitos da guerra, o número de soldados mobilizados, as vítimas dos vários lados do conflito, os problemas associados à guerra que persistem ainda hoje, exatamente”</i></p> <p><i>“Quer dizer ainda hoje, quer do ponto de vista individual, os politraumatizados de guerra, o stress pós-traumático”</i></p> <p><i>“Portanto, se olhar para a atualidade, pode ver que (...) há Estados que continuam a insistir na sobreposição dos interesses superiores do Estado ao ponto de aniquilarem os indivíduos”</i></p> <p><i>“China (...) a Coreia do Norte, Cuba, (...) Angola”</i></p> <p><i>“a Arábia Saudita, no Irão”</i></p> <p><i>“hoje há países em que os indivíduos não se podem expressar livremente, em que a liberdades próprias que garantem a felicidade dos indivíduos não estão garantidas, a liberdade de expressão, a liberdade religiosa”</i></p> <p><i>“há muitas razões, muitas formas de desrespeitar os direitos humanos”</i></p>
<p>Conteúdos a não lecionar</p> <p>São referidos vários conteúdos que não deveriam ser lecionados por diversas razões. É o caso da Câmara Corporativa, um conteúdo difícil de explicar e de entender e, não é referido nas metas.</p> <p>Considera que não é importante referir as várias reformas no ensino, o papel da Ala Liberal e de Francisco Sá Carneiro e, ainda, a candidatura de Norton de Matos.</p>	<p><i>“as crianças não percebem isto”</i></p> <p><i>“nem se fala aí na Câmara Corporativa, nas metas não se fala na Câmara Corporativa, no manual não se fala na Câmara Corporativa”</i></p> <p><i>“é difícil de explicar isto às crianças, não sei se vai conseguir, não vá por aí, nem sequer explore muito isso”</i></p> <p><i>“Não entre nessa coisa das reformas”</i></p> <p><i>“agora esqueça o Francisco Sá Carneiro, embora o livro fale não é... Do Francisco Sá Carneiro e da Ala Liberal”</i></p>

	<p><i>“Pois não, não se pode falar de todas. O Norton de Matos é uma figura cimeira, não é?”</i></p> <p><i>“Não, quer dizer ó Patrícia se vai referir desvia-se do essencial, pode dizer que já tinha havido outros candidatos”</i></p>
<p>Explicação</p> <p>- Ditadura Define o conceito de ditadura, ilustrando a forma como Salazar governava por decreto. Destaca o papel da União Nacional e a prevalência do poder executivo face ao poder legislativo.</p> <p>- Corporativismo Explica a forma como Salazar organizou a sociedade corporativamente, destacando que, num estado corporativo, os indivíduos estão subordinados aos supremos interesses na nação.</p> <p>Diferencia o corporativismo do Estado Novo daquele que existe atualmente.</p> <p>- Crescimento económico Compara o crescimento económico do Estado Novo com o crescimento nos dias de hoje.</p> <p>- Sociedade Destaca as alterações na sociedade. Formou-se uma classe média que se afirma, que tem formação e um emprego com prestígio social que lhes permite ter novos hábitos de consumo.</p>	<p><i>“o que caracteriza uma ditadura é a prevalência do poder executivo sobre o poder legislativo. O Salazar governa por decreto”</i></p> <p><i>“o partido único é uma extensão da vontade de Salazar, a união Nacional não tem vontade autónoma não tem estratégia autónoma, não tem ideologia sequer, portanto governa-se por decreto como é próprio das ditaduras”</i></p> <p><i>“o poder executivo prevalece face ao poder legislativo, portanto o decreto de lei em vez da lei”</i></p> <p><i>“é uma maneira de modelar a sociedade civil, às conveniências e aos interesses orgânicos do Estado, à estratégia organicista do Estado”</i></p> <p><i>“o indivíduo é sacrificável aos interesses do Estado, e o indivíduo deve inserir-se numa orgânica corporativista, ou seja, o indivíduo deve contribuir enquanto membro de um organismo e enquanto esse organismo contribui para o interesse superior do Estado, da Nação”</i></p> <p><i>“ainda hoje há corporativismo, a ordem dos advogados, a ordem dos médicos, são corpos profissionais, que representam grupos profissionais, mas são regulados pela lei democrática, portanto, não são impostos pelo Estado”</i></p> <p><i>“Hoje (...) nós crescemos 1,2, se ele tivesse taxas de crescimento como nós tivemos nessa altura de 5,6 5,7 5,8 (...) Significa que em 15 anos você dobra o seu rendimento”</i></p> <p><i>“depois há umas classes médias (...) estudam, (...) investem em pequenos comércios, consome-se mais, há bens de consumo, há uma economia de lazer, abrem um restaurante, abrem um hotel, (...) de um pequeno empresariado, do</i></p>

<p>Em contraste, a população rural, o grosso da população, perante as más condições de vida e o desemprego, emigra.</p> <p>- Educação / 1.ª República</p> <p>Em contraste com a educação infantil do Estado Novo, o entrevistado descreve os ideais da educação na 1.ª República.</p> <p>- Fim do regime</p> <p>Descreve a forma como o regime foi perdendo o apoio dos seus principais pilares.</p> <p>A juventude universitária demonstrou o seu desagrado através das greves, referindo a crise académica de 1969, em Coimbra.</p> <p>Por outro lado, perde o apoio da igreja, a sua base doutrinária.</p> <p>Por fim, os militares, mencionando a candidatura de Humberto Delgado, o golpe de Botelho Moniz e outros.</p>	<p><i>funcionário público, do médico, do arquiteto, do advogado, do juiz, do professor de liceu”</i></p> <p><i>“a população rural, (...) tem de ver de facto é o que é que leva esta gente toda a emigrar? É a pobreza, é a falta de perspetivas e de expectativas”</i></p> <p><i>“a igreja a responsável pela doutrinação das crianças (...) dava-se a doutrina da religião, e os republicanos não querem fazer isso, querem substituir até essa doutrinação religiosa por outro tipo de doutrinação que eles chamavam Formação Cívica”</i></p> <p><i>“é a ideia de formar civicamente, criando uma espécie de sociedade laica, que substitua a educação religiosa, é o grande objetivo da educação republicana”</i></p> <p><i>“os republicanos queriam (...) retirar à igreja e retirar à família esse papel instrutivo, e quanto mais cedo tirassem melhor”</i></p> <p><i>“o Estado assumisse a responsabilidade de intervir precocemente na educação das crianças, quanto mais cedo melhor”</i></p> <p><i>“políticos da 1.ª República, eles dizem claramente, é preciso retirar as crianças do jugo, dos ignorantes, de resgatá-los das garras da família e da igreja, porque até então quem tinha a responsabilidade, era a igreja e a família, mas as famílias eram analfabetas, eram bêbadas, eram violentas, a ideia mitificada”</i></p> <p><i>“depois o Salazar vai até ampliar que a família é um espaço idílico e de harmonia”</i></p> <p><i>“E, quando os estudantes, em Lisboa e em Coimbra, principalmente, mas também nas outras academias, descolam e claramente se declaram contra o Estado Novo”</i></p> <p><i>“perdendo o apoio da juventude universitária”</i></p> <p><i>“perdendo o apoio da igreja”</i></p> <p><i>“perdendo o apoio do exército com Humberto Delgado, o Botelho Moniz e outros golpes”</i></p> <p><i>“o regime está condenado”</i></p>
---	--

<p>- Atualidade</p> <p>Considera notório que a relação de Portugal com as colónias não está completamente consolidada, devido à atitude colonizadora de Salazar, durante o Estado Novo.</p> <p>Destaca também a questão dos retornados, referindo-se a Mário Soares.</p>	<p><i>“está condenado o regime, é só uma questão de tempo. O que é que vai fazer o click, o que é que vai despertar o colapso do regime”</i></p> <p><i>“E, depois morre Salazar é uma questão de tempo”</i></p> <p><i>“a própria relação de Portugal com as outras colónias ainda não está completamente limpa dessa atitude colonizadora muito para além do razoável do limite do aceitável”</i></p> <p><i>“ainda hoje há assim um certo desconforto quando se recorda esses tempos, ainda há retornados”</i></p> <p><i>“ainda hoje, agora quando morreu o Dr. Mário Soares houve uma boa parte da opinião pública (...) que continuaram em vez de verem em Mário Soares o construtor e o opositor da liberdade, viam nele (...) o responsável pela situação do êxodo dos retornados africanos”</i></p> <p><i>“ainda hoje, uma parte boa da memória coletiva vive desse ressentimento e desse recalçamento”</i></p>
---	--

O entrevistado explana sobre os conteúdos a lecionar ao longo de todas as aulas. Inicialmente, explicita os vários conteúdos, bem como oferece uma leitura sobre os factos e fenómenos que chama à coação, muito em razão das orientações das metas curriculares. Perante alguns conteúdos (e.g. ditadura, milagre financeiro, corporativismo, crescimento económico, sociedade, 1.ª República, educação, greves académicas, fim do regime e atualidade) o entrevistado sentiu necessidade de explicá-los de forma pormenorizada. Forneceu, igualmente, orientações específicas sobre conteúdos que deveria lecionar e não estão previstos nas metas curriculares, como é o caso de D. António Ferreira Gomes. Por outro lado, apesar de o manual fazer referência a Norton de Matos, Francisco Sá Carneiro e à Ala Liberal, o professor cooperante, considerou que não deveria lecionar este conteúdo, não justificando a sua opção. Ainda recusa a referência ao corporativismo, sustentando que as crianças não conseguem compreender por ser difícil de explicar e, ainda, porque não consta nas metas curriculares nem no manual. Neste sentido é possível detetar uma certa gestão dos conteúdos que se funda na apropriação pelo professor cooperante, com base no

que pode definir-se como o seu conhecimento científico-pedagógico, do constante nas metas curriculares e programas.

1.3. Conceitos

Subcategoria	Professor Cooperante
<p>Campo de concentração</p> <p>Referindo a prisão do Tarrafal, explicita o conceito de campo de concentração confrontado com a expressão utilizada nas metas curriculares, Colónia Penal.</p>	<p><i>“se o Tarrafal se pode designar um campo de concentração. Um campo de extermínio não foi, extermínio é uma coisa muito específica da Alemanha Nazi. Se foi um campo de concentração se se usa, se fica bem, há estudiosos que defendem que sim”</i></p>
<p>Individualismo</p> <p>Já o conceito de individualismo, ilustra-o com a sinopse de um dos filmes do cineasta King Vidor, considerado o preferido de Donald Trump.</p>	<p><i>“evita a expressão campo de concentração, eu também evito, eu reservo a expressão campo de concentração para uma realidade muito específica que não é esta, agora não sirva isto para aligeirar as barbaridades e as torturas e os maus tratos que foram praticados no Tarrafal”</i></p> <p><i>“Ainda no outro dia vi um filme muito interessante do King Vidor que dizem que é o filme preferido do Donald Trump, e aí percebe-se porquê, (...) é o triunfo do individualismo”</i></p>

Nesta categoria incluem-se dois conceitos explicitados pelo entrevistado. Primeiro esclarece a expressão “campo de concentração”, concluindo que, para referir a prisão do Tarrafal, dá preferência à expressão Colónia Penal, tal como as metas curriculares, sublinhando a necessidade de um certo rigor e cuidado na transferência de conceitos de outras circunstâncias e realidades ainda que, neste caso particular, contemporâneas (Ribeiro et al., 2013).

De forma a explicitar o conceito de individualismo no contexto de um regime repressivo e ditatorial, o entrevistado exemplificou com a sinopse de um dos filmes do cineasta King Vidor, explicando tratar-se do preferido de Donald Trump, religando passado e presente como que ilustrando a importância da História para a compreensão do presente e, por outro, a permanência de certos valores ao longo do processo histórico.

1.4. Componente Regional e Local

Subcategoria	Professor Cooperante
<p>Bissaya Barreto</p> <p>Destaca a sua origem.</p> <p>Exalta a importância de Bissaya Barreto a nível regional e local.</p> <p>Por outro lado, explicita o facto de o considerar uma figura polémica, muito devido à sua ligação à maçonaria, ao mesmo tempo que, se liga ao Estado Novo.</p> <p>Foi no cargo de Presidente da Junta Provincial da Beira Litoral que encontrou forma de construir uma enorme obra de assistência social.</p>	<p><i>“ele não era aqui de Coimbra, ele era de Castanheira de Pera”</i></p> <p><i>“Agora é uma figura de relevância nacional”</i> <i>“É uma figura polémica, muito polémica”</i> <i>“é uma figura muito polémica, até como cirurgião, e até no seio da sociedade conimbricense gerou muitas inimizades até pelo seu feitio, o seu carácter muito truculento, mas, foi uma figura absolutamente notável na história de Coimbra”</i> <i>“Portanto é uma figura absolutamente fundamental não apenas para o entendimento do que foi o Estado Novo, mas também para a nossa comunidade local e até regional”</i></p> <p><i>“ele era maçom era militante da maçonaria. Ele pertencia a uma loja maçónica cá de Coimbra, e ao mesmo tempo aderiu ao Estado Novo”</i> <i>“inauguraram aquela estátua, e causou grande polémica no seio da própria maçonaria conimbricense (...) porque os maçons, sem rejeitarem o carácter maçónico e filantrópico da obra assistencial de Bissaya Barreto, não aceitaram e continuam a não aceitar a forma como Bissaya Barreto aderiu ao Estado Novo, portanto, é uma figura polémica nesse aspeto”</i> <i>“Era um concelheiro particular, muito próximo de Salazar, que Salazar recebia e atendia pessoalmente”</i> <i>“Por outro lado, a influência que ele tinha junto do Presidente do Concelho de Ministros que suscitou também muitas invejas e muitas desconfianças por parte dos próprios militantes da União Nacional”</i></p> <p><i>“aliás ele foi presidente da Junta Provincial da Beira Litoral”</i> <i>“deixou a obra de assistência social”</i> <i>“exerceu uma ação filantrópica muito importante aqui em Coimbra, única”</i></p>

<p>Exalta o legado que Bissaya deixou até aos dias de hoje.</p> <p>Relativamente à exploração da CCRL, o entrevistado deixou ao critério da estagiária e das orientações dadas pelo seu orientador.</p> <p>Devem ser apenas mencionadas as instituições que compõem a atual Fundação Bissaya Barreto.</p>	<p><i>“que ele empreendeu a sua vasta, vastíssima obra”</i></p> <p><i>“Bissaya Barreto deixou um grande legado patrimonial”</i></p> <p><i>“já viu bem a lista dos empreendimentos do Bissaya Barreto? Desde o Instituto de Estudo, à casa da criança, ao Preventório de Penacova, ao aeródromo, à maternidade Bissaya Barreto, ao Portugal dos Pequenitos, aos estaleiros da Figueira da Foz, é uma coisa verdadeiramente notável o que o professor Bissaya Barreto fez”</i></p> <p><i>“ainda hoje tem um legado muito importante, a Fundação dele é uma Fundação que continua a promover uma atividade importante”</i></p> <p><i>“Tem aí uma Casa Museu Bissaya Barreto”</i></p> <p><i>“Tem um arquivo, um centro de documentação”</i></p> <p><i>“agora como vai falar, acho bem, confio no enquadramento que o professor Luís Mota lhe dará e depois gostava de ver a forma como vai abordar”</i></p> <p><i>“também não pode perder muito tempo no Bissaya Barreto porque embora seja uma componente, (...) mas é uma figura, merece uma menção, mas, também não pode estender-se assim muito”</i></p> <p><i>“Mencione apenas, (...) que ainda existe (...) agora mencione apenas para eles terem uma noção”</i></p>
<p>Portugal dos Pequenitos</p> <p>Destaca a inauguração do Portugal dos Pequenitos, ao mesmo tempo que, em Lisboa, decorreu a Exposição do Mundo Português.</p> <p>Considerada esta construção o reflexo, em miniatura, do que seria um país ideal, fruto de um regime ideal. Nele estão expressos vários valores</p>	<p><i>“É nessa altura que se fez a Exposição do Mundo Português, e que no fundo é uma miniaturização da Exposição do Mundo Português aqueles pavilhões que eles chamam os Pavilhões do Mundo Português antes chamavam os pavilhões das colónias ou o que era”</i></p> <p><i>“É uma micro-exposição síntese”</i></p> <p><i>“Sim evidente, é o que lá está, é feito mesmo com esse fim”</i></p>

<p>que caracterizam o Estado Novo: o regionalismo, nacionalismo histórico, colonialismo, tradicionalismo, religiosidade.</p> <p>O entrevistado referiu que seria interessante, na sequência das aulas, convidar as crianças a visitar este espaço.</p> <p>Para uma correta exploração na sala de aula, foi aconselhado à estagiária a visita ao espaço.</p> <p>Alertou para a preocupação na escolha das fotografias, devido às remodelações e alterações que, entretanto, se realizaram.</p> <p>Assim, recomenda a pesquisa em bibliografia disponível no arquivo de Bissaya Barreto e no Portugal dos Pequenitos.</p>	<p><i>“Mas o que estava a dizer seria interessante, na sequência disso promover ou convidar as crianças a irem lá até nos tempos livres, mas é caríssimo não vale a pena, eles que vão com os pais”</i></p> <p><i>“Julgo que sim, é muito caro, mas julgo que sim”</i></p> <p><i>“Vá agora com olhar de estudante, de estagiária e de investigadora e vai ver que o seu olhar é diferente, e tem de ver aquilo, muitas das coisas já estão deportadas daquilo que era o projeto inicial”</i></p> <p><i>“há fotografias disso antigas, portanto eu recomendo-lhe que para transmitir bem (...) não se fie naquilo que lá está só, porque muito do que lá está não é o que estava”</i></p> <p><i>“portanto veja bem na bibliografia se consegue encontrar fotografias no centro arquivo de Bissaya Barreto, no Portugal dos Pequenitos, na pesquisa bibliográfica que vai fazer”</i></p> <p><i>“agora não, agora já tem 40 anos de adaptação aos tempos contemporâneos, agora há coisas que foram intocáveis, há outras que foram alteradas ligeiramente, foram reformuladas, restauradas, recuperadas, adaptadas”</i></p> <p><i>“mas há outras que foram profundamente remodelados, adaptados, e, portanto, para perceber o que era aquilo tem de ir procurar o que já lá não está”</i></p>
<p>Casas da Criança</p> <p>Destaca o modelo educativo e a pedagogia educativa nas casas da Criança.</p>	<p><i>“as relações pedagógicas, elas são muito diferentes nas casas das crianças, muito diferentes”</i></p> <p><i>“Sim sim, e até o modelo pedagógico de educação no contato com a natureza a proximidade com a natureza, os meios de socialização, (...) é um método pedagógico que foi adaptado, importado do estrangeiro”</i></p> <p><i>“Sabe que o modelo educativo, (...) os pressupostos educativos do Professor Bissaya</i></p>

<p>A arquitetura interior e exterior dos espaços era concebida de forma cuidada e organizada.</p>	<p><i>Barreto, tem a ver com uma tradição pedagógica muito antiga, tem a ver com aquelas escolas, o contacto com a natureza, os processos de sociabilização, as relações entre as crianças”</i></p> <p><i>“o tipo de atividades que as crianças promovem e desenvolvem, a dimensão dos grupos, a relação entre os professores educadores e as crianças, tudo aquilo é um método pedagógico que não tem nada a ver com a pedagogia magistral expositiva autoritária das escolas oficiais, portanto aquilo tinha até uma certa especificidade pedagógica porque tinha subjacente uma conceção do homem, do ser humano e da vida da comunidade em sociedade profundamente maçónica”</i></p> <p><i>“Mesmo a própria arquitetura das Creches e das Casas das Crianças e dos Jardins Infantis, está concebida a facilitar a penetração da luz solar, a sociabilização interior das crianças”</i></p>
---	--

Na categoria “componente regional e local”, o professor discorre sobre Bissaya Barreto, o Portugal dos Pequenitos e Casas da Criança. A propósito de Fernando Bissaya Barreto explana sobre a sua naturalidade, percurso, legado, ação, pensamento pedagógico e ação educativa.

Bissaya Barreto nasceu em 1886, em Castanheira de Pera. Enquadrado na função de presidente da Junta Provincial da Beira Litoral, encontrou o pretexto e as condições para dar corpo aos seus projetos no âmbito da saúde e assistência pública (Nogueira, 2015). Estudou medicina em Coimbra e foi durante os estudos que conheceu Salazar (Nogueira, 2015). Assim, aquando da sua governação, Bissaya era recebido pelo Presidente do Conselho, estabelecendo, quiçá, alguma influência junto dele, para a construção da sua obra de assistência social. Caminhando lado a lado com o Estado Novo, construiu, entre outros, as Casas da Criança, o preventório de Penacova, o ninho dos Pequenitos, Institutos de educação, o dispensário, o aeródromo, a maternidade, o Portugal dos Pequenitos e os estaleiros da Figueira da Foz (Nogueira, 2015).

Destacou a organização da “Exposição do Mundo Português”, em 1940, que representou o auge das atividades do Secretariado de Propaganda Nacional (Barreto &

Mónica, 1999, pp. 408-409). Sobre os grandes feitos dos portugueses e, de forma a comemorar os 100 anos da Fundação e da Restauração de Portugal, em Lisboa, esta exposição representou o ideal do nacionalismo salazarista (Medina, s.d., p. 318). Ao mesmo tempo, em Coimbra, em julho de 1940, inaugurou-se o Portugal dos Pequenitos. O Portugal dos Pequenitos, destinado à pedagogia infantil, era um jardim anexo à Casa da Criança Rainha Sta. Isabel, que foi projetado de acordo com o defendido por Bissaya Barreto, proporcionar o contacto com a Natureza, com os objetos que a rodeiam, tudo quanto é real, concreto, em movimento e ação. Neste espaço, o objetivo era de as colocar em contato com o Portugal inteiro, para aprenderem a conhecer e a amar a nossa Terra (Paulo, 1990).

Explanou sobre as Casas da Criança que possuíam as valências de creche e jardim de infância e se destinavam a crianças de famílias carenciadas. A par do cuidar e educar das crianças, a assistência prestada estendia-se às mães e às famílias. Em relação ao modelo educativo nas Casas da Criança, o entrevistado explicita que a pedagogia apelava à liberdade, ao jogo, ao convívio, às atividades ao ar livre no contacto e proximidade com a natureza, estimulando a imaginação, a curiosidade, o espírito de observação, a investigação e a socialização. Em relação à arquitetura, no exterior, os edifícios dispostos de forma cuidada, com um jardim e campos de jogos, permitindo consubstanciar o apelo pedagógico referido. De igual modo, no interior, os espaços encontram-se cuidadosamente organizados, em articulação com o exterior para, por exemplo, facilitar a penetração da luz solar e, o investimento na liberdade concedida às crianças emerge no mobiliário adequado ao seu tamanho, permitindo-lhes o acesso direto (Ferreira & Mota, 2012).

Depois de considerar interessante a visita estudo com os alunos ao Portugal dos Pequenitos, e apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido, considerou-se por diversas razões e de acordo com a orientação do professor cooperante – e.g., o elevado custo do bilhete –, que se deveria deixar essa possibilidade para uma iniciativa da família de cada aluno. Contudo, para uma correta exploração na sala de aula, foi aconselhado à estagiária a visita com um olhar de professora estagiária, e de investigadora, ao Portugal dos Pequenitos. O objetivo principal era a recolha de informação *in loco*, de forma experiencial, servida por um novo olhar crítico. A professora estagiária sugeriu, ainda, que seria importante uma visita ao centro de

documentação da Fundação Bissaya Barreto, na antiga residência de Bissaya Barreto, hoje Casa Museu. Apesar de reconhecer a importância da personalidade de Bissaya Barreto e de deixar a exploração da CLRC ao critério da estagiária e das orientações dadas pelo seu orientador, alertou para a conveniência, em face das opções de gestão curricular, de dedicar um tempo, necessariamente curto, da aula na sua exploração.

1.5. Planificação

Subcategoria	Professor Cooperante
<p>Distribuição dos conteúdos por tempos</p> <p>Torna-se evidente que deixou ao critério da estagiária a distribuição dos conteúdos pelas aulas.</p>	<p><i>“portanto eu vou deixar que seja a Patrícia a decidir, porque agora o que é que vai selecionar aqui ou ali depende porque tenho medo de lhe estar a dizer isto e depois sobre-lhe tempo ou falte-lhe tempo, eu vou deixar de acordo com a sua planificação, seja a Patrícia a dizer e a comunicar-me”</i></p> <p><i>“Tudo bem, agora adapte em função da profundidade que quer dar a esses temas”</i></p> <p><i>“eu às vezes aprofundo um bocado mais, porque, porque estamos em Coimbra, às vezes quer dar um bocadinho de aprofundamento e dou menos ao Humberto Delgado”</i></p> <p><i>“se quiser aprofundar este e este dá mais tempo, agora a gestão quer dizer, nós temos de cumprir esses objetivos agora a gestão”</i></p>
<p>Estratégias</p> <p>Sugere a articulação curricular, ou seja, a integração entre os conteúdos de disciplinas diferentes, muitas vezes referida como interdisciplinaridade.</p> <p>Salienta que a História possibilita aos alunos a compreensão e a explicação do mundo em que vivem através do passado e, por outro lado, permite o desenvolvimento de capacidades, como a análise, inferência, interpretação crítica, síntese e sentido crítico.</p>	<p><i>“introduzi essa história para estabelecer essa articulação com a História e o Português, e para criar um momento de uma narrativa evolutiva, que suscitasse a curiosidade dos alunos”</i></p> <p><i>“isto está como uma escapatória para permitir dizer-se e concretizar-se que o estudo da História não é uma coleção de curiosidades à cerca do passado, não, é perceber, estudar, problematizar, entender, refletir para poder depois transpor”</i></p>

<p>Refere não ser possível a realização de uma visita de estudo, justificando com a sua falta de disponibilidade horária e da turma, por estar envolvida noutras atividades da escola.</p> <p>O uso da narrativa foi outra estratégia mencionada pelo entrevistado, ou seja, sugere o uso da estrutura da narrativa na construção de histórias que enquadrem os conteúdos dos programas.</p>	<p><i>“Não acredito...”</i></p> <p><i>“Dr. Álvaro de Cunhal (...) foi preso no forte de Peniche, (...) e depois teve uma fuga rocambolesca, que tem todos os ingredientes para ter sucesso numa aula nestes níveis etários.”</i></p>
<p>Recursos</p> <p>Depreende-se da informação recolhida que, em relação ao tipo de recursos a utilizar na aula, o cooperante dá liberdade à estagiária para escolher imagens, fotografias, filmes, documentos originais, sugerindo a pesquisa no <i>youtube</i> e na Imagoteca.</p>	<p><i>“Procure documentos originais e trate-os, tá a ver? Não programas de televisão, mas documentos”</i></p> <p><i>“apresente fotografias”</i></p> <p><i>“há imensas fotografias, há filmes”</i></p> <p><i>“imagens do Salazar, canções do Zeca Afonso. Ó Patrícia, aí deixo que a menina escolha”</i></p> <p><i>“sobre a crise académica tem imenso, do Marcello Caetano”</i></p> <p><i>“Há tanta coisa: Salazar, Guerra Colonial, Crise Académica, Humberto Delgado”</i></p> <p><i>“Vá ao youtube retire os filmes, vá à Imagoteca municipal”</i></p>
<p>Avaliação</p> <p>De acordo com o modelo de planificação de uma unidade didática, foi realizada, inicialmente, uma avaliação diagnóstica e, no final, após a leção dos conteúdos, foi realizada uma avaliação final, através de um teste escrito, segundo orientação.</p>	<p><i>“faz parte normalmente do modelo recomendado pelos orientados e supervisores, vai sempre antes de ministrar uma matéria vai tentar saber o que é que os alunos já sabem sobre essa matéria”</i></p> <p><i>“Pode, 15/20 minutos, 25 no máximo”</i></p> <p><i>“dá para fazer uma avaliação interessante”</i></p>

Esta categoria é bastante importante para a planificação da unidade didática por fornecer pistas significativas sobre como organizar os conteúdos, distribuir o tempo, definir as estratégias e os recursos a mobilizar, bem como para a avaliação.

Ficou, como se percebe, ao critério da estagiária a distribuição dos conteúdos pelas aulas, recordemos, num total de seis tempos de 45 minutos, de forma a conseguir gerir o tempo da melhor maneira e a adaptar a profundidade dada a cada conteúdo.

Para melhor orientar as opções da estagiária na planificação das aulas, o entrevistado explicitou, com um exemplo pessoal, a forma como orienta a escolha de conteúdos nas suas aulas. Sugeriu estratégias, explicitando exemplos práticos, como a articulação curricular, a transposição e o uso da narrativa. As opções explicitadas pelo entrevistado comprovam que no processo de intervenção didática se articulam várias fases, em cada uma das quais o professor toma decisões e adota determinadas estratégias. Selecionar os conteúdos é uma dessas fases, sendo que essa seleção pode ocorrer aproveitando as particularidades do contexto envolvente, adequando-os e tonando-os mais específicos (Rivilla & Mata, 2009).

A estratégia mais utilizada pelo professor cooperante era a expositiva (Rivilla & Mata, 2009). Apesar de ser a estratégia mais antiga (Rivilla & Mata, 2009), ao longo do tempo tem adotado diferentes formas para se adequar a diferentes objetivos, a conteúdos, a alunos e aos contextos de aprendizagem, tornando-se compatível com aprendizagens significativas. Para utilizar esta estratégia, o professor deve ter em conta o nível de desenvolvimentos dos alunos, verificando as suas competências linguísticas, a atenção e a compreensão verbal. É necessário promover a motivação do aluno, ou seja, implicá-lo na sequência expositiva fomentando a sua participação, de maneira a afastar qualquer atitude passiva da parte dos alunos. Para isso, com frequência, o professor confrontava-os com “questões-problema”. Esta estratégia consiste em colocar interrogações aos alunos para os ajudar a construírem relações lógicas entre a informação nova e um conhecimento anterior. Ajuda-os, ainda, a interpretar o problema e a resolvê-lo de forma adequada, sendo que cabe ao professor, guiá-los e apoiá-los a atingirem o objetivo (Rivilla & Mata, 2009).

Diretamente relacionadas com a estratégia expositiva estão a repetição e o resumo. O professor, no início da aula seguinte, começava por sintetizar o conteúdo lecionado anteriormente. A utilização desta técnica permite captar relações entre os elementos de um tema ou entre vários temas. Caso surgissem dúvidas, recorria à repetição, expondo novamente o conteúdo, realçando os aspetos fundamentais e solicitando a intervenção dos alunos. Por outro lado, durante a narrativa, o professor

chamava à atenção para certos conteúdos fundamentais e de maior grau de complexidade, ou mais difíceis de interpretar, mas imprescindíveis para a compreensão geral do tema (Rivilla & Mata, 2009).

Questionámos, ainda, sobre a possibilidade de realizar uma visita de estudo. Esta é uma das estratégias que mais estimula os alunos, devido ao carácter motivador da saída do espaço tradicional de ensino. A visita de estudo permite realizar um ensino ativo e interessante da História, contribuindo para uma aprendizagem integradora da realidade (Proença, 1989, p. 197). Contudo, o entrevistado refere “não acredito”, justificando a sua falta de disponibilidade horária, da própria turma, especialmente por estar envolvida noutras atividades da escola.

Para a leção dos conteúdos a estagiária utilizou vários recursos, visto que o professor cooperante lhe deu liberdade para escolher imagens, fotografias, filmes, documentos originais, sugerindo a pesquisa no *youtube* e na Imagoteca. Os recursos constituem a ponte entre as palavras e a realidade, dada a sua múltipla funcionalidade. Isto é, os recursos motivam e suscitam a atenção dos alunos, estruturam e exemplificam a realidade, configurando o que está a ser dito (Rivilla & Mata, 2009). O professor deve primar pelo cuidado na escolha e tratamento dos recursos cedidos aos alunos, dando-se preferência a fontes escritas, mapas, gráficos e imagens contemporâneas da época em estudo. Deste modo, durante a leção das aulas diversificaram-se as estratégias utilizadas, procurando acrescentar à estratégia expositiva (Rivilla & Mata, 2009) recursos que provocassem a participação e fomentassem o interesse nos alunos.

No âmbito da avaliação organizaram-se as respostas do entrevistado relativas à avaliação diagnóstica e final da unidade didática. Inicialmente foi realizada uma avaliação diagnóstica e, no final da leção dos conteúdos foi realizada uma avaliação final, através de um teste escrito, para o qual foram dispensados, segundo orientação do cooperante, 20 a 25 minutos.

1.6. Projeto de Investigação

Subcategoria	Professor Cooperante
Focusgroup Foi autorizada a realização do Grupo Focal com os alunos, após a leção dos conteúdos.	<i>“Sim sim, claro que é”</i>

Foi organizado um Grupo Focal, a realizar com os alunos, após a leção dos conteúdos. Contudo, o professor cooperante considerou que não havia disponibilidade para a realização desta atividade numa aula de História e Geografia de Portugal, pelo que foi solicitado à Diretora de Turma, após a autorização dos encarregados de educação, para o concretizar numa aula de Formação Cívica, a combinar.

Neste capítulo apresentou-se e analisou-se a informação recolhida na entrevista ao professor cooperante. Nesta foram dadas orientações importantes para a preparação da planificação das aulas. Distribuíram-se os conteúdos pelos tempos, estabeleceram-se os limites de tempo, analisaram-se as metas curriculares e explicitou-se a abordagem aos diferentes conteúdos. De igual modo, escolheram-se os recursos e as estratégias a utilizar, analisou-se a introdução da componente local e regional e organizou-se, ainda, a avaliação diagnóstica e final a realizar.

CAPÍTULO 5 – A SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Neste capítulo explicitamos a preparação da planificação da unidade didática, destacando as orientações dadas nas metas curriculares para o subdomínio “O Estado Novo (1933-1974)”. Descrevemos minuciosamente todas as aulas planificadas para esta Unidade Didática, seguindo as orientações dadas pelo Professor Cooperante, já explanadas anteriormente. Por fim, tecem-se algumas considerações sobre os resultados dos alunos no teste de avaliação sumativa, realizado no final da leção da unidade didática.

1. Planificação da Unidade Didática

Independentemente da disciplina, um dos elementos comuns mais importante para a leção de conteúdos será a planificação do ensino e da aprendizagem, que deve desenvolver-se por unidades didáticas (Proença, 1989). A perspectiva da planificação por unidades didáticas confere unidade ao ensino e permite que o mesmo seja dirigido para o objetivo geral e não para os objetivos específicos de cada aula. Na planificação são distribuídos os conteúdos pelos tempos, indicam-se os recursos e as estratégias e determinam-se os objetivos (Proença, 1990). É a planificação que transforma o ensino numa ação pensada e refletida, e não deve ser tão rígida que não permita ajustamentos pontuais, de acordo com os interesses dos alunos ou outras condições que possam surgir na prática (Proença, 1989).

Na preparação da planificação das aulas, o professor de História e Geografia de Portugal deve ter em consideração a exigência do ensino nos dias de hoje, respeitando as características dos alunos e do seu meio/comunidade e dando resposta às grandes e complexas transformações sociais, políticas e tecnológicas da sociedade atual (Félix & Roldão, 1996).

A unidade didática, proposta para lecionar, foi planificada de acordo com as indicações dadas pelo docente cooperante na entrevista. A planificação do ensino é um dever do professor, face à importância da tarefa que realiza. Contudo, sendo a aula um processo dinâmico, com uma complexidade de interações humanas e diversos interesses, a planificação não lhe pode corresponder. Assim, esta é um marco de referência necessário para o professor verificar até onde chegou e o que lhe falta alcançar (Proença, 1990). Deste modo, foram também elaborados planos de aula para cada uma das cinco sessões, no sentido de se organizar e estruturar todo o processo de ensino-aprendizagem ao longo da sequência. De igual modo, os planos de aula serviram a finalidade de guia de orientação e auxiliar na leção e, consequentemente, sucessão das tarefas a cumprir em cada momento das referidas aulas (Ribeiro & Ribeiro, 1989).

Previamente foi elaborado e passado ao grupo-turma, um teste diagnóstico (cf. anexo 5), com o objetivo de proceder a uma análise dos conhecimentos e aptidões que os alunos possuíam, para poder iniciar novas aprendizagens (Ribeiro & Ribeiro, 1989; Damião, 1996). Para avaliar os pré-requisitos dos alunos, relativamente ao Estado

Novo, foi contruído um teste diagnóstico, que incidiu sobre um núcleo restrito de objetivos (Proença, 1989). Tomando em consideração os resultados obtidos no teste diagnóstico, elaborou-se uma planificação (cf. anexo 6) em que, para além do tema, se articularam conteúdos, objetivos, recursos e atividades.

No final da leção da unidade didática foi efetuada uma avaliação sumativa. Primeiramente foi construída uma matriz (cf. anexo 7) onde se indicaram os conteúdos de aprendizagem e seus pesos e, com base nela, foi elaborado um teste de avaliação sumativa (cf. anexo 8). Foi organizado um teste objetivo (Proença, 1989) com vários tipos de itens (escolha múltipla, associação, verdadeiro/falso, correspondência/associação), permitindo, assim, avaliar uma grande variedade de resultados de aprendizagem (Ribeiro & Ribeiro, 1989). Por existir um aluno com necessidades educativas especiais, foi ainda construído um teste de avaliação (cf. anexo 9) com as devidas adaptações às suas necessidades.

2. Metas Curriculares – orientações

De acordo com as orientações inscritas nas Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal para o 2.º CEB (Ribeiro et al., 2013) e no Programa de História e Geografia de Portugal (Ministério da Educação, 1996), pretende-se, com o domínio “Portugal do século XX” e o subdomínio “O Estado Novo (1933-1974)”, que os alunos “reconheçam acontecimentos que produziram mudanças significativas em Portugal neste período” (Ministério da Educação, 1996, vol. II p.33). Propõem-se, assim, com a abordagem desta unidade didática, que o aluno mergulhe no estudo do processo de construção do Estado Novo, destacando a ascensão de Salazar, reconhecendo o caráter ditatorial do regime, compreendendo os mecanismos de difusão dos ideais e de repressão dos opositores e, ainda, explorando a Guerra Colonial.

Deste modo, enquanto objetivos gerais de aprendizagem relevantes para esta unidade didática, as metas curriculares consideram que os alunos deverão ser capazes de: compreender a ascensão de Salazar e a construção do Estado Novo, conhecer e compreender os mecanismos de difusão dos ideais do Estado Novo e de repressão para com os opositores, conhecer e compreender os principais movimentos de resistência ao Estado Novo, e conhecer e compreender a manutenção do colonialismo português e a Guerra Colonial.

Paralelamente, ao contrário das metas curriculares centradas exclusivamente nos conteúdos (Ribeiro et al., 2013), o programa de História e Geografia de Portugal (Ministério da Educação, 1996, vol. II, pp. 32-33), com o tratamento deste subdomínio, explicita o propósito de os alunos desenvolverem o espírito crítico, reconhecerem valores éticos patentes em ações individuais ou coletivas e a necessidade de defesa de valores democráticos, bem como compreenderem as relações entre o passado e o presente, através do reconhecimento de mudanças e permanências. Foi articulando este triângulo de orientações, do professor cooperante, das metas curriculares e do programa de História e Geografia de Portugal que estruturámos a planificação.

3. Descrição das aulas

- Aula n.º 1

A aula teve início com a apresentação de um conjunto de diapositivos com recurso à aplicação *PowerPoint*, do *Microsoft Office*, que incidiu sobre a personalidade de António de Oliveira Salazar. Com base nas imagens apresentadas, a professora estagiária, através de uma curta exposição oral, explicou aos alunos, a rápida ascensão de Salazar ao poder, inicialmente como ministro das finanças e, de seguida, como chefe do governo, ilustrada com a audição de um excerto do discurso de Salazar na sua tomada de posse.

Questionaram-se os alunos sobre o que terá sido feito para reerguer a economia portuguesa e atingir o equilíbrio financeiro em 1928/1929, ao mesmo tempo que se explorou o quadro de propaganda relativo à política financeira de Salazar e o postal da época que remete para a ideia de Salazar como “Salvador da Pátria”, presentes no manual escolar (Costa & Marques, 2016 p. 109).

Através dos cartazes de propaganda à Constituição de 1933, que marca o início do novo regime, o Estado Novo, são estudados os quatro órgãos de soberania: a Assembleia Nacional, o Governo, os Tribunais e o Presidente da República. Após a indicação dos órgãos de soberania e das suas funções, explicita-se a supremacia do poder executivo, pois no governo, na realidade, a pessoa do Presidente do Conselho, passou a ser o órgão com mais poder, e menciona-se também a existência de um partido único, a “União Nacional”.

De forma a cumprir o último objetivo desta aula, “reconhecer o carácter ditatorial do Estado Novo”, questionaram-se os alunos sobre o conceito de ditadura. Depois de um breve debate com os alunos, sublinhando-se o carácter ditatorial do regime, estes registam no caderno diário a definição padrão, “um regime governamental onde todos os poderes do Estado estão concentrados num indivíduo, num grupo ou num partido. O ditador não admite oposição aos seus atos e ideias, possuindo poder e autoridade absoluta. É um regime antidemocrático onde não existe a participação da população” (Houaiss & Villar, 2002, p.1377).

Por fim, individualmente, os alunos resolvem os exercícios propostos no manual como forma de síntese dos conteúdos lecionados na aula (Costa & Marques, 2016, p. 110), para posterior correção oral.

- Aula n.º 2

Principiou-se com a revisão da aula anterior. Para isso, a professora estagiária, em conjunto com os alunos, elaborou um friso cronológico, no quadro (1928→ Salazar escolhido para Ministro das Finanças; 1932→ Salazar nomeado Chefe do Governo; 1933→ Constituição, que inicia o novo regime, designado Estado Novo). O friso cronológico, salientou os marcos temporais fundamentais para a aprendizagem dos conteúdos, trabalhando a dimensão temporal e sequencial dos acontecimentos (Felgueiras, 1994).

De seguida, foram também lembrados, a partir de um esquema síntese (cf. anexo 11), os quatro órgãos de soberania e as suas respetivas funções (Assembleia Nacional, Presidente de República, Governo e os Tribunais). Tanto o friso cronológico como o esquema-síntese foram registados pelos alunos nos seus cadernos diários, para posterior consulta.

Para iniciar a leção dos conteúdos desta aula, explorou-se e analisou-se o quadro de propaganda da “Lição de Salazar” que ilustra a máxima “Deus, Pátria e Família”, projetado a partir de uma apresentação em *PowerPoint*. Esta análise, realizada a partir das observações dos alunos, pretendeu-se que identificassem a forma como o regime era engrandecido e exaltado, bem como, os valores transmitidos: o ruralismo, o tradicionalismo, o nacionalismo histórico, a família perfeita, a tranquilidade criada por Deus, o lar sem a modernidade (Medina, 2000).

Em diálogo com os alunos, procurou-se identificar e explicar o papel dos vários mecanismos de propaganda entre os quais, a Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina e o Secretariado de Propaganda Nacional. Distribuíram-se vários exemplares dos livros do ensino primário pelos alunos, de forma a suscitar a sua curiosidade e interesse. A partir da sua exploração, os alunos mencionaram vários aspetos dos diferentes livros que demonstram como o ensino também era uma forma do regime incutir os seus valores.

Proporcionou-se o visionamento de um pequeno vídeo, explorando-se a importância da Exposição do Mundo Português, a exposição que comemorava os centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, uma forma de, mais uma vez, se representar o ideal de nação e do nacionalismo salazarista.

No momento seguinte, procedeu-se à apresentação da personalidade de Bissaya Barreto, responsável pelo desenvolvimento de uma vasta obra social em Coimbra. Através de um breve discurso explicou-se a importância da obra social de assistência médica e educativa, bem como o facto de Bissaya Barreto, ser amigo de Salazar, e de como a sua obra social foi um complemento da política educativa do Estado Novo. A obra de Bissaya Barreto deu especial atenção às crianças, por via da atenção que dispensou à grávida/mãe e ao cuidar e educar da criança. Através da sua ação, sucessivamente, na Junta Geral do Distrito de Coimbra, na Junta da Província da Beira Litoral (1936-1960) e na Junta Distrital de Coimbra (1961-1965) e, já mais tarde, da Fundação Bissaya Barreto, criou um conjunto de instituições, nomeadamente, as Casas da Criança, as Colónias de Férias, o Dispensário Materno-Infantil, o Instituto Maternal, Institutos de Educação Especial para alunos surdos e alunos invisuais, o Ninho dos Pequenitos, o Portugal dos Pequenitos e o Preventório. A partir de várias imagens e de postais, previamente distribuídos na sala, que ilustram o Portugal dos Pequenitos (cf. anexo 12), em diálogo com os alunos, foram identificados e explorados ideais do Estado Novo, e.g., nacionalismo, ruralismo e colonialismo. O processo encerra com um diálogo sobre o seu conhecimento, ou não, da Fundação Bissaya Barreto, tendo-se aproveitado para enumerar alguns dos seus atuais edifícios.

Retomando os mecanismos de controlo e repressão, projetam-se diferentes imagens representando os mecanismos de repressão procurando-se, em diálogo com os alunos, identificá-los, nomeadamente: a censura prévia, a Polícia Internacional de

Defesa do Estado (PIDE) e a Legião Portuguesa. Relembrou-se, neste contexto, a existência de um partido único, a União Nacional.

Seguidamente, através da leitura em voz alta por um aluno, de um documento constante no manual (Costa & Marques, 2016, p.113), discutiu-se a forma como a PIDE detinha os suspeitos e os castigos de que estes eram vítimas nas prisões.

Compaginando com o texto, explorou-se uma tabela com o número de presos políticos e detidos pela PIDE, ao mesmo tempo que se deu exemplos de algumas prisões políticas, destacando a colónia penal do Tarrafal, com recurso a imagens. De forma a ilustrar algumas situações vividas pelos presos políticos e o modo como a PIDE desrespeitava as liberdades e direitos dos cidadãos, optou-se pelo visionamento de dois pequenos vídeos com testemunhos de pessoas torturadas pela PIDE nas prisões políticas. Em debate com os alunos, analisou-se a situação vivida pelas pessoas durante o Estado Novo referindo-se, a propósito, alguns regimes ditatoriais existentes atualmente e onde diariamente são desrespeitados os direitos humanos. Através do diálogo procurou-se desenvolver a capacidade argumentativa dos alunos, partindo-se da sua sensibilidade e opiniões sobre estes aspetos que, ainda hoje, marcam o quotidiano de algumas sociedades contemporâneas.

De forma a estruturar organizadamente os conteúdos e a resumir os principais aspetos abordados procedeu-se à realização de um esquema, no quadro negro, relativo aos mecanismos de difusão dos ideais e os de repressão dos opositores para posterior registo no caderno dos alunos (cf. anexo 13). Este esquema foi construído de forma participada, de modo a tornar ativa a sua aprendizagem.

No final da aula, os alunos, organizados em pares, resolveram as questões propostas no manual de forma a consolidar os conteúdos lecionados (Costa & Marques, 2016, p.114).

- Aula n.º 3

A aula teve início com a revisão dos conteúdos lecionados anteriormente, especialmente, o equilíbrio financeiro alcançado por Salazar. A recapitulação dos conteúdos foi realizada de forma expositiva apelando, sistematicamente, à participação dos alunos. Deste modo, destacou-se que os fundos obtidos resultaram, também, da chamada “economia de guerra”, durante a 2.ª Guerra Mundial, nomeadamente, com a

exportação de bens para a guerra (conservas, têxteis, calçado, ferramentas e outros utensílios, o volfrâmio), o que conduziu ao desenvolvimento de várias indústrias. O Estado português alcançou alguma folga financeira que possibilitou o investimento em obras públicas, situação ilustrada através da projeção de imagens de estradas, pontes, tribunais, estações de correios, bibliotecas, escolas, barragens e hospitais. Na sequência, abordou-se a reconstrução da alta da cidade de Coimbra, visto ser um local próximo dos alunos e que, mais uma vez, despertou o seu interesse e atenção.

No momento seguinte confrontou-se a extravagância de certas obras públicas com a miséria que se vivia no país e, consequentemente, com o descontentamento popular. Questionaram-se os alunos sobre quais, na sua opinião, seriam os motivos desse descontentamento, ao mesmo tempo que, em conjunto, se analisou um gráfico sobre a evolução da emigração, constatando que apesar do esforço para a modernização do país, muitos portugueses continuavam a viver em condições difíceis, sendo que a emigração surgia como uma possibilidade de vir a ter uma vida melhor. A propósito deste descontentamento geral da sociedade, introduziu-se a questão da oposição ao Estado Novo, apresentando-se um pequeno vídeo para os alunos identificarem os principais movimentos de oposição. Explicou-se, nesse momento, a formação do Movimento de Unidade Democrática (MUD), do MUD Juvenil e do Partido Comunista Português (PCP), referindo o carácter clandestino da oposição e explorando as possíveis consequências caso estes fossem descobertos. Encerrou-se este périplo com a análise das manifestações estudantis durante o Estado Novo, especialmente a crise académica de 1969, em Coimbra.

Para concluir a aula, como síntese, os alunos, a pares, resolveram as questões propostas no manual (Costa & Marques, 2016, p.118), para posterior correção oral.

- Aula n.º 4

A aula começou com a abordagem ao movimento dos intelectuais contra o regime, através da audição e análise da música “Qualquer dia” de José Afonso, vulgo, Zeca Afonso, explorando-se a música como intervenção. Também são apresentados outros pensadores, escritores, cantores e artistas, desta época, que mostraram o seu desagrado e protesto com a situação política através das suas obras artísticas (dos quais

se destacam, Adriano Correia de Oliveira, José Carlos Ary dos Santos, José Mário Branco, Luís Cília, Manuel Alegre, Manuel Freire, entre outros).

Seguidamente explicou-se a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958, através de imagens e de um vídeo que demonstram o imenso entusiasmo, neste que foi considerado o grande momento de oposição ao regime, apesar do seu desfecho, com a eleição do Almirante Américo Tomás. Referiu-se ainda o exílio de Humberto Delgado, o seu envolvimento na tentativa de golpe de Estado ao lado do general Botelho Moniz, bem como, o seu assassinato em Espanha. Explorou-se, igualmente, o caso de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, que por se apresentar contra Salazar e contra o regime, foi pressionado a sair do país para o exílio, em 1959.

Referindo a doença de Salazar e consequente substituição por Marcello Caetano, escolhido por parte do presidente Américo Tomás, em 1968, exploraram-se as novas medidas de Marcello, salientando a aparente abertura do regime, designada “Primavera Marcelista”. Simultaneamente, analisou-se o facto de outros países europeu – casos da França, da Bélgica e da Alemanha – terem concedido independência às suas colónias. Questionaram-se, os alunos, sobre o que pensavam que Salazar fez perante a vaga de descolonização, tendo em conta a sua personalidade autoritária e o seu isolamento em relação aos restantes países europeus. Foi exibido um vídeo sobre a Guerra Colonial, e, a partir da sua análise, realizou-se um levantamento de ideias e de comentários, procurando fomentar-se a partilha, o debate de opiniões e a discussão no seio da turma. Posteriormente, os alunos analisaram um mapa que identificava as colónias portuguesas e as datas de início dos conflitos (Costa & Marques, 2016, p.120), explicitando-se a partir daqui a invasão de Goa, Damão e Diu, por parte da União Indiana, e os conflitos em Angola, Moçambique e Guiné. Através da leitura e análise de um documento – número 2 (Costa & Marques, 2016, p.119), – foi explicitada a resposta de Salazar aos atentados “terroristas” nos inícios da década de sessenta, isto é, “para Angola, rapidamente e em força”, decidindo, dessa forma, a manutenção das colónias – províncias ultramarinas na narrativa do regime – e o envolvimento, tácito, numa guerra de guerrilha com três importantes teatros de operações, situação que se prolongaria até ao fim do regime do Estado Novo. Explorou-se o tema da guerra colonial, destacando-se, particularmente, o conhecimento do local por parte dos africanos e o recurso à tática de guerrilha.

Por fim, a partir de documentos e outros materiais iconográficos presentes no manual (Costa & Marques, 2016), explorou-se a situação vivida pelos soldados na guerra colonial (Barata & Teixeira, 2004, pp. 136-173). Consequentemente, em debate com os alunos, enumeraram-se os efeitos da guerra, salientando o número de mortos, as consequências económicas e as que ainda são visíveis nos dias de hoje. Para concluir a lecionação destes conteúdos, foi registado no caderno diário, pelos alunos, um esquema síntese sobre a guerra colonial: palcos da guerra, datas de início do conflito, movimentos de resistência e seus responsáveis.

Finalmente, como consolidação, os alunos resolveram, organizados a pares, as questões propostas no manual (Costa & Marques, 2016, p.118-121), para posterior correção oral.

- Aula n.º 5

As aulas anteriormente referidas foram apenas para lecionação dos conteúdos previstos. Esta última aula serviu para a realização de uma ficha de avaliação (cf. anexo 8), sobre os conteúdos lecionados de forma a concluir a unidade didática.

O teste de avaliação sumativa foi contruído com base numa matriz elaborada pela professora estagiária. Na matriz indicaram-se os objetivos gerais e respetivos conteúdos que foram objeto de avaliação. Relativamente à estrutura do teste, teve-se em atenção a seleção de vários tipos de perguntas, optando-se por itens de seleção (escolha múltipla, associação, completação, verdadeiro e falso) e itens de construção (resposta curta e resposta restrita). Posteriormente, foi definida a cotação de cada questão e, ainda, os critérios gerais de classificação (Ribeiro & Ribeiro, 1989).

Os conteúdos avaliados no teste de avaliação foram selecionados a partir dos objetivos gerais das metas curriculares. Deste modo, a primeira questão, um friso cronológico para preencher, diz respeito à sequência temporal dos acontecimentos relativos à ascensão de Salazar ao poder. Na segunda pergunta, pretende-se que os alunos selecionem os órgãos de soberania determinados pela Constituição de 1933. Para completar os espaços, a terceira questão, diz respeito ao “milagre financeiro” operado por Salazar. De seguida, pediu-se aos alunos que identificassem os mecanismos de propaganda e de repressão criados pelo regime, a partir das diferentes definições dadas. Na quinta pergunta, solicitou-se a observação atenta da figura, o

cartaz da Lição de Salazar, de forma a identificar a trilogia política que resume os valores do Estado Novo, “Deus, Pátria e Família”. Mais uma vez, na sexta questão, que diz respeito aos movimentos de oposição, os alunos tinham de completar os espaços vazios das frases, agora com as palavras dadas. Na sétima pergunta, pretendia-se que os alunos preenchessem a tabela relativamente à Guerra Colonial (teatros de operações, ano do início da guerra, nome do líder do movimento independentista), ao mesmo tempo que localizavam as colónias no mapa. O oitavo item, de verdadeiro e falso, continha afirmações que abrangiam todos os conteúdos. Por fim, as questões número nove, dez, onze e doze, tinham como principal objetivo avaliar a aquisição de conhecimentos relativamente à componente local e regional a que se recorreu na lecionação dos conteúdos, ou seja, Bissaya Barreto, a sua obra social e o Portugal dos Pequenitos. Para isso, elaboraram-se questões sobre a pessoa de Bissaya Barreto, a sua vida e obra, sobre a organização dos espaços, arquitetura e valores do Portugal dos Pequenitos e, ainda, sobre a atual Fundação de Bissaya Barreto.

Os testes de avaliação foram posteriormente corrigidos e entregues aos alunos com as respetivas cotações.

4. Avaliação das aprendizagens

A realização do teste foi marcada por um forte constrangimento. O teste de avaliação foi inicialmente marcado para a aula seguinte ao término da lecionação dos conteúdos (4 de abril). Tal não foi possível por ser o último dia de aulas do 2.º período e os alunos se encontrarem em atividades da escola. Deste modo, a realização do teste foi adiada para a primeira aula do 3.º período (20 de abril). Durante o período de férias letivas, os alunos apenas tinham o manual para estudar, onde os conteúdos da componente local e regional não se encontram explicados.

A leitura dos resultados a partir da resolução da ficha de avaliação realizada no final da unidade didática, permite concluir que os conteúdos lecionados em torno dos objetivos estabelecidos nas metas curriculares foram atingidos pelos alunos. Contudo, apesar do entusiasmo demonstrado pelos alunos pela componente local e regional lecionada, os resultados não foram os esperados. No primeiro grupo de três perguntas apenas uma aluna identificou que Bissaya Barreto foi Presidente da Junta da Província da Beira Litoral, enquanto outros treze identificaram que através deste cargo,

encontrou condições para criar uma obra social de assistência médica e educativa. Apenas sete, dos vinte e um alunos, mencionaram que no Portugal dos Pequenitos se exaltam o colonialismo, nacionalismo e ruralismo. Já no segundo grupo, relativo aos pavilhões existentes no Portugal dos Pequenitos, onde os alunos teriam de seleccionar seis pavilhões, seis alunos conseguiram identificar todas as respostas corretas. Oito alunos identificaram seis ou cinco das respostas corretas, sendo que, os restantes sete, identificaram apenas quatro ou menos. Na questão seguinte, verdadeiro/falso, sobre as características do Portugal dos Pequenitos, doze alunos acertaram todas as afirmações, enquanto oito acertaram uma ou duas. Na última pergunta, nenhum aluno conseguiu identificar todas as instituições que atualmente integram a Fundação Bissaya Barreto, dois não conseguiram identificar nenhuma, oito indicaram apenas uma ou duas, os restantes onze apontaram três ou quatro.

A correção do teste foi realizada numa das aulas seguintes. Esta teve em conta os resultados obtidos pelos alunos e, por isso, os conteúdos em que demonstraram ter maior dificuldade foram lembrados e novamente explicados.

Procedeu-se à análise da sequência didática, passando em revista o processo de planificação, o enquadramento da unidade didática nas metas curriculares e a descrição das aulas planificadas. Adotou-se como unidade de análise, cada uma das aulas (45 ou 90 minutos), explicitando-se, com alguma minúcia, o trabalho desenvolvido com os alunos em contexto de sala de aula, nomeadamente, os conteúdos abordados e as estratégias e recursos mobilizados. Encerrou-se com a apresentação do teste de avaliação final compaginado com a apreciação dos resultados obtidos, levando em consideração todos os constrangimentos.

CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

No presente capítulo serão apresentadas as apreciações, do professor cooperante e da orientadora de estágio, sobre o trabalho desenvolvido pela aluna estagiária. Por fim, apresentam-se e analisam-se os dados obtidos a partir do Grupo Focal realizado com os alunos.

1. Apreciações do cooperante e da orientadora de estágio

No final do estágio no 2.º ciclo do Ensino Básico, reunimos com o professor cooperante e com a professora orientadora, de forma a refletir sobre todo o trabalho desenvolvido. Com base nos registos do diário, podemos afirmar que, relativamente à lecionação da unidade didática apresentada neste estudo, ambos deram feedback sobre o trabalho desenvolvido. Destacaram a introdução da Componente Local e Regional, Bissaya Barreto e a sua obra social e o Portugal dos Pequenitos, tendo sublinhado que a sua abordagem provocou grande interesse e captou a atenção dos alunos. Por se tratar de uma personalidade de destaque para a cidade de Coimbra e a natureza emblemática do Portugal dos Pequenitos – um espaço que a maioria dos alunos já tinham visitado –, a abordagem dos valores do Estado Novo neste contexto, resultou positivamente. Por outro lado, os recursos utilizados, foram considerados bem concebidos e explorados, tendo-se alcançado os objetivos propostos.

2. Opiniões dos alunos – o Grupo Focal

A partir de uma matriz de redução de dados (cf. anexo 14) passamos à sua apresentação e discussão, procedendo à análise por categoria, referindo as subcategorias e respetivos indicadores, devidamente explanados com as unidades de registo selecionadas.

Identificámos as seguintes categorias: Bissaya Barreto, Portugal dos Pequenitos, Fundação Bissaya Barreto, Componente Regional e Local e Património construído.

Na categoria “Bissaya Barreto” são explicitados as respostas dos alunos relativamente aos conhecimentos prévios e aos conhecimentos adquiridos após as aulas, sobre a sua personalidade e obra. Seguidamente, na categoria “Portugal dos Pequenitos”, apresentamos os conhecimentos prévios, as vivências dos alunos, como o caracterizam, como o exploraram, os conhecimentos adquiridos após as aulas, os seus interesses, a sua opinião sobre a preservação do espaço e, ainda, algumas sugestões. Na categoria “Fundação Bissaya Barreto”, são apresentados os conhecimentos prévios dos alunos relativamente à Fundação. Em relação à categoria “Componente Regional e Local”, apresentamos a opinião dos alunos sobre a introdução da mesma no decorrer das aulas. Por fim, na categoria “Património construído”, expomos os interesses dos alunos sobre o património nacional e o

património da cidade de Coimbra. Nesta destaca-se, também, a opinião dos alunos sobre o estado de conservação do património da cidade e algumas sugestões para a sua preservação.

2.1. Bissaya Barreto

Subcategoria	Alunos
Conhecimentos prévios - Obra Alguns alunos afirmaram ter conhecimento da obra de Bissaya Barreto antes das aulas lecionadas.	<i>(Vários alunos): Sim.</i> <i>(Aluno 7): construiu várias coisas e conseguiu ajudar também na saúde e na educação.</i> <i>(Aluno 11): O que eu sei sobre ele é que ele construiu vários infantários e também uma maternidade que não pertence a ele, mas que tem o nome dele.</i> <i>(Aluno 13): Conhecia algumas coisas, mas não conhecia tanto.</i>
- Caracterização Consideram que Bissaya Barreto é uma personalidade importante no contexto da cidade e distrito de Coimbra.	<i>(Aluno 7): Que foi uma pessoa muito importante para a cidade.</i> <i>(Aluno 7): porque foi uma pessoa muito importante.</i>
Conhecimentos adquiridos após as aulas Após a leção dos conteúdos, os alunos afirmam que adquiriram mais conhecimentos sobre a obra e a personalidade de Bissaya Barreto.	<i>(Vários alunos): Sim.</i> <i>(Aluno 7): Sim, aprendemos que ele tinha feito uma obra da assistência da saúde e da educação, tinha a ver muito sobre isso, e tinha construído vários edifícios que foram muito importantes para a expansão de Coimbra.</i> <i>(Aluno 17): Aprendemos que é uma pessoa mais importante do que algumas pessoas pensam que ele é.</i> <i>(Aluno 17): Sim.</i> <i>(Aluno 18): Aprendi que ele já estudou em Coimbra, e que foi bastante importante na evolução do país.</i>

Através das respostas dos alunos, pode afirmar-se que, apesar de anteriormente já conhecerem Bissaya Barreto e a sua obra social, identificarem algumas das instituições por ele construídas e reconheceram a sua importância na cidade de Coimbra, consideram que, após a leção dos conteúdos, os seus conhecimentos sobre esta temática aumentaram e se tornaram mais explícitos.

2.2. Portugal dos Pequenitos

Subcategoria	Alunos
Conhecimentos prévios Apenas dois alunos afirmaram ter conhecimento, antes das aulas lecionadas, que Bissaya Barreto foi responsável pela construção do Portugal dos Pequenitos.	<i>(Aluno 20): Eu só sabia que ele tinha criado o Portugal dos Pequenitos.</i> <i>(Aluno 21): Sim.</i>
Vivências - Não visitou Um aluno nunca visitou o Portugal dos Pequenitos. - Com a família Alguns alunos afirmam ter visitado com a família. - Com a escola Os restantes visitaram com a escola.	<i>(Aluno 21): Não.</i> <i>(Aluno 14): Com os meus pais e com os meus tios.</i> <i>(Aluno 13): Eu visitei com a minha família toda.</i> <i>(Aluno 5): Eu visitei o Portugal dos Pequenitos com a minha família.</i> <i>(Aluno 12): e com os meus pais.</i> <i>(Aluno 11): Nós quando eu andava no infantário, nós normalmente mês a mês ou de dois em dois meses, íamos uma vez ao Portugal dos Pequenitos.</i> <i>(Aluno 18): Eu se calhar também visitei com a escola, mas não sei.</i> <i>(Aluno 12): Eu visitei quando andava na creche duas vezes.</i>
Caracterização Destacam o tamanho das casas e a suas diferentes origens. Também referem os pavilhões temáticos, designadamente, o das colónias e do Brasil.	<i>(Aluno 20): As casas eram muito pequenas e tinham casas do Brasil.</i> <i>(Aluno 7): Eu lembrava-me que aquilo abordava várias regiões do país e também as colónias e tinha vários pavilhões temáticos. Era engraçado.</i>
Exploração - Lazer Indica atividades de lazer realizadas dentro do Portugal dos Pequenitos. - Gostos Explicitam vários espaços existentes, o pavilhão das colónias, as casas regionais, os monumentos e estátuas.	<i>(Aluno 7): Fomos ao café comer um gelado.</i> <i>(Aluno 18): Eu gostei muito da parte dos monumentos e da das colónias. Mas não me lembro muito bem.</i> <i>(Aluno 6): Gostava dos pavilhões das colónias.</i> <i>(Aluno 7): Gostava de ver umas..., não sei aquilo parecia um macaco que tinha os braços assim</i>

<p>- Pertença Destaca a cidade de Coimbra em miniatura, por ser um lugar conhecido.</p>	<p><i>cruzados, logo à entrada, e gostava muito de ver aquilo e ir lá para cima.</i> <i>(Aluno 1): Eu gostava mais daquela parte que as casas pareciam assim mais chinesas.</i> <i>(Aluno 13): Eu gostava muito de ver a cidade de Coimbra que é uma cidade que nós conhecemos, em miniatura. É giro.</i></p>
<p>Conhecimentos adquiridos Mencionam que, após a leção, compreenderam melhor o porquê da referência às colónias e o significado das casas tradicionais.</p>	<p><i>(Vários alunos): Sim.</i> <i>(Aluno 13): As colónias porque agora já sabemos mais sobre aquelas colónias e já percebemos como é que foram parar a Portugal.</i> <i>(Aluno 13): Sim.</i> <i>(Aluno 20): Que aquilo também tinha casas, por exemplo dos pastores, daquelas mais rurais e daquelas que são da cidade.</i> <i>(Aluno 6): Fiquei a saber que as casas que estão lá são as casas que eram mais habituais e mais antigas do país.</i></p>
<p>Interesses É notório que o pavilhão das colónias despertou o interesse na maioria dos alunos. Alguns revelam interesse nas casas tradicionais e nos monumentos. Outros destacam que agora, após a leção dos conteúdos, conseguem compreender o significado dos diferentes espaços que compõem o Portugal dos Pequenitos.</p>	<p><i>(Aluno 14): O pavilhão das colónias.</i> <i>(Aluno 4): O pavilhão das colónias porque agora nós sabemos porque é que elas estão lá.</i> <i>(Aluno 21): As casas antigas.</i> <i>(Aluno 18): Eu acho que vou gostar de ver a parte dos monumentos, porque como eu já visitei a maior parte depois vai ser fixe ver em pequeno.</i> <i>(Aluno 7): Agora como eu também já visitei tudo, agora como já sei mais coisas, já percebo a história por detrás dos monumentos e isso tudo.</i> <i>(Aluno 7): Sim, já conseguimos entender mais coisas.</i></p>
<p>Preservação Chama a atenção para uma maior divulgação do espaço, cativando mais turistas para o visitar.</p> <p>Os alunos, na sua maioria, consideram importante a preservação deste espaço.</p> <p>Por outro lado, destacam que deve ser restaurado.</p>	<p><i>(Aluno 7): Acho que devia ser mais divulgado para também termos mais turistas, mas também não deixar entrar lá uma multidão imensa, tendo sempre um grupo de pessoas limitadas para entrar por dia, para não se degradar tanto e conseguir aguentar vários anos.</i> <i>(Aluno 4): Ser preservado.</i> <i>(Aluno 12): Ser preservado e renovado.</i> <i>(Aluno 12): Sim, restaurado.</i> <i>(Aluno 13): Sim, mas se nós restaurarmos um monumento que já tem muita história, com muitos anos também pode perder o valor histórico que tem.</i> <i>(Aluno 7): Restaurado não, mas remodelado sim.</i></p>

Apesar de um aluno considerar que o espaço deve ser remodelado e adequado aos dias de hoje, outros chamam à atenção que o valor histórico do espaço não deve ser perdido e, por isso, este não deve ser completamente restaurado.	<p><i>(Aluno 14): Remodelado para ter as coisas modernas do dia a dia.</i></p> <p><i>(Aluno 7): Eu acho que uma coisa é fazer, por exemplo, restaurar uma parede que esteja a cair ou alguns objetos que se podem partir, mas nunca restaurar tudo porque se não estamos a perder a importância e o valor que tem por ser de há muitos anos.</i></p>
<p>Sugestões</p> <p>Os alunos sugerem ações de sensibilização sobre a degradação dos monumentos, alertando os colegas da escola e restante comunidade, para a sua preservação.</p>	<p><i>(Aluno 13): Dizer ao Diretor se podemos criar uma campanha na escola contra a poluição e degradação dos monumentos, depois incentivar as outras pessoas a também não degradarem os monumentos</i></p> <p><i>(Aluno 20): Avisar os nossos colegas que os monumentos não são para estragar, mas sim para preservar.</i></p>

Em relação ao Portugal dos Pequenitos, todos os alunos já tinham tido a oportunidade de visitar, exceto uma aluna, apesar de saber que Bissaya Barreto era o responsável pela sua construção. Os alunos destacaram várias vezes o seu interesse pelo pavilhão das colónias e pelas casas regionais, mencionando que, no final, conseguiram compreender o seu significado.

Revelaram ter consciência da importância da preservação do Portugal dos Pequenitos, apesar de alertarem que, devendo ser restaurado e remodelado, o seu significado não deve ser alterado. Sugerem uma maior divulgação para cativar um maior número de visitantes e, por outro lado, a sensibilização da população escolar para a degradação dos monumentos e a sua necessária preservação.

Na ausência de uma metodologia mais ativa o grupo focal acabou por desempenhar um importante papel didático. Durante o grupo focal, os alunos expressaram livremente a sua opinião perante as questões que lhes foram colocadas. Através da análise das respostas, é possível verificar que esta dinâmica lhes permite desenvolver a capacidade de expressar a sua opinião, tomar e assumir uma posição e, ainda, debater a multiplicidade de perspetivas que surgem. Este debate é visível na diferente opinião dos alunos, entre remodelar ou restaurar o património da cidade, propiciando uma reflexão sobre os dois conceitos e igualmente uma tomada de decisão por cada um dos alunos. Estes são aspetos fundamentais no seu desenvolvimento como pessoas e como cidadãos ativos.

Como já discutido anteriormente, a História tem lugar no currículo escolar destas idades, precisamente porque desenvolve um papel ativo na formação dos jovens, proporcionando-lhes o desenvolvimento de atitudes de cidadania (Félix, 1998), auxilia na formação de cidadãos ativos, participativos, conscientes e responsáveis e, ainda, lhes desperta o interesse pela intervenção no meio (Proença 1990).

Visando preparar as crianças para a participação na vida da sociedade através do seu enriquecimento global como pessoas, a implementação e prática de uma educação para a cidadania precisa de ser permanentemente promovida e mobilizada para a sala de aula, sendo parte integrante dos objetivos de aprendizagem. A educação para a cidadania resulta da necessidade de que as atitudes acima descritas sejam objeto de um ensino/aprendizagem na escola e no contexto de uma educação que se pretende global (Afonso, 2007).

Deste modo, proporcionar aos alunos o contacto com o património do meio local, utilizando-o como recurso didático preferencial e promovendo o seu envolvimento afetivo, contribui para que os alunos reconheçam, respeitem, valorizem e salvaguardem o património histórico e cultural, manifestando sentimentos de pertença e empatia pela sua herança cultural.

2.3. Fundação Bissaya Barreto

Subcategoria	Alunos
Conhecimentos prévios Os alunos reconhecem a existência da Fundação Bissaya Barreto e identificam algumas instituições que a compõem.	<p><i>(Aluno 11): Sabia porque andava na escola e também porque vivo lá perto.</i></p> <p><i>(Vários alunos): Sim sabia.</i></p> <p><i>(Aluno 18): Eu sabia porque nasci lá.</i></p> <p><i>(Aluno 4): Eu sabia.</i></p> <p><i>(Aluno 11): Que era um infantário, uma escola e que ajudava várias instituições</i></p> <p><i>(Aluno 18): Eu sabia da maternidade, do colégio e da casa Museu.</i></p> <p><i>(Vários alunos): Sim eu sabia.</i></p> <p><i>(Aluno 7): Eu sabia. Eu também conhecia o infantário que andava lá com o João e a maternidade que também lá nasci e depois não conhecia muito mais coisas. Conhecia algumas casas com o nome dele, mas eram parte da Fundação.</i></p>

	<p><i>(Aluno 21): Sim, por causa da maternidade e da escola.</i></p> <p><i>(Aluno 20): Só sabia por causa da Casa Museu.</i></p> <p><i>(Aluno 20): Sim.</i></p> <p><i>(Aluno 1): Eu sabia que existia, só que achava que eram menos, porque só sabia da maternidade.</i></p> <p><i>(Aluno 6): Eu só conhecia o Colégio e a Casa Museu.</i></p> <p><i>(Aluno 12): Conhecia o Portugal dos Pequenitos, a escola e o jardim de infância e mais nada.</i></p> <p><i>(Aluno 11): Eu também conhecia porque vivo lá perto.</i></p> <p><i>(Aluno 4): Eu conhecia a Casa Museu porque fui lá visitar com a escola.</i></p>
--	--

Os alunos apesar de terem conhecimento da existência da Fundação Bissaya Barreto, identificam várias instituições que lhe pertencem, como o colégio, a Casa Museu e o Portugal dos Pequenitos. Contudo, a maioria, associa a Maternidade Bissaya Barreto à Fundação, apesar desta na realidade não lhe pertencer.

Nenhum aluno refere ter conhecimento do conjunto de instituições criadas por Bissaya Barreto, algumas já extintas, e.g., as Colónias de Férias, o Ninho dos Pequenitos e o Preventório.

2.4. Componente Regional e Local

Subcategoria	Alunos
<p>Aulas</p> <p>Consideram as aulas criativas e apelativas.</p> <p>Destacam uma melhor compreensão, curiosidade e interesse.</p>	<p><i>(Aluno 14): É uma maneira mais apelativa e criativa de ensinar como era o Estado Novo.</i></p> <p><i>(Aluno 6): Ajudou-nos a perceber melhor como é que aquilo funcionava.</i></p> <p><i>(Aluno 6): Ajudou-nos a aprender melhor o Estado Novo.</i></p> <p><i>(Aluno 6): Sim.</i></p> <p><i>(Aluno 11): Tive mais curiosidade sobre essa matéria.</i></p> <p><i>(Aluno 11): Sim.</i></p> <p><i>(Aluno 4): Acho que a matéria ficou mais interessante.</i></p>

	<p><i>(Aluno 17): Também.</i></p> <p><i>(Aluno 1): Fiquei mais interessado sobre o Estado Novo e a falar de outras coisas só que a ver cá.</i></p> <p><i>(Vários alunos): Se calhar sim... talvez.</i></p>
--	--

De forma geral, os alunos consideraram que a introdução da componente local e regional foi uma forma criativa de tornar as aulas mais apelativas, despertando-lhes uma maior atenção e interesse. Destacam também que, enquadrar os conteúdos no meio que os rodeia, suscitou-lhes a curiosidade, não só pelos conteúdos estabelecidos nas diretrizes nacionais, que compreenderam melhor, mas também pela história da sua cidade e no património nela existente, conseguindo atingir aprendizagens mais significativas.

Contudo, existem constrangimentos importantes a ter em conta. Por um lado, os alunos não tinham qualquer material didático, sobre Bissaya Barreto e a sua obra, disponível para puderem estudar, de forma a aprofundar os conhecimentos transmitidos nas aulas. Por outro lado, o tempo disponibilizado para lecionar a unidade didática planificada não permitia o recurso a metodologias mais ativas, como a visita de estudo inicialmente proposta ao professor cooperante.

2.5. Património construído

Subcategoria	Alunos
<p>Interesses</p> <p>Demonstram curiosidade pela história de outros monumentos que conhecem.</p> <p>Três alunos mencionam património da cidade de Coimbra.</p>	<p><i>(Vários alunos): Sim.</i></p> <p><i>(Aluno 7): Gostava de conhecer por exemplo aquilo que aconteceu para construírem tantos monumentos e agora estão cada vez mais a ter de remodelar, e assim é bom saber mais da história que está por detrás dos monumentos.</i></p> <p><i>(Aluno 6): Eu gostava porque as vezes nós conhecemos os monumentos, mas não sabemos o que é que aconteceu para ser feito esse monumento, e eu acho que é engraçado ficarmos a saber a história desse monumento.</i></p> <p><i>(Aluno 5): A universidade.</i></p> <p><i>(Aluno 5): Sim.</i></p> <p><i>(Aluno 20): O Mosteiro de Santa Cruz.</i></p>

	<i>(Aluno 7): Eu ainda não vi um que é aqui perto que é o mosteiro de Lorrão e gostava de conhecer.</i>
<p>Coimbra</p> <p>- Conservação</p> <p>Consideram que o património da cidade está degradado.</p> <p>- Impacto</p> <p>Enaltece o papel do turismo na cidade de Coimbra.</p> <p>- Preservação</p> <p>Destacam a responsabilidade da Câmara Municipal na restauração dos monumentos, bem como, a promoção de atitudes de preservação e apreço dos cidadãos pelo património da sua cidade.</p>	<p><i>(Aluno 7): Eu acho que é muito importante, e agora as pessoas estão cada vez mais a destruir mais e a tirar a parte histórica ao monumento só para ficar bonito, e isso está a estragar a cidade.</i></p> <p><i>(Aluno 11): estão muito degradados.</i></p> <p><i>(Aluno 10): Alguns ainda estão bons, mas outros já estão um bocado com mau aspeto, um bocado velhos</i></p> <p><i>(Aluno 17): Grande parte por fora estão a ficar degradados por causa do ambiente, mas por dentro algumas continuam bonitas.</i></p> <p><i>(Aluno 20): Alguns ainda estão bem, mas outros já estão a ficar degradados por causa da chuva, e por pessoas grafitarem as paredes.</i></p> <p><i>(Aluno 6): Eu acho que alguns ainda estão bem conservados, mas bastantes já estão degradados.</i></p> <p><i>(Aluno 18): Acho que são importantes porque atraem mais turistas, mais público para ver, e acho que também fazem parte da história da cidade e isso é importante.</i></p> <p><i>(Aluno 17): Por um lado a população que não tem o direito de estragar, mas por outro a Câmara também tem de mandar alguém para lá para restaurar os monumentos e proteger a importância deles.</i></p> <p><i>(Aluno 14): Eu acho que sendo património da cidade, todos os que vivem nesta cidade devem proteger ao máximo todos os monumentos e não os deixarem degradar com o tempo.</i></p> <p><i>(Aluno 11): Eu acho que é as pessoas, mas por outro lado por causa dos químicos e ácidos que houve.</i></p> <p><i>(Aluno 11): Por maioria é a população, mas por outra parte é os químicos ácidos.</i></p> <p><i>(Aluno 18): Eu acho que somos todos importantes porque, a Câmara Municipal como já muita gente disse, tem o dever de</i></p>

<p>- Sugestões Sugerem diferentes formas de preservação e restauro do património, identificando os seus agentes.</p>	<p><i>preservar e de fazer com que cada vez mais hajam pessoas a querer visitar, mas a população, por exemplo, na Queima das Fitas, ou quando há eventos desse género, não pode andar a destruir e a estragar.</i> <i>(Aluno 6): Eu acho que a Câmara Municipal tem o dever de conservar os monumentos, mas toda a população que vive em Coimbra também não tem o direito de estragar.</i></p> <p><i>(Aluno 11): Arranjar uma maneira de eles não terem muito acesso.</i> <i>(Aluno 7): As pessoas podem participar em várias associações que existem como tratar do ambiente, há já vários projetos, e também começam a fazerem queixas quando é preciso à Câmara para ver se eles também fazem as coisas necessárias.</i> <i>(Aluno 4): Primeiro nós não os estragarmos, porque se queremos que ninguém os estraguem também não os podemos estragar, e depois também como temos amigos ou conhecidos também explicar esse lado.</i></p>
---	---

Relativamente ao património contruído, os alunos demonstram ter curiosidade pela história dos monumentos existentes, principalmente, os da cidade de Coimbra, por ser a cidade onde vivem.

Consequentemente, por todos os dias os apreciarem, consideram que estão bastante degradados, principalmente, o exterior devido ao ambiente e a comportamentos destruidores do ser humano. Assim, chamam à atenção para o papel da Câmara Municipal na preservação do património da cidade, mas, também, incutem muita responsabilidade aos habitantes da cidade, considerando que, por vezes, também são responsáveis pela sua degradação e destruição.

Portanto, sugerem que as pessoas se associem para desenvolver projetos de preservação e restauração, que a Câmara Municipal seja chamada à atenção, as visitas aos lugares sejam controladas. Destacam que deve ser provocado o sentimento de apreço, pertença, empatia e respeito nos habitantes, pelo património da cidade onde vivem.

Neste capítulo procedeu-se à apresentação e análise dos dados recolhidos a partir do Grupo Focal. Captaram-se, deste modo, as experiências dos alunos na sua comunidade, compreendeu-se, de forma mais nítida, como as aulas alargaram e aprofundaram os seus conhecimentos sobre a componente local e regional. Por outro lado, relativamente à componente local e regional, avaliou-se em que medida foi estimulada a motivação e interesse pela aprendizagem, o sentimento de pertença e empatia pelo património e, ainda, compreendeu-se se foram promovidas atitudes de cidadania que se traduzam na defesa e preservação da memória e do património da comunidade a que pertencem.

NOTAS FINAIS

A partir da questão central “Como ensinar o Estado Novo a alunos do 2.º CEB?”, elaborámos os objetivos que contribuiriam para delimitar o objeto de estudo e, sobre os quais, procuramos refletir. De forma a caracterizar as estratégias e os recursos a utilizar, procedemos, inicialmente, a uma revisão bibliográfica no que concerne à componente local e regional e ao possível enquadramento do currículo nacional. Realizada esta vertente de cariz mais teórico, que serviu de fundamento para a realização do estudo, seguiu-se a contextualização do projeto de investigação, a caracterização da população e a descrição da construção da unidade didática. A entrevista ao professor cooperante, fortemente marcada pela preocupação centrada na componente científica sustentada numa leitura interpretativa das metas curriculares, acompanhada da sugestão de alguns recursos e um conjunto de estratégias, permitiu a organização da planificação da unidade didática. A proposta de introdução da componente local e regional do currículo, que poderia apelar à mobilização de estratégias mais ativas, ficou limitada pelo pouco tempo destinado à sua abordagem durante as aulas. Um conjunto de razões, de diferentes níveis de intervenção – e.g., Ministério da Educação, o Agrupamento e a escola sede – levaram o professor cooperante a considerar, em diferentes momentos, não ser possível o recurso a metodologias ativas nomeadamente, por exemplo, o recurso a uma visita de estudo. Esta teria permitido promover um ensino mais ativo, concreto, contribuindo para uma aprendizagem integradora da realidade. O recurso a metodologias ativas ficou comprometido, conduzindo a que a exposição se constituísse na estratégia preferencial, recorrendo-se à mobilização de recursos multimédia – e.g., apresentações em PowerPoint – com apresentação de esquemas, imagens e filmes, procurando despertar o interesse e a participação dos alunos.

Os modelos didáticos baseados na descoberta e na busca de uma história viva, reforçam a utilização do meio como recurso de ensino da História, proporcionando a ilustração de conhecimentos e a interação com o património cultural e possibilitando o desenvolvimento de atitudes de empatia e respeito pelo passado. A CLRC surge como uma estratégia contextualizada dos saberes, o que pressupõe uma adaptação do currículo à realidade de cada escola, concebendo um projeto curricular próprio. Esta adaptação possibilita uma maior adequação dos conteúdos às realidades concretas dos alunos e dos seus contextos, valorizando o meio como recurso pedagógico

preferencial, enriquecendo as práticas pedagógicas e, consequentemente, as aprendizagens dos alunos. Não só promove a ligação e o desenvolvimento de parcerias com outras instituições como com as famílias, fortalecendo a relação entre a escola e o meio. Dado que, neste estudo, não foi possível utilizar os modelos didáticos baseados na descoberta, podemos afirmar que, em parte, se perdeu a promoção da ligação da escola com a restante comunidade. Contudo, como demonstrado posteriormente, dadas as circunstâncias, foi possível, com os recursos e estratégias utilizadas, proporcionar aos alunos a ilustração dos conhecimentos prescritos e, através da forma de interação com o património proporcionada aos alunos, o desenvolvimento de atitudes de empatia e respeito pelo mesmo.

A utilização do meio como recurso preferencial, torna a escola numa instituição inserida na comunidade, desempenhando um papel fundamental na intervenção, transformação e desenvolvimento do meio, nomeadamente, por via da participação dos seus alunos como cidadãos ativos, intervindo em múltiplas atividades, desde logo as relacionadas com o património local, que podem possuir uma grande latitude, desde o simples conhecimento à sensibilização ou centrando-se na sua conservação. Nesta perspetiva não se devem perder de vista, os constrangimentos experimentados e referidos no relatório, especialmente visíveis na avaliação sumativa realizada durante a sequência didática, da qual resultou uma acentuada discrepância na aquisição de conteúdos do currículo nacional e da CLRC. Na verdade, os conteúdos lecionados em torno dos objetivos estabelecidos nas metas curriculares foram claramente atingidos pelos alunos. Já perante os conhecimentos explorados no âmbito da CLRC, os alunos demonstraram dificuldade em identificar aspetos, alguns elementares, sobre Bissaya Barreto e o Portugal dos Pequenitos e que tinham sido cabalmente explorados em contexto de sala de aula. Reforce-se que os conhecimentos que os alunos adquiriram com a exploração da CLRC, são compagináveis, em importância, com os enunciados no currículo nacional, de resto, possibilitam, em certo sentido, uma melhor compreensão da realidade histórica nacional. Deste modo, torna-se importante que se construam e disponibilizem materiais didáticos adaptáveis, para se trabalhar a CLRC com os alunos, sejam estes disponibilizados pelos professores nas escolas, sejam colocados no mercado pelo Ministério da Educação, pelas editoras ou por outros *stakeholders*. Quiçá, se tais materiais existissem, os alunos teriam oportunidade de

explorar outros aspetos e estudar de forma a consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos nas aulas e, possivelmente, os resultados da avaliação sumativa, aplicada no final da sequência didática, poderiam ter sido diferentes.

Apesar dos resultados alcançados na referida avaliação sumativa não corresponderem minimamente ao expectado, quando analisamos a opinião dos alunos no grupo focal, podemos confirmar que a integração da CLRC teve consequências na sua perceção. Na opinião dos alunos, os conteúdos lecionados tornaram-se mais apelativos e, por isso, consideraram que compreenderam e aprenderam com mais atenção, interesse e motivação. De igual modo, salientaram que este interesse e motivação experimentados, advieram do facto de se ter explorado o meio que conhecem, nomeadamente, elementos patrimoniais da sua cidade e que já tinham visitado anteriormente. De igual modo, esta abordagem suscitou-lhes o interesse pela história da cidade e do restante património nela existente.

Face à componente local e regional utilizada – Bissaya Barreto e o Portugal dos Pequenitos – destacamos que apesar de os alunos já conhecerem, os seus conhecimentos sobre esta temática aumentaram e tornaram-se mais explícitos. Simultaneamente, foi manifesto o interesse e o desejo que experimentaram por voltar a visitar o Portugal dos Pequenitos, dado que agora se sentiam capazes de explorar, interpretar e analisar o seu verdadeiro significado.

Os resultados do grupo focal permitem destacar, ainda, que o recurso à componente local e regional parece ter contribuído para despertar e estimular nos alunos o sentimento de apreço, pertença, empatia e respeito pelo património. Assim, foi patente o discurso em torno do desenvolvimento de atitudes de cidadania, notadamente, de defesa e preservação da memória e do património do meio que os envolve, contribuindo para que os alunos manifestassem reconhecimento, respeito, valorizassem e pugnassem pela salvaguarda do património histórico e cultural. O grupo focal contribuiu para a sua formação e desenvolvimento de atitudes de participação ativa na vida da comunidade de pertença. Os alunos demonstraram estar bem atentos ao estado degradado dos monumentos da sua cidade, considerando, necessária e urgente, a sua preservação e restauro. Como cidadãos ativos, sugeriram a sensibilização da população escolar e restante comunidade, a promoção de atitudes de

preservação, o desenvolvimento de projetos de restauro e uma maior divulgação para cativar um maior número de visitantes.

Não temos conhecimento se em situações anteriores já se tinha recorrido à CLRC, mas, tendo em conta os resultados obtidos e do que nos apercebemos em contexto letivo, pareceu-nos ser a primeira vez que os alunos tiveram oportunidade de abordar os conteúdos previstos através da exploração do meio envolvente. Portanto, cremos que seria importante voltar ao terreno e proporcionar aos alunos a exploração de outras vertentes da CLRC, introduzindo noutras unidades didáticas, recorrendo a metodologias realmente ativas, baseadas na descoberta e exploração autónoma pelos alunos. Por outro lado, considera-se ainda que, estando CLRC presente nos currículos de todas as áreas, se explore a realidade envolvente dos alunos em todas as disciplinas e, desta forma, se reavalie as consequências nas suas aprendizagens.

Para concluir, enfatize-se que este estudo, limitado a uma turma de 21 discentes, compaginado com a sua especificidade, desde a sua localização ao nível socioeconómico da maioria das famílias de pertença dos alunos, mesmo considerando a sua heterogeneidade – no que respeita a competências e capacidades – não é, naturalmente, generalizável, nem esse seria sequer um objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, M. R. (2007). *Educação para a Cidadania: Guião de Educação para a cidadania em contexto escolar...Boas práticas*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência/Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Alves, F. C. (2004). Diário: contributo para o desenvolvimento profissional dos professores e estudo dos seus dilemas. *Millenium: Revista do ISPV*. S.l., n. 29, pp. 222-239.

Amado, J. (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Barata, M. T., Teixeira, N. S. (Dir.) (2004). *Nova História Militar de Portugal. Volume 5*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

Barreto, A., Mónica, M. F. (Coord.) (1999). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento F-O*. Porto: Livraria Figueirinhas.

Bell, J. (2002). *Como realizar um projecto de investigação. Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva.

Bodgan, R. C., Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.

Carvalho, A. C. (2010). *Classificação Portuguesa das Profissões 2010*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Costa, A. S. M. (2016). *Trabalho colaborativo e articulação curricular entre o 2.º e o 3.º ciclo do ensino básico*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.

Costa, F., Marques, A. (2016). *História e Geografia de Portugal*. Porto: Porto Editora.

Damião, M. H. (1998). *Pré, inter e pós acção. Planificação e avaliação em pedagogia*. Coimbra: Minerva.

Domingues, M. L. (2011). *Estudar história com os pés na terra*; Tese apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para a obtenção do Grau de Doutor em Educação. Orientada por Maria Cristina Oliveira Bruno. Lisboa.

Felgueiras, M. L. (1994). *Pensar a História. Repensar o seu ensino. A Disciplina de História no 3º ciclo do Ensino Básico: Alguns Princípios Orientadores da Metodologia de Ensino*. Porto: Porto Editora.

Félix, N. (1998). *A História na Educação Básica*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Educação Básica.

Félix, N., Roldão, M. C. (1996). *Dimensões formativas de disciplinas do ensino básico: história*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Ferreira, A. G., Mota, L. (2012). *Memória e História. Das fontes documentais aos testemunhos orais no projeto das casas da criança*. III Foro Ibérico de Museísmo Pedagógico: V Jornadas Científicas de la SEPHE.

Ferreira, I. L. (2010). *Os professores e o currículo: percepções e níveis de intervenção dos professores do ensino básico no desenvolvimento curricular*; Dissertação apresentada para obtenção de Grau de Mestre em Supervisão Pedagógica. Orientada por Maria Ivone Gaspar. Lisboa.

Houaiss, A., Villar, M. S. (2002). Ditadura. In *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (p.1377). Edição Instituto António Houaiss/Círculo Leitores. Rio de Janeiro/Lisboa.

Medina, J. (2000). *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*. Lisboa: Livros Horizonte.

Medina, J. (Dir.). *História Contemporânea de Portugal. (Volume V-VI)*. Lisboa: Multilar, Edição e Promoção e distribuição, Lda.

Medina, J. (Dir.). *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias. (Volume XVI-XVII). O Estado Novo (2)*. Amadora: Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda.

Ministério da Educação (1996). *Organização Curricular e Programas. Volume I. Ensino Básico 2º Ciclo. História e Geografia de Portugal*. Lisboa: Ministério de Educação/Departamento de Educação Básica.

Ministério da Educação (1996). *Programa de História e Geografia de Portugal: Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem. Volume II. Ensino Básico 2º Ciclo*. Lisboa: Ministério de Educação/Direção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário.

Ministério da Educação (1998). *1º Ciclo do Ensino Básico. Organização Curricular e Programas*. Lisboa: Departamento de Educação Básica.

Mota, L., Ferreira, A. G. (2017). A formação de Professores em Portugal no quadro do Espaço Europeu de Ensino Superior. *Revista Observatório*. Vol. 3, n.6, pp. 38-74.

Nogueira, C. L.T. (2015). A obra social de Bissaya Barreto: investigação e fontes em torno da Criança (1927-1974). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. XXVIII, pp.167-190.

Pacheco, J. A. B. (1995). *Formação de professores: teoria e praxis*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

Pacheco, J. A. B. (2008). *Organização Curricular Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Paulo, H. H. J. (1990). *Portugal dos Pequenitos – uma obra ideológico-social de um professor de Coimbra*. Separata da Revista de História das Ideias, vol. 12. Faculdade de Letras: Coimbra

Proença, C. (1989). *Didática da História*. Lisboa: Universidade Aberta.

Proença, C. (1990). *Ensinar/Aprender História – Questões de didática aplicada*. Lisboa: Livros Horizonte.

Ribeiro, A. I., Nunes, A. N., Nunes, J. P. A., Almeida, A. C., Cunha, P. J. P., Nolasco, C. C. (2013). *Metas curriculares. 2º Ciclo do Ensino Básico. História e Geografia de Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Ribeiro, A. I., Nunes, A. N., Nunes, J. P. A., Almeida, A. C., Cunha, P. J. P., Nolasco, C. C. (s. d.). *Documento de Apoio às Metas curriculares de História e Geografia de Portugal (2º Ciclo do Ensino Básico)*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Ribeiro, A. C., Ribeiro, L. C. (1989). *Planificação e avaliação do ensino-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Rivilla, A. M., Mata, F. S. (2009). *Didática Geral*. Madrid: Pearson Educación.

Roldão, M. C. (1999). *Cidadania e Currículo. Inovação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Roldão, M. C. (1995). *O director de turma e a gestão curricular*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Rosas, F. (2015). *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China.

Salgado, L. (1993). *Educação para Todos*. A construção local dos currículos: a relação escola-meio. Lisboa: Ministério da Educação/Programa Educação Para Todos (PEPT2000).

Serra, C. (2004). *Currículo na Educação Pré-Escolar e Articulação Curricular com o 1.º ciclo do Ensino Básico*. Porto: Porto Editora.

Trigo, M. M. (1993). *Educação para Todos*. Componentes locais e regionais dos currículos. Lisboa: Ministério da Educação/Programa Educação Para Todos (PEPT2000).

Legislação consultada

Lei 46/1986 de 14 de outubro. *Diário da República n.º 237 - Série I. Assembleia da República.*

Lei 85/2009 de 27 de agosto. *Diário da República n.º 166, Série I. Assembleia da República.*

Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro. *Diário da República n.º 4 - Série I. Ministério da Educação. Lisboa.*

Decreto-Lei 79/2014 de 14 de maio. *Diário da República n.º 92 - Série I. Ministério da Educação. Lisboa.*

Decreto-Lei 65/2018 de 16 de agosto. *Diário da República n.º 157 - Série I. Ministério da Educação. Lisboa.*

Decreto-Lei 75/2008 de 22 de abril, *Diário da República n.º 79 - Série I. Ministério da Educação. Lisboa.*

ANEXOS

Anexo 1 – Profissões dos pais e mães dos alunos da turma

Profissões dos pais	
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	5
Especialistas em vendas, marketing e relações públicas	2
Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa	2

Profissões das mães	
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	4
Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	2
Administrativa	1
Técnica da medicina e farmácia	1
Especialista em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	1
Auxiliar de cuidados de crianças	1
Trabalhadora de limpeza	1
Desempregada	1

Anexo 2 - Guião da entrevista ao Professor Cooperante

BLOCOS	OBJETIVO DO BLOCO	QUESTÕES ORIENTADORAS	PERGUNTAS DE RECURSO
Bloco 1 Legitimação da entrevista	Explicar a situação. Criar ambiente propício à entrevista.	Agradecer a disponibilidade. Informar sobre o uso do gravador. Garantir a confidencialidade dos dados.	
Bloco 2 Conteúdos e Metas (objetivos e descritores)	Compreender os objetivos e os descritores definidos nas metas curriculares para esta unidade. Relacionar objetivos, descritores e conteúdos.	De acordo com os objetivos gerais definidos nas metas de aprendizagem, o que se pretende abordar em cada um deles? No primeiro objetivo, o que devo destacar na ascensão de Salazar? Que aprendizagens devem realizar os alunos sobre a construção do Estado Novo?	 Devo explicar a obtenção do saldo positivo ou só referir? Relativamente à ascensão de Salazar que razões são importantes referir? Das medidas que resolveram o problema financeiro do país, quais devo destacar? De que forma demonstro aos alunos a supremacia do poder executivo e a existência de um partido único? O que devo explicar do carácter ditatorial do Estado Novo? Quais os valores do Estado Novo devem ser referidos?

		<p>Que mecanismos de difusão dos ideais do Estado Novo devem ser referidos?</p> <p>Que mecanismos de repressão devem ser abordados?</p> <p>É importante caracterizar a escola no Estado Novo?</p> <p>O que devo explorar sobre as ditaduras atuais?</p> <p>Referente ao terceiro objetivo, quais os principais movimentos de resistência ao Estado Novo que devem ser destacados?</p>	<p>A Mocidade Portuguesa? O que é importante referir sobre ela? Em relação à Exposição do Mundo Português, o que pode ser apresentado?</p> <p>Refiro a censura? E a PIDE? E a Legião Portuguesa? O que refiro sobre cada uma delas?</p> <p>Sobre as prisões políticas, devo referir todas as existentes? Dar mais realce ao Tarrafal?</p> <p>Devo dar exemplos de situações desumanas vividas pelos presos políticos?</p> <p>Analiso apenas o ensino primário? Ou também os restantes níveis?</p> <p>Devo mostrar manuais da época?</p> <p>Abordo o Plano de Educação Popular?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mostro <i>sketch</i> do Vasco Santana? - Refiro a Campanha Nacional de Educação de Adultos? - Menciono as medidas de obrigatoriedade de frequência escolar? <p>Quais devo referir?</p> <p>O que referir sobre esses países?</p> <p>Quais as ações clandestinas a referir?</p> <p>Quais as obras artísticas a mencionar?</p> <p>Quais os autores a destacar?</p> <p>Devo referir a formação do MUD?</p> <p>É de fazer referência à candidatura do general Norton de Matos?</p>
--	--	---	--

		<p>Relativamente à imagem de prosperidade do regime, o que é importante referir?</p> <p>É importante caracterizar o modo de vida da população?</p> <p>O que devo explicar sobre o período de Marcelo Caetano?</p> <p>Que aspetos sobre a manutenção do colonialismo devem ser referidos?</p> <p>Quais as aprendizagens relativas à Guerra Colonial se pretende que os alunos adquiram?</p>	<p>O que devemos referir sobre a candidatura do general Humberto Delgado?</p> <p>Abordar a política de obras públicas? O que referir sobre ela? Devo apresentar os cartazes de propaganda, da Lição de Salazar, relativos à prosperidade?</p> <p>Que aspetos devo mencionar?</p> <p>Explico o porquê das expectativas de “abertura do regime? Devo referir as medidas por ele tomadas?</p> <p>O que referir sobre a influência do contexto internacional?</p> <p>Referir o tipo de guerra? As zonas onde ocorreu? Mencionar as consequências da guerra? Quais?</p>
Bloco 3 Desenvolvimento curricular	Selecionar dimensões regionais e locais do currículo adequadas.	<p>Qual a sua opinião sobre a utilização da personalidade de Fernando Bissaya Barreto e a sua obra social e educativa como componente local e regional do currículo?</p> <p>Podem caracterizar-se os valores do Estado Novo a partir do Portugal dos Pequenitos?</p>	<p>Analisamos aspetos da biografia multifacetada de Bissaya Barreto? Poderei utilizar o Portugal dos Pequenitos, o Instituto Maternal e a Casa da Criança? E a Casa-Museu Bissaya Barreto?</p> <p>A partir do Portugal dos Pequenitos, pode trabalhar-se a exaltação dos valores nacionais, nomeadamente, o nacionalismo histórico e a exaltação do regionalismo? E abordarmos o colonialismo e a exaltação do império português?</p>

		<p>Será relevante estabelecer a diferença entre os princípios e a política educativa do Estado Novo e obra de proteção à infância de Bissaya Barreto?</p> <p>Considera importante a ligação ao presente e explorar genericamente a existência atualmente da Fundação Bissaya Barreto?</p>	<p>O que pensa de fazer a ligação do Portugal dos Pequenitos, no que se refere à Universidade de Coimbra, com a reconstrução da alta da cidade, no tempo do Estado Novo?</p> <p>Podemos incluir a análise do Ninho dos Pequenitos (década de trinta e quarenta) e as Casas da Criança? Só uma?</p> <p>Apresentamos a questão da saúde? O Instituto Maternal e os hospitais?</p> <p>Falamos nas suas instituições educativas? E no Museu e no arquivo? E nas suas iniciativas?</p> <p>Que instituições da atual Fundação Bissaya Barreto explorar?</p>
<p>Bloco 4 Planificação das aulas</p>	<p>Definir a distribuição dos conteúdos pelas aulas.</p> <p>Identificar as estratégias a utilizar ao longo das aulas.</p> <p>Selecionar os recursos a mobilizar.</p> <p>Relacionar objetivos e conteúdos com</p>	<p>De que forma devo distribuir os conteúdos pelas seis aulas?</p> <p>Que estratégias utilizar para atingir os objetivos estabelecidos?</p> <p>Que recursos sugere que utilize?</p>	<p>De acordo com as metas que conteúdos leciono na aula 1? Na 2? Na 3? Na 4?</p> <p>Os alunos poderão fazer um trabalho de grupo?</p> <p>Para ilustrar as situações vividas nas prisões posso apresentar excertos de documentários/ filmes/ reportagens/ fotografias?</p> <p>Haverá possibilidade de algum familiar dos alunos vir à aula dar o seu testemunho?</p> <p>Os alunos poderão recolher objetos/fotografias dos seus familiares para os incluir durante a leção?</p> <p>Poderei construir documentos para os alunos analisarem na aula?</p>

	<p>estratégias e recursos.</p> <p>Definir a distribuição do tempo ao longo das aulas.</p>	<p>De forma a salientar a máxima “Deus, Pátria e Família, deverei analisar o cartaz da Lição de Salazar que a ilustra?</p> <p>Em relação aos documentos do manual, quais devo analisar?</p> <p>De que forma devo apresentar os valores do Estado Novo presentes no Portugal dos Pequenitos?</p> <p>No que se refere à reconstrução da alta da cidade, como devo demonstrar as modificações?</p> <p>E sobre a obra de proteção à infância de Bissaya Barreto o que sugere?</p> <p>Para apresentar a Fundação Bissaya Barreto será pertinente mobilizar que recursos?</p> <p>Como devo distribuir o tempo para cada atividade?</p>	<p>O que salientar em cada um dos documentos propostos no manual?</p> <p>Apresentar fotografias dos elementos que demonstram os valores do Estado Novo? Visitar o Portugal dos Pequenitos com os alunos? A imagem de Martins Barata, “A lição de Salazar”?</p> <p>Apresentar a comparação através de fotografias?</p> <p>Apresentar Bissaya Barreto?</p> <p>Visitar os atuais edifícios da Fundação Bissaya Barreto?</p>
--	---	--	--

<p>Bloco 5 Procedimentos e modalidades de avaliação</p>	<p>Definir a(s) modalidade(s) de avaliação para esta unidade.</p> <p>Identificar os instrumentos de avaliação a utilizar.</p> <p>Caracterizar os instrumentos de avaliação.</p>	<p>Que modalidades de avaliação devo efetuar nesta unidade didática?</p> <p>Antes de lecionar os conteúdos, como devo avaliar o que os alunos já sabem sobre o Estado Novo?</p> <p>Que instrumento ou instrumentos devo utilizar para avaliar as aprendizagens realizadas?</p> <p>No final, para efeitos deste projeto de investigação, poderei realizar um <i>focus group</i> para avaliar outras dimensões das aprendizagens realizadas?</p>	<p>Diagnóstica? Formativa? Sumativa?</p> <p>Através de um questionário breve?</p> <p>Realizo as perguntas oralmente?</p> <p>Um teste escrito?</p> <p>Faço um questionário oral?</p> <p>Aplico um teste de avaliação?</p> <p>Forneço uma matriz do teste aos alunos?</p> <p>Quanto tempo devo conceder aos alunos para realizarem o teste?</p> <p>Realizo nas aulas de HGP ou na aula de Formação Cívica?</p> <p>Que tempo poderei utilizar?</p>
<p>Bloco 6 Síntese e meta-reflexão sobre a própria entrevista/ Agradecimentos</p>	<p>Dar oportunidade ao entrevistado de contribuir oportuna e positivamente para a investigação.</p> <p>Agradecer colaboração.</p>	<p>Gostaria de acrescentar alguma coisa?</p> <p>Qual a sua opinião sobre a entrevista?</p> <p>Agradecimentos.</p>	

Anexo 3 - Guião do Grupo Focal

BLOCOS	OBJETIVO DO BLOCO	QUESTÕES ORIENTADORAS	PERGUNTAS DE RECURSO
Bloco 1 Legitimação da entrevista	Explicar a situação. Criar ambiente propício à entrevista.	Agradecer a disponibilidade. Informar sobre a realização de vídeo gravação. Garantir a confidencialidade dos dados.	
Bloco 2 Vivências dos alunos	Analisar as experiências dos alunos na sua comunidade. Racionalizar as vivências dos alunos.	Conheciam Bissaya Barreto e a obra social que promoveu no distrito de Coimbra? Já conheciam o Portugal dos Pequenitos? Já tinham visitado o Portugal dos Pequenitos? Sabiam da existência da Fundação Bissaya Barreto atualmente em Coimbra?	O que é que já conheciam? Como conheceram? Com quem? De que se recordavam? O que fizeram nessa visita? Que espaços gostaram mais? Porquê? O que conheciam da Fundação?

Bloco 3 Conhecimentos adquiridos	Alargar e aprofundar os conhecimentos dos alunos.	<p>Aprenderam algo de novo sobre o Bissaya Barreto?</p> <p>Ficaram a conhecer melhor o Portugal dos Pequenitos?</p> <p>Quando voltarem a visitar o Portugal dos Pequenitos o que vão querer ver?</p>	<p>O quê?</p> <p>Porquê?</p> <p>O que teve mais interesse para vocês?</p> <p>Porquê?</p>
Bloco 4 Motivar e desenvolver atitudes de cidadania	<p>Estimular a motivação e o interesse pela aprendizagem</p> <p>Fomentar a autoestima.</p> <p>Estimular o sentimento de pertença.</p> <p>Promover atitudes de cidadania que se traduzam na defesa e preservação da memória e do património da comunidade a que pertencem.</p> <p>Desenvolver o sentimento de empatia pelo património.</p>	<p>O que acharam de estudar o Estado Novo a partir de Bissaya Barreto e do Portugal dos Pequenitos?</p> <p>Gostavam de conhecer mais aspetos da história da cidade?</p> <p>O que pensam do património construído (monumentos, sítios, etc.) da cidade?</p> <p>O que acham do estado de conservação desses monumentos?</p> <p>Quem consideram que é responsável pelo seu estado?</p> <p>O que acham que deve ser feito com o património?</p>	<p>Que importância teve para vocês?</p> <p>Porquê?</p> <p>Por ser um espaço da cidade onde vivem, foi importante?</p> <p>Quais?</p> <p>Porquê?</p> <p>Qual a importância dos monumentos para a cidade? E para vocês?</p> <p>Estão bem conservados ou degradados?</p> <p>Qual o papel do Estado? E da Câmara?</p> <p>E vocês o que podem fazer?</p> <p>Acham que os cidadãos têm alguma responsabilidade na preservação dos monumentos?</p> <p>E com o Portugal dos Pequenitos?</p>
Bloco 6 Agradecimentos	Agradecer colaboração.	Agradecimentos.	

Anexo 4 – Pedido de autorização para participar no Focusgroup

Pedido de autorização

No decurso e a par com o estágio, a estagiária Patrícia Coelho encontra-se a desenvolver um trabalho de investigação-ação que envolveu aulas lecionadas à turma, na disciplina de História e Geografia de Portugal, e encerra com a realização de um grupo focal (*Focus group*) no próximo dia 10 de maio, na aula de Formação Cívica.

Nas aulas de História e Geografia de Portugal, a estagiária lecionou uma unidade didática dedicada ao Estado Novo, tendo começado por averiguar os conhecimentos prévios dos alunos mediante um teste de avaliação diagnóstica. No decurso das aulas procurou, a partir do Portugal dos Pequenitos e do estudo da vida e obra de Fernando Bissaya Barreto, contextualizar os conteúdos nas vivências dos alunos, alargando e aprofundando os seus conhecimentos. Concluiu a unidade didática socorrendo-se de uma prova de avaliação sumativa com o objetivo de perceber o grau de aquisição dos conhecimentos pelos alunos e pelas alunas.

Nesta última etapa do projeto de investigação-ação, a estagiária promoverá um grupo focal. O grupo focal consiste numa entrevista em grupo, com o objetivo de conhecer a opinião dos alunos e das alunas sobre as aulas e a importância e significado que reconhecem e atribuem à exploração de conteúdos de âmbito local e regional dos quais, em muitos casos, já teriam algum conhecimento.

Para ulterior reflexão e tratamento, no quadro do relatório final sobre o projeto de investigação-ação, torna-se muito importante registar, com recurso a meios de vídeo-gravação, as ideias, as sugestões e as opiniões expressas pelos alunos e pelas alunas. Deste modo, venho por este meio solicitar a sua autorização para, durante o decorrer da atividade, usar os meios de vídeo-gravação, a fim de registar a opinião dos alunos.

O visionamento da vídeo-gravação realizar-se-á, exclusivamente, no âmbito do projeto de investigação-ação, estando disponível, apenas, para a estagiária Patrícia Coelho e o seu orientador científico no referido projeto, Professor Doutor Luís Mota. Garante-se, em qualquer circunstância sem exceção, o direito à privacidade de alunos e alunas.

Aproveitamos para, antecipadamente, agradecer a sua colaboração.

Saudações cordiais.

☐

Autorizo

☐

Não Autorizo

A Estagiária

A Diretora de Turma

O Encarregado de Educação

Anexo 5 – Teste diagnóstico

Nome _____ Nº _____ Data _____

1. Selecciona a opção correta.

1.1. O que é uma Ditadura?

- a) É um regime governamental onde o poder está concentrado nas mãos de uma pessoa (ou grupo).
- b) É um regime governamental onde não existe um governo.
- c) É um regime governamental onde os poderes estão divididos pelos diferentes órgãos.

1.2. Em 1928, quem aceitou ser nomeado Ministro das Finanças?

- a) Salazar
- b) Óscar Carmona
- c) Humberto Delgado

1.3. Em 1932, Salazar foi nomeado...

- a) Chefe do Conselho de Ministros
- b) Presidente da República
- c) Ministro das Obras Públicas

2. Liga cada um dos suportes do Estado Novo à definição que lhe corresponde.

União Nacional	•	•	Polícia política, com informadores secretos, que perseguia os que se opunham ao Estado Novo.
Mocidade Portuguesa	•	•	Organismo que propagandeava os ideais do Estado Novo.
PIDE	•	•	Organização militarizada para defender o Estado Novo.
Censura	•	•	Organismo que controlava os meios de comunicação.
Legião Portuguesa	•	•	Único partido político autorizado.
Secretariado de Propaganda Nacional	•	•	Organização que procurava desenvolver a obediência ao regime político em vigor.

3. Assinala com V (verdadeiro) ou F (falso).

	A constituição de 1932 instaurou o período do Estado Novo.
	O Estado Novo foi um regime corporativo.
	A Guerra Colonial desenrolou-se em Angola.
	A Guerra Colonial durou 13 anos.
	Quem sucedeu a Salazar, em 1968 foi Marcello Caetano.
	Durante o Estado Novo não houve manifestações de protesto contra o regime.
	A crise académica de 1969 aconteceu em Coimbra.
	Durante o Estado Novo foi reconstruída a Cidade Universitária de Coimbra.
	Salazar mandou construir o Portugal dos Pequenitos, em Coimbra.
	Bissaya Barreto foi um ministro no Governo de Salazar.
	Bissaya Barreto foi autor de uma obra social, de assistência e educação para as crianças.
	As Casas da Criança eram espaços destinados a crianças de famílias carenciadas.
	Atualmente existe a Fundação Bissaya Barreto.

4. Assinala com um X as opções corretas.**4.1. No Portugal dos Pequenitos existe ...**

	Casas Regionais		Casa da Criança
	Hospital		Pavilhão das Colónias
	Portugal Insular		Mapa dos Descobrimentos
	Área de Lisboa		Área de Coimbra
	Portugal Monumental		Estátua de Salazar

Anexo 6 – Planificação

Domínio / Tema	Sequência da aprendizagem: número de aulas	Objetivos gerais	Conteúdos	Duração
Portugal do século XX - O Estado Novo (1933-1974)	Aula 1	Compreender a ascensão de Salazar e a construção do Estado Novo.	<ul style="list-style-type: none"> - Salazar - Equilíbrio financeiro - Constituição de 1933: poderes dos órgãos de soberania - Ditadura - Estado Novo - União Nacional 	45min
Portugal do século XX - O Estado Novo (1933-1974)	Aula 2	Conhecer e compreender os mecanismos de difusão dos ideais do Estado Novo e de repressão para com os opositores.	<ul style="list-style-type: none"> - Ideais do Estado Novo - Propaganda - O ensino - Mocidade Portuguesa - Mocidade Portuguesa Feminina - Secretariado de Propaganda Nacional - Exposição do Mundo Português - O “Portugal dos Pequenitos” e a ação de Fernando Bissaya Barreto 	90min

			<ul style="list-style-type: none"> - A obra social – das Casas da Criança à atual Fundação - Repressão / restrição da liberdade - União Nacional - Censura - PIDE - Prisões políticas; o Tarrafal - Legião Portuguesa - Regimes ditatoriais atuais 	
Portugal do século XX - O Estado Novo (1933-1974)	Aula 3	Identificar os principais “marcos” da política de construção de obras públicas Conhecer e compreender os principais movimentos de resistência ao Estado Novo.	<ul style="list-style-type: none"> - A Política de Obras Públicas - A Cidade Universitária de Coimbra - A opressão: protestos dos trabalhadores - A oposição política - Protestos dos estudantes: a crise académica de 1969, em Coimbra 	45min
Portugal do século XX - O Estado Novo (1933-1974)	Aula 4	Conhecer e compreender os principais movimentos de resistência ao Estado Novo.	<ul style="list-style-type: none"> - Os intelectuais - A candidatura de Humberto Delgado 	90min

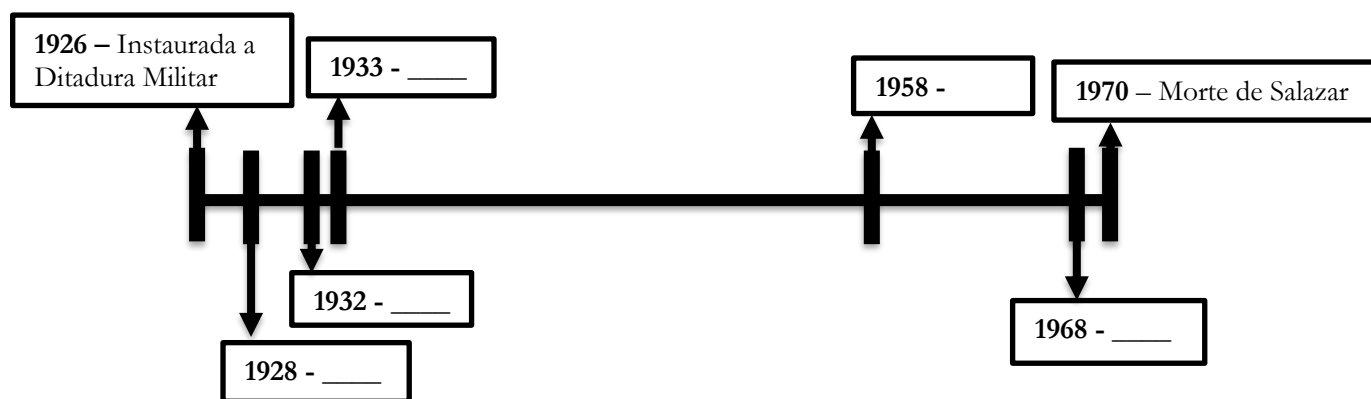
		<p>Conhecer e compreender a manutenção do colonialismo português e a Guerra Colonial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Marcelo Caetano - Marcelismo e a “abertura do regime” - A proibição da independência às colónias portuguesas - Guerra Colonial - Efeitos da guerra 	
--	--	---	--	--

MATRIZ DO TESTE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PORTUGAL					
ANO LETIVO DE 2016/2017					
Matriz do teste de avaliação					
Tempo de realização: 30 minutos		Ano : 6ºA		Professor(a):	
DE AVALIAÇÃO		CARACTERÍSTICAS E ESTRUTURA DO TESTE		CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO	
Conteúdos	Cotação (pontos)	Tipologia dos itens	Cotação		ITENS DE SELEÇÃO É atribuída cotação total às respostas que apresentem, de forma inequívoca, a única opção correta.
			Por item	Por tipologia	
<ul style="list-style-type: none">- Ditadura- Constituição de 1933: poderes dos órgãos de soberania- Equilíbrio financeiro- Óscar Carmona- Salazar- Estado Novo- União Nacional- Secretariado de Propaganda Nacional- Mocidade Portuguesa- Legião Portuguesa- Censura- PIDE- Fernando Bissaya Barreto	100	ITENS DE SELEÇÃO			ITENS DE CONSTRUÇÃO É atribuída cotação total às respostas que apresentem, de forma inequívoca, a única opção correta, visto tratar-se de uma resposta restrita.
		• Escolha múltipla	2. – 4 (1x4) 9.1. - 3 9.2. - 3 9.3. - 3 10.1. – 7 (1x7) 12.1. - 6 (1x6)	26 pontos	
		• Associação	1. - 5 (1x5)	5 pontos	
		• Completação	3. – 7 (1x7) 4. – 12 (2x6)		

repressão para com os opositores.	- Obra social - Portugal dos Pequenitos - Ideais do Estado Novo - A oposição política - Movimentos estudantis - Candidatura de Humberto Delgado - Marcelo Caetano e a “abertura do regime” - Causas da guerra - Palcos da guerra - Consequências da guerra		<ul style="list-style-type: none"> • Verdadeiro ou falso 	6. – 6 (1x6) 7. – 12 (1x9+1x3) 8. – 16 (2x8) 11. – 10 (2x5)	37 pontos 26 pontos	No âmbito das competências específicas da disciplina de História, constituem critérios gerais: <ul style="list-style-type: none"> • a mobilização de informação relativamente ao assunto em análise e o domínio do vocabulário específico da disciplina. • as respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos. • Redação das respostas sem erros de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia. 	
3. Conhecer e compreender os principais movimentos de resistência ao Estado Novo							
4. Conhecer e compreender a manutenção do colonialismo português e a Guerra Colonial.			ITENS DE CONSTRUÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Resposta curta Resposta restrita 	5.1. - 6	6 pontos		

Anexo 8 – Teste de avaliação final

1. Coloca os números dos acontecimentos no friso cronológico.



1. Marcello Caetano é o escolhido para Presidente do Conselho
2. António de Oliveira Salazar é nomeado Chefe do Governo
3. Entrada em vigor da Constituição que institucionaliza o Estado Novo
4. António de Oliveira Salazar assume a pasta das Finanças
5. Candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República

2. Selecciona os órgãos de soberania determinados pela Constituição de 1933.

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Câmara Municipal | <input type="checkbox"/> Governo |
| <input type="checkbox"/> Assembleia Nacional | <input type="checkbox"/> Cortes |
| <input type="checkbox"/> Primeiro Ministro | <input type="checkbox"/> Presidente da República |
| <input type="checkbox"/> Tribunais | <input type="checkbox"/> Rei |

3. Completa os espaços.

Salazar conseguiu resolver o problema financeiro do País. Para isso, _____ as receitas através de _____ e diminuiu as _____ com a _____ e a _____. Assim, conseguiu atingir o _____ do País.

4. Durante o Estado Novo foram criados mecanismos de propaganda e de repressão. Identifica-os.

Organizações	Função
	• Examinava os jornais, revistas, etc., e “cortava” o que prejudicava o regime.
	• Polícia política que tinha informadores secretos e perseguia todos aqueles que manifestassem ideias contra o regime.
	• Era o único partido político autorizado.
	• Organização que procurava desenvolver nos jovens a obediência ao regime político em vigor.
	• Responsável pelos cartazes de propaganda, para mentalizar a população das vantagens dadas pelo regime.
	• Organização militarizada para combater o comunismo.

5. Observa atentamente a figura 1.

5.1. A trilogia política que resume os valores do Estado Novo é

“_____”.

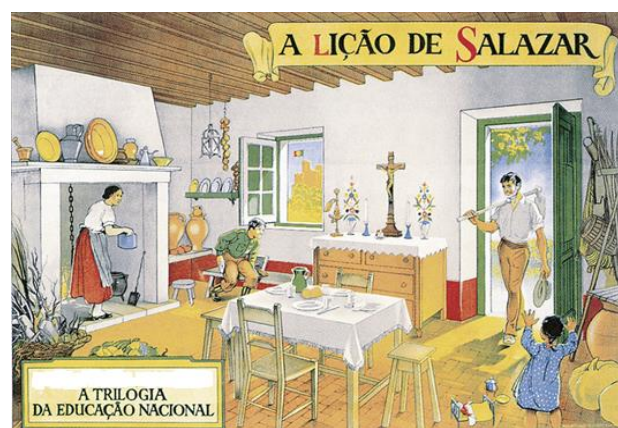


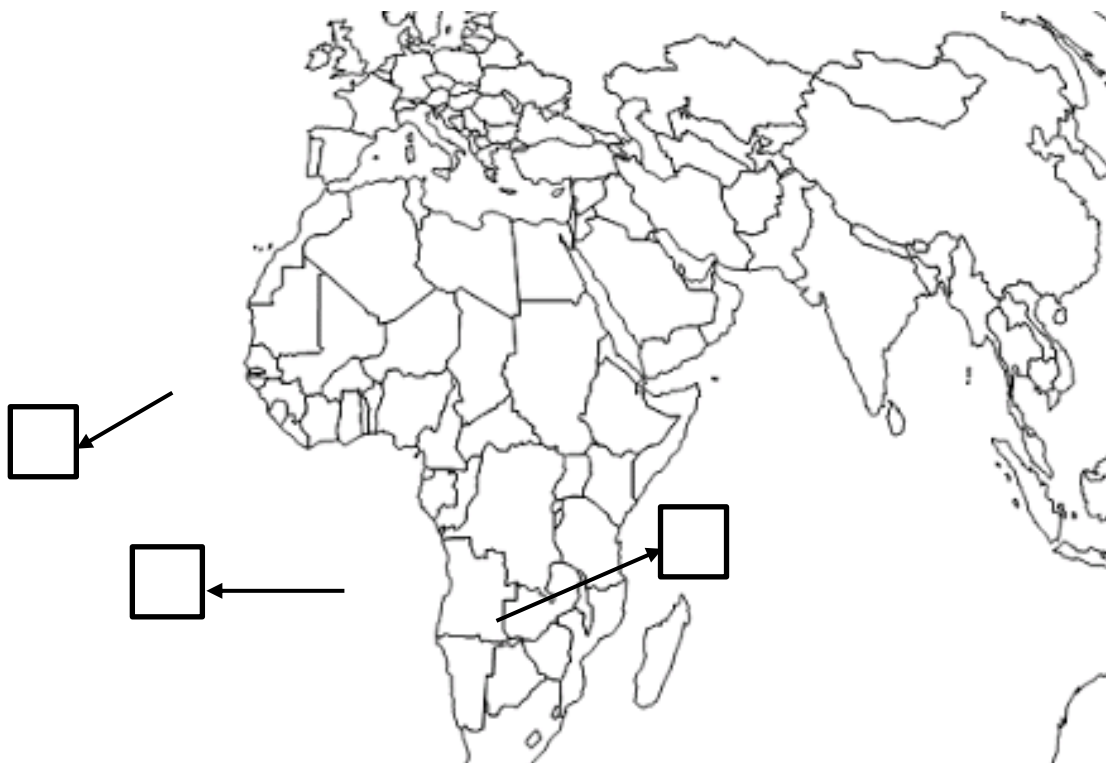
Figura 1 - Lição de Salazar

6. Completa os espaços com as palavras do retângulo abaixo. Atenção que nem todas são utilizáveis.

clandestina	PS	legal	FRELIMO
apoio	oposição	intervenção	
MUD	PCP	crise académica	reconstrução da Alta

- As pessoas que se mostram contra o regime político formam a _____.
- A oposição ao Estado Novo organizou-se de forma _____.
- Em 1945 formou-se o _____ que reuniu os oposicionistas de todas as fações.
- O _____ foi o partido que demonstrou maior atividade contra o regime.
- Em Coimbra, no ano de 1969 ocorreu a _____.
- Os cantores usaram a música de _____ como arma de protesto contra o regime salazarista.

7. Preenche a tabela e localiza as colónias no mapa, colocando o número correspondente.



	Nome da colónia	Ano do início da guerra	Nome do líder do movimento independentista
1			
2			
3			

8. Assinala com V (verdadeiro) ou F (falso) cada uma das frases.

	O regime político existente em Portugal entre 1928 e 1969 designa-se por Estado Novo.
	O Governo que detinha os poderes executivo e legislativo constituía o órgão com mais poder.
	A riqueza acumulada pelo Estado Novo foi investida na melhoria das condições de vida da população em geral.
	Após a II Guerra Mundial, Portugal manteve as suas colónias.
	Salazar negou o direito de independência às colónias e, por isso, teve início a Guerra Colonial.
	Marcello Caetano limitou a censura e as perseguições e resolveu a guerra colonial.
	Em 1960 a União Indiana invadiu e ocupou os territórios de Goa, Damão e Diu.
	A Guerra Colonial mobilizou milhares de jovens portugueses e grandes encargos financeiros.

9. Selecciona com um ☐ a resposta correta.

9.1. Fernando Bissaya Barreto foi...

- a) Professor do Liceu de Coimbra
- b) Ministro da Educação
- c) Presidente da Junta da Província da Beira Litoral
- d) Ministro da Saúde

9.2. Através do seu cargo, encontrou condições para...

- a) Criar uma obra social de assistência médica e educativa.
- b) Abrir maternidades para as mães.
- c) Organizar uma rede de hospitais pediátricos.
- d) Construir creches e jardins-de-infância.

9.3. No Portugal dos Pequenitos exaltam-se o

- a) Colonialismo, nacionalismo e ruralismo
- b) Colonialismo, industrialismo e ruralismo
- c) Colonialismo, nacionalismo e populismo
- d) Liberalismo, nacionalismo e ruralismo

10. Selecciona as opções corretas.

10.1. No Portugal dos Pequenitos existem pavilhões relativos a:

- | | | |
|---|-----------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Europa | <input type="checkbox"/> Coimbra | <input type="checkbox"/> Arquipélago dos Açores |
| <input type="checkbox"/> Casas regionais | <input type="checkbox"/> Lisboa | <input type="checkbox"/> Brasil |
| <input type="checkbox"/> Monumentos nacionais | <input type="checkbox"/> Colónias | <input type="checkbox"/> Arquipélago da Madeira |

11. Assinala com V (verdadeiro) ou F (falso) cada uma das frases.

<input type="checkbox"/>	O Portugal dos Pequenitos é um espaço onde as crianças conhecem, através da exploração, o seu País.
<input type="checkbox"/>	As casas regionais são de grandes dimensões e apresentam um enorme rigor.
<input type="checkbox"/>	Muitas das casas regionais espelham a profissão e condição social do seu habitante.
<input type="checkbox"/>	No pavilhão dos monumentos nacionais estão apenas construções da cidade do Porto e de Lisboa.
<input type="checkbox"/>	No pavilhão das Colónias demonstra-se a fauna, a flora e aspetos do quotidiano das diversas regiões.

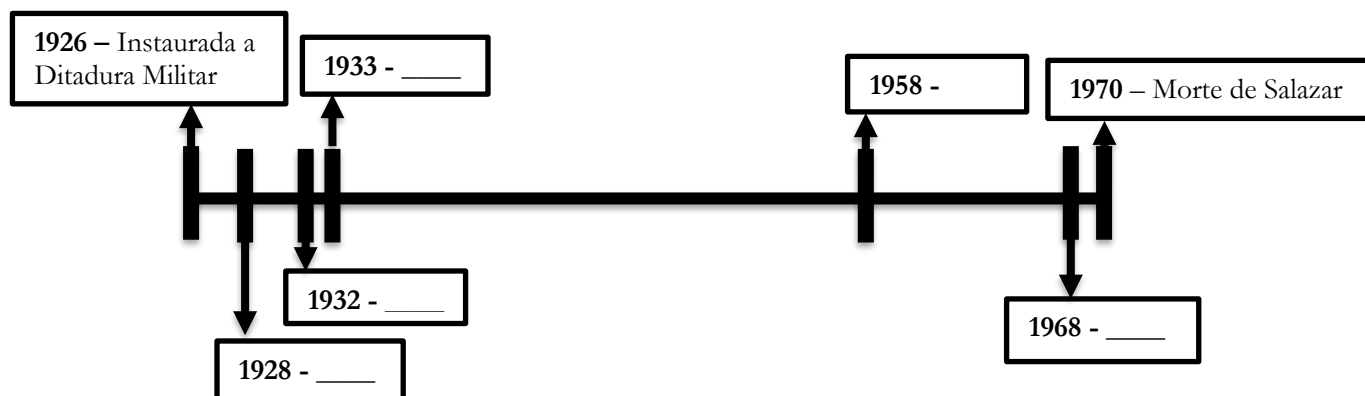
12. Selecciona as opções corretas.

12.1. A atual Fundação Bissaya Barreto integra...

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Instituto Maternal | <input type="checkbox"/> Serviços de apoio social | <input type="checkbox"/> Casa Museu |
| <input type="checkbox"/> Instituto Superior | <input type="checkbox"/> Jardim-Escola | <input type="checkbox"/> Ninho dos Pequenitos |
| <input type="checkbox"/> Colégio | <input type="checkbox"/> Portugal dos Pequenitos | <input type="checkbox"/> Casas da Criança |

Anexo 9 - Teste de avaliação final, versão adaptada

1. Coloca os números dos acontecimentos no friso cronológico.



1. Marcello Caetano é o escolhido para Presidente do Conselho
2. António de Oliveira Salazar é nomeado Chefe do Governo
3. Entrada em vigor da Constituição que institucionaliza o Estado Novo
4. António de Oliveira Salazar assume a pasta das Finanças
5. Candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República

2. Seleciona os órgãos de soberania determinados pela Constituição de 1933.

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Câmara Municipal | <input type="checkbox"/> Governo |
| <input type="checkbox"/> Assembleia Nacional | <input type="checkbox"/> Cortes |
| <input type="checkbox"/> Primeiro Ministro | <input type="checkbox"/> Presidente da República |
| <input type="checkbox"/> Tribunais | <input type="checkbox"/> Rei |

3. Completa os espaços com as palavras indicadas.

equilíbrio	saúde	educação	financeiro	impostos	despesas	aumentou
------------	-------	----------	------------	----------	----------	----------

Salazar conseguiu resolver o problema financeiro do País. Para isso, _____
as receitas através de _____ e diminuiu as _____
com a _____ e a _____. Assim, conseguiu
atingir o _____ do País.

4. Durante o Estado Novo foram criados mecanismos de propaganda e de repressão. Identifica-os completando a tabela com as palavras indicadas.

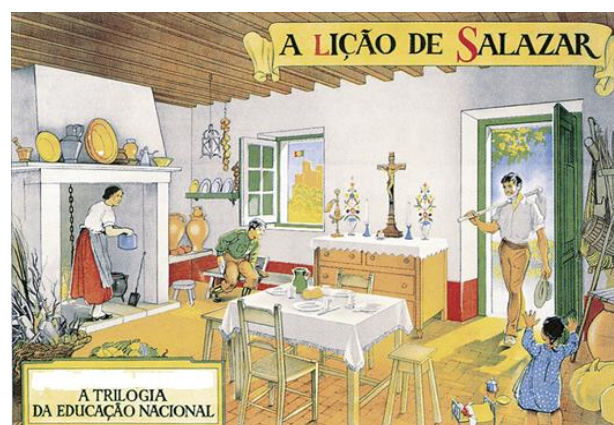
Mocidade Portuguesa	União Nacional	SPN	Censura	PIDE	Legião Portuguesa
---------------------	----------------	-----	---------	------	-------------------

Organizações	Função
	• Examinava os jornais, revistas, etc., e “cortava” o que prejudicava o regime.
	• Polícia política que tinha informadores secretos e perseguia todos aqueles que manifestassem ideias contra o regime.
	• Era o único partido político autorizado.
	• Organização que procurava desenvolver nos jovens a obediência ao regime político em vigor.
	• Responsável pelos cartazes de propaganda, para mentalizar a população das vantagens dadas pelo regime.
	• Organização militarizada para combater o comunismo.

5. Observa atentamente a figura 1.

5.1. A trilogia política que resume os valores do Estado Novo é:

- Deus, Pátria e obediência.
- Deus, Salazar e Família.
- Deus, Nação e Família.
- Deus, Pátria e Família.



6. Completa os espaços com as palavras do retângulo abaixo.

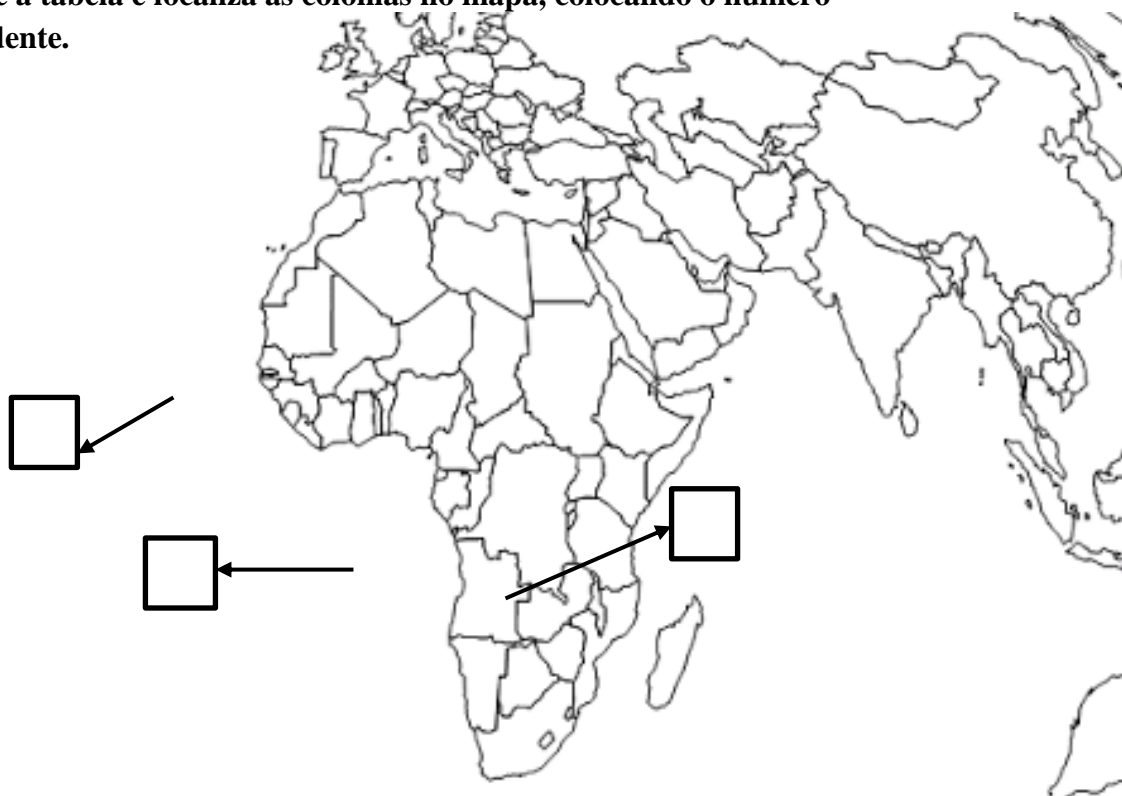
Figura 24 - Lição de Salazar

Atenção que nem todas são utilizáveis.

clandestina	FRELIMO	crise académica	reconstrução da Alta	
MUD	oposição	apoio	intervenção	PCP

- As pessoas que se mostram contra o regime político formam a _____.
- A oposição ao Estado Novo organizou-se de forma _____.
- Em 1945 formou-se o _____ que reuniu os oposicionistas de todas as fações.
- O _____ foi o partido que demonstrou maior atividade contra o regime.
- Em Coimbra, no ano de 1969 ocorreu a _____.
- Os cantores usaram a música de _____ como arma de protesto contra o regime salazarista.

7. Preenche a tabela e localiza as colónias no mapa, colocando o número correspondente.



	Nome da colónia	Ano do início da guerra	Nome do líder do movimento independentista
1	Angola		
2		1963	
3			Samora Machel

8. Assinala com V (verdadeiro) ou F (falso) cada uma das frases.

	O regime político existente em Portugal entre 1928 e 1969 designa-se por Estado Novo.
	O Governo que detinha os poderes executivo e legislativo constituía o órgão com mais poder.
	A riqueza acumulada pelo Estado Novo foi investida na melhoria das condições de vida da população em geral.
	Após a II Guerra Mundial, Portugal manteve as suas colónias.
	Salazar negou o direito de independência às colónias e, por isso, teve início a Guerra Colonial.
	Marcello Caetano limitou a censura e as perseguições e resolveu a guerra colonial.
	Em 1960 a União Indiana invadiu e ocupou os territórios de Goa, Damão e Diu.
	A Guerra Colonial mobilizou milhares de jovens portugueses e grandes encargos financeiros.

9. Selecciona com um O a resposta correta.

9.1. Fernando Bissaya Barreto foi...

- e) Professor do Liceu de Coimbra
- f) Ministro da Educação
- g) Presidente da Junta da Província da Beira Litoral
- h) Ministro da Saúde

9.2. Através do seu cargo, encontrou condições para...

- e) Criar uma obra social de assistência médica e educativa.
- f) Abrir maternidades para as mães.
- g) Organizar uma rede de hospitais pediátricos.
- h) Construir creches e jardins-de-infância.

9.3. No Portugal dos Pequenitos exaltam-se o

- e) Colonialismo, nacionalismo e ruralismo
- f) Colonialismo, industrialismo e ruralismo
- g) Colonialismo, nacionalismo e populismo
- h) Liberalismo, nacionalismo e ruralismo

10. Selecciona as opções corretas.

10.1. No Portugal dos Pequenitos existem pavilhões relativos a:

- | | | |
|---|-----------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Europa | <input type="checkbox"/> Coimbra | <input type="checkbox"/> Arquipélago dos Açores |
| <input type="checkbox"/> Casas regionais | <input type="checkbox"/> Lisboa | <input type="checkbox"/> Brasil |
| <input type="checkbox"/> Monumentos nacionais | <input type="checkbox"/> Colónias | <input type="checkbox"/> Arquipélago da Madeira |

11. Assinala com V (verdadeiro) ou F (falso) cada uma das frases.

	O Portugal dos Pequenitos é um espaço onde as crianças conhecem, através da exploração, o seu País.
	As casas regionais são de grandes dimensões e apresentam um enorme rigor.
	Muitas das casas regionais espelham a profissão e condição social do seu habitante.
	No pavilhão dos monumentos nacionais estão apenas construções da cidade do Porto e de Lisboa.
	No pavilhão das Colónias demonstra-se a fauna, a flora e aspetos do quotidiano das diversas regiões.

12. Selecciona as opções corretas.

12.1. A atual Fundação Bissaya Barreto integra...

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Instituto Maternal | <input type="checkbox"/> Serviços de apoio social | <input type="checkbox"/> Casa Museu |
| <input type="checkbox"/> Instituto Superior | <input type="checkbox"/> Jardim-Escola | <input type="checkbox"/> Ninho dos Pequenitos |
| <input type="checkbox"/> Colégio | <input type="checkbox"/> Portugal dos Pequenitos | <input type="checkbox"/> Casas da Criança |

Anexo 10 - Matriz de redução dos dados da entrevista ao cooperante

Categorias	Subcategorias	Indicadores
Metas	Função	
	Comparação com conteúdos	
Conteúdos	Referências Bibliográficas	
	A lecionar	Milagre financeiro
		Salazar
		Constituição
		Corporativismo
		Mecanismos de difusão dos ideais
		Mecanismos de repressão
		Marcelismo
		Atualidade
		Movimentos de Resistência
		Ditadura
		Crise Académica
		Política de Obras Públicas
		Contemporaneidade
		2.ª Guerra Mundial
		Guerra Colonial
		Guerra Colonial e as suas consequências económicas
		Emigração
		Perda de mão-de-obra
		Crescimento económico
		Marcelo Caetano
		Ouro nazi
		Sociedade
		Contexto internacional
		Marcelo Caetano
	A não lecionar	Câmara Corporativa
		Ensino
		Ala Liberal
		Norton de Matos
	Explicação	Ditadura
		Milagre Financeiro
		Corporativismo
		Crescimento económico
		Sociedade
		Atualidade
		1.ª República
		Educação
		Greves académicas

		Fim do Regime
	Fontes	
Conceitos	Campo de concentração	
	Individualismo	
Componente Regional e Local	Bissaya Barreto	Percurso
		Caracterização
		Legado
		Ação
		Relação com Salazar
		Naturalidade
		Pensamento Pedagógico
		Pensamento e ação educativa
		Maçonaria
		Exploração
	Portugal dos Pequenitos	Estratégias de Exploração
		Orientação
		Explicação de conteúdos
	Casas da Criança	Modelo Educativo
		Arquitetura
Planificação	Distribuição dos conteúdos por tempos	Como fazer
		Exemplos
	Orientação	
	Estratégias	Articulação curricular
		Transposição
		Visita de Estudo
		Uso da narrativa
	Recursos	Tipo
		Época
		Recolha
	Avaliação	Diagnóstica
		Final
		Matriz
Projeto de investigação	Focusgroup	

Anexo 11 - Esquema síntese dos órgãos de soberania

Em 1933 foi aprovada a nova Constituição e com ela inicia-se um período histórico que ficou conhecido por **ESTADO NOVO**.

Que mudanças foram introduzidas com a Constituição de 1933?

Passaram a existir **QUATRO ÓRGÃOS DE SOBERANIA**:

ÓRGÃOS DE SOBERANIA			
Governo (órgão com mais poder e com legitimidade para publicar leis)	Presidente da República	Assembleia Nacional (formada apenas com deputados do partido – União Nacional)	Tribunais

Foram **REFORÇADOS** os poderes do chefe do Governo e **LIMITADOS** os poderes da Assembleia Nacional. O único partido a estar representado na Assembleia Nacional seria a **UNIÃO NACIONAL**.

Anexo 12 – Imagens e postais Portugal dos pequenitos



PORTUGAL DOS PEQUENITOS

“...para ensinar a criança a pensar não há como a Natureza, os objetos que a rodeiam, tudo quanto é real, concreto, o movimento, a ação.”

Bissaya Barreto



CASAS REGIONAIS



Casa da Beira Litoral



Azenha



Casa do Forno



Farol de Aveiro



Casa de Trás-os-Montes

PORTUGAL MONUMENTAL



**Torre dos Clérigos,
Porto**



Mosteiro da Batalha



COIMBRA



**Paço Sobre-Ripas
Arco de Almedina
Porta da Biblioteca Joanina**



**Torre
Via Latina**



Porta Férrea

PORTUGAL INSULAR



Madeira



Açores



BRASIL



COLÓNIAS



Cabo Verde



Guiné



S. Tomé e Príncipe

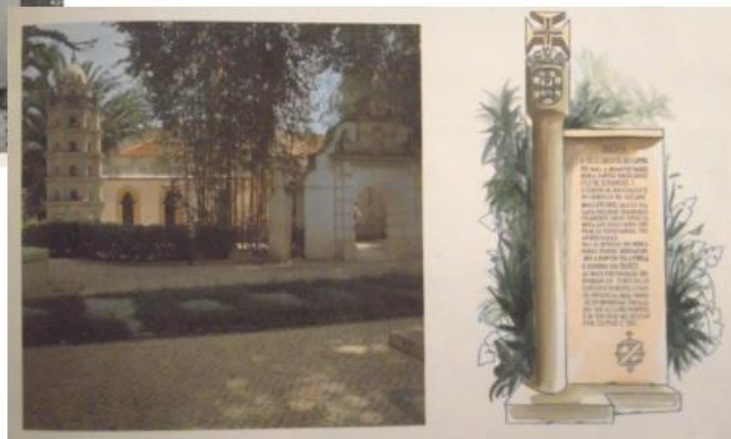


Angola



Moçambique

Índia



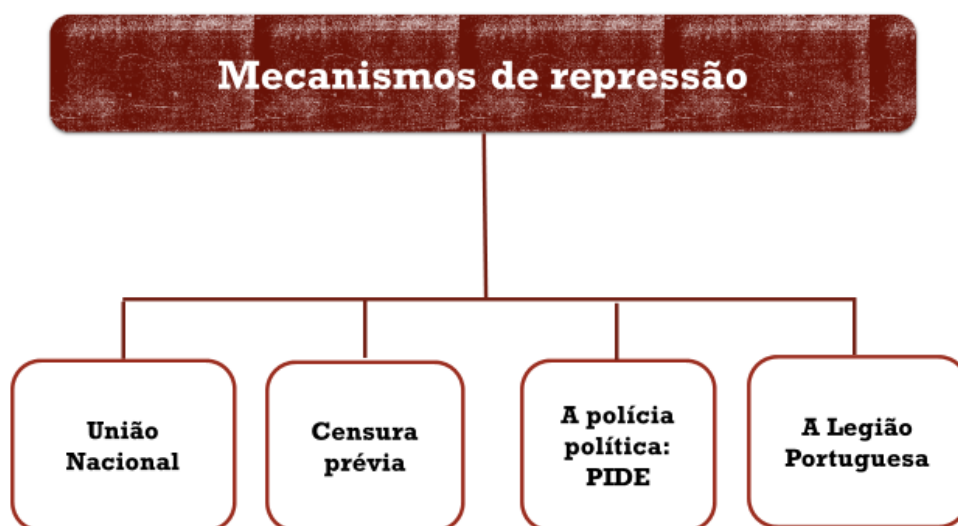
Macau



Timor



Anexo 13 - Esquema síntese dos mecanismos de difusão e de repressão



Anexo 14 – Matriz de redução dos dados do Grupo focal

Categorias	Subcategorias	Indicadores
Bissaya Barreto	Conhecimentos prévios	Obra
		Caracterização
	Conhecimentos adquiridos após as aulas	
Portugal dos Pequenitos	Conhecimentos prévios	
	Vivências	Não visitou
		Com a família
		Com a escola
	Caracterização	
	Exploração	Gostos
		Pertença
	Conhecimentos adquiridos	
	Interesses	
	Preservação	
	Sugestões	
Fundação Bissaya Barreto	Conhecimentos prévios	
Componente Regional e Local	Aulas	
Património construído	Interesses	
	Coimbra	Conservação
		Impacto
		Preservação
		Sugestões